UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

MICHELE LIMA DE SOUZA

COOPERATIVA AGRÍCOLA RESISTÊNCIA DO TOCANTINS – CART: ALTERNATIVA DE ORGANIZAÇÃO SÓCIO-PRODUTIVA DO PEQUENO PRODUTOR RURAL EM CAMETÁ / PARÁ

BELÉM
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

MICHELE LIMA DE SOUZA

COOPERATIVA AGRÍCOLA RESISTÊNCIA DO TOCANTINS – CART: ALTERNATIVA DE ORGANIZAÇÃO SÓCIO-PRODUTIVA DO PEQUENO PRODUTOR RURAL EM CAMETÁ / PARÁ

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de título de mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Orientador (a): Profª. Drª. Maria José de Souza Barbosa.

BELÉM
2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UFPA, Belém-PA

Souza, Michele Lima de, 1977-

Cooperativa Agrícola Resistência do Tocantins – CART: alternativa de organização sócio-produtiva do pequeno produtor rural em Cametá - Pará / Michele Lima de Souza; orientadora, Maria José de Souza Barbosa. — 2011.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2011.

1. Agricultura familiar (PA). 2. Cametá (PA). 3. CART (PA). 4. Economia solidária – Cametá (PA). 5. Organização do trabalho (PA) I. Título.

CDD - 22. ed. 306.349

MICHELE LIMA DE SOUZA

COOPERATIVA AGRÍCOLA RESISTÊNCIA DO TOCANTINS – CART: ALTERNATIVA DE ORGANIZAÇÃO SÓCIO-PRODUTIVA DO PEQUENO PRODUTOR RURAL EM CAMETÁ / PARÁ

Aprovado em: _____

Banca Examinadora:

_____

Profª Drª. Maria José de Souza Barbosa

Orientadora – ICSA/UFPA

_____

Prof. Dr. Farid Eid

Examinador externo – UFSCar/SP

_____

Prof. Dr. Ariberto Venturini

Examinador interno – ICSA/UFPA

AGRADECIMENTOS

À Deus, fonte de coragem, na qual minimizei a distância do que parecia estar fora do meu alcance, passando a garantir cada vitória.

À minha família, meus pais, pelo amor e dedicação, e as minhas irmãs Daniele e Suzele, pela compreensão, apoio nos momentos de dificuldade, e principalmente por dividirem as responsabilidades familiares quando estive ausente. Minhas lágrimas continuam sendo recompensadas principalmente pelo apoio de vocês. Obrigada!

Ao Marcelo Cavalcante, sua compreensão, carinho e paciência quase sem limites me ajudaram a concluir mais essa etapa.

Ao Marcelo Silva, pela oportunidade da pesquisa na FECAFES.

À minha orientadora, Profª. Drª. Maria José de Souza Barbosa, por sua atenção e acima de tudo compromisso na docência, abrindo sempre as portas de sua casa para fazer as orientações, mesmo nos fins de semana e nos feriados. Poucos têm essa dedicação!

À Universidade Federal do Pará.

Aos professores da Banca Examinadora.

Ao Prof. Dr. José Daniel Goméz, universidade de Alicante, pelas contribuições e discussões sobre cooperativismo através do projeto Acciones y estrategias para un proceso de desarrollo rural sutenible en la región del Bajo Amazonas (noroeste del estado del Pará a traves de la participación del cooperativas y el fomiento del empreendimientos solidarios. intercooperación científica entre redes de cooperación España y Brasil).

Ao Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – PITCPES, pela oportunidade de realizar a pesquisa do mestrado através do grupo de estudo Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia, e sua equipe técnica, em especial a Antônio Edson e Nilza Leal, às colegas de profissão Bárbara Espínola e Ana Giselle Cancela, entre outros que direta ou indiretamente contribuíram para a realização dessa pesquisa.

Ao PPGSS, seus docentes e sua secretaria na pessoa de Helder Luz, sempre prestativo quando precisei de documentos para a autorização da pesquisa.

Ao PPGCS/ UFPA, no qual tive a oportunidade de acumular conhecimento por conhecer outras experiências de pesquisa através da disciplina Sociologia do Trabalho.

À CAPES pela de concessão de Bolsa.

Àqueles que cederam um ombro amigo nos momentos difíceis: Ana Pires, grande incentivadora na minha vida acadêmica; Euzalina Ferrão, pelos esclarecimentos que geravam conversas quase intermináveis e, no entanto, muito produtivas; à Núbia Cristina, “Não esqueço o que fizestes e ainda tens feito por mim. Obrigada!”; Luis Feijão, Marcio Santos, Samuel Ortiz e Vitor Lamarão pelo repasse de material didático, além de outros colegas, que por ventura não tenha citado, sintam-se também reconhecidos.

À Lissany Braga, que me acompanhou desde a primeira oportunidade de estágio, trabalho no município de Marabá, e chegando ao mestrado, dividindo estimáveis experiências.

À Maria Estrela, pessoa de extraordinária personalidade, cuja amizade cultivo desde a época da faculdade, quero agradecer a oportunidade de poder dividir experiências nas quais sorrimos e choramos sem deixar de apoiar uma à outra para que ninguém desistisse dessa jornada.

Às recentes colegas de profissão Carolina Flexa, Bruna Novaes, Felícia Guimarães e Hellen Souza, que agora somam a categoria das assistentes sociais. Obrigada por partilharem os conhecimentos no campo de estágio do PITCPES durante a disciplina Estágio decência.

À Gleicy Valente e sua família, que me acolheram em sua casa por ocasião da pesquisa de campo.

À Samarah Gemaque pela construção do abstract.

À Marly Ramos pelas contribuições na formatação.

À diretoria da Cooperativa Agrícola Resistência do Tocantins – CART, Domingos Nazareno e Antônio Marcos Dias e aos agricultores que participaram da pesquisa.

Ao Senhor Benedito Nunes, presidente do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá.

Ao Senhor Lucivaldo da Conceição, presidente da Cooperativa Agrícola Mista de Santo Antônio do Tauá – CAMTAUÁ.

Ao senhor Brito Abreu, presidente da Federação das Cooperativas e Agricultura Familiar – FECAFES/PA.

Ao senhor Magno Oliveira da Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri – CODEMI.

Dedico este trabalho aos meus pais Paula e Afonso, que no exercício da responsabilidade de educar, me ensinaram de forma humilde, que através da fé, somos capazes de alimentar nossa coragem e superar os limites cotidianos passando a realizar sonhos em busca do reconhecimento. Sem vocês seria muito difícil chegar até aqui!

RESUMO

Esta dissertação trata de uma análise sobre as estratégias de pequenos produtores rurais organizados em cooperativas na busca da garantia de trabalho e renda, no município de Cametá, Pará. De tal modo, considerou-se, inicialmente, as influências pelas condições de inserção social, produtiva e econômica e o incentivo pela Prelazia e instituições de assessoria que reforçaram essa organização. Nesse trajeto, o Sindicato de Trabalhadores (as) Rurais motivaram lutas reivindicatórias para a melhoria das condições socioeconômicas locais em Cametá. As reflexões teóricas e a realidade prática, desses atores, mostram que as relações de promoção vêm sendo articuladas na perspectiva das transformações que tem impactado esse município, as quais foram agravadas desde a implantação dos grandes projetos na Amazônia, a exemplo da implantação da Hidrelétrica de Tucuruí, que alterou significativamente o modo de vida dessa população. Dessa forma, os trabalhadores rurais, organizados coletivamente, passaram a atuar pela superação dessas dificuldades, através de atividades produtivas como estratégia de desenvolvimento local sustentável, evidenciando a garantia de instrumentos para a produção e comercialização de frutos, com ênfase no açaí, mas também em outros produtos como a farinha de mandioca e recentemente as sementes oleaginosas. Portanto, desenvolve-se uma caracterização sócio-produtiva de Cametá, analisa-se o surgimento do STR – Cametá, a criação da CART, particularizando sua relação às estratégias de comercialização em rede por meio da organização do Consórcio de Comercialização e da Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – FECAFES como instrumento de valorização produtiva estratégica à organização dos pequenos produtores rurais de Cametá.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar. Cametá. CART. Economia Solidária. Organização do Trabalho.

ABSTRACT

This thesis is an analysis of strategies for small farmers organized in cooperatives in search of job security and income in Cametá City, Pará. In this way, it was considered initially influences the conditions for social integration, productive and economic incentives and the Prelature and advisory institutions that reinforced the organization. In this way, the Union of Rural Workers struggles of demand led to the improvement of socioeconomic conditions in Cametá City. The theoretical reflections and practical reality, these actors, show that the relationships have been articulated to promote a view of the changes that have impacted this city, which has been compounded since the implementation of major projects in the Amazon, such as the deployment of Hydroelectric Tucuruí, which significantly changed the lifestyle of this population. Thus, the Rural workers, organized collectively, now play for overcoming these difficulties through productive activities as a strategy for local sustainable development, highlighting instruments to guarantee the production and marketing of fruits, with emphasis on açaí, but also in other products such as cassava flour and recently oilseeds. Therefore, it develops a socio-productive from Cametá, analyzes the rise of STR - Cametá, the creation of the CART, specifying their relationship marketing strategies in the network through the organization of the Consortium of Trade and the Federation of Cooperatives Family Farming and Solidarity Economy - FECAFES productive as an instrument of strategic value to the organization of small farmers from Cametá.

KEYWORDS: Family Agriculture. Cametá. CART. Solidarity Economy. Labour Organization.

LISTA DE SIGLAS

ADEMPA – Associação de Desenvolvimento Agrícola de Mini e Pequenos Agricultores de Abaetetuba.

AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores.

APACC – Associação Paraense de Apoio as Comunidades Carentes.

ALBRÁS – Alumínio Brasileiro SA.

BASA – Banco da Amazônia SA.

CART – Cooperativa Agrícola Resistência do Tocantins.

CAEPIM – Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri.

CAMTA – Cooperativa Agrícola Mista de Tome Açu.

CAFAC – Cooperativa Agroextrativista e Industrial dos Agricultores de Cametá.

CEB's – Comunidades Eclesiais de Base.

CODEMI – Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri.

COFRUTA – Cooperativa de Fruticultores de Abaetetuba.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

COOPACAM – Cooperativa Agroextrativista dos Produtores Familiares de Cametá.

COPFRUT – Cooperativa Agroindustrial dos Trabalhadores e Produtores Rurais de Igarapé-Miri.

COPALA – Cooperativa Agrícola de Limoeiro do Ajuru.

CC'S – Comunidades Cristãs.

CUT – Central Única dos Trabalhadores.

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF.

EES's – Empreendimentos Econômicos Solidários.

EPI's – Equipamentos de Proteção Individuais.

FASE – Fundação de Atendimento Sócio-Educativo.

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e Amapá.

FECAFES – Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

FNO – Fundo Constitucional do Norte.

FECAT – Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará.

GOCA – Guaranteed Organic Certification Agency.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDEFLOR - Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará.

IDESP – Instituto de desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará.

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

MODERT – Movimento em Defesa da Região Tocantina.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras.

ONG's – Organizações Não Governamentais.

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.

PDTRS - Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável.

PNAE – Programa Nacional de Assistência ao Ensino.

PITCPES – Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares.

PT – Partido dos Trabalhadores.

RB – Repartição de Benefícios.

RECOPARÁ – Rede de Produção e Comercialização dos Produtores e Consumidores do Estado do Pará.

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Social.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária.

STR's – Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

UFPA – Universidade Federal do Pará.

UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

CAPÍTULO I: CRISE CAPITALISTA E ALTERNATIVA DO TRABALHO ASSOCIATIVISTA 13

1.1 A CRISE DO TRABALHO ASSALARIADO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO 20

1.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA PERSPECTIVA ASSOCIATIVISTA NA CONTRAMARCHA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO 23

CAPÍTULO II: CAMETÁ: BERÇO DA ORGANIZAÇÃO SÓCIO-PRODUTIVA DO PEQUENO PRODUTOR RURAL DO BAIXO TOCANTINS 33

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ*: LÓCUS* DA CART 33

2.1.1 O destaque da agricultura familiar e suas formas de organização 36

CAPÍTULO III: A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA FORMAÇÃO DOS SINDICATOS 39

3.1 O SURGIMENTO DOS SINDICATOS NO CONTEXTO DA SOCIEDADE INDUSTRIAL 39

3.2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O SINDICALISMO NO BRASIL 41

3.3 OS SINDICATOS E A ORGANIZAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES EM CAMETÁ 42

3.3.1 A casa familiar rural: apoio e formação dos trabalhadores rurais de Cametá 55

CAPÍTULO IV: A CART NA ORGANIZAÇÃO SÓCIO-PRODUTIVA ESTRATÉGICA DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAMETÁ 58

4.1 O RESSURGIMENTO DO COOPERATIVISMO: NOVOS CONTEXTOS, NOVAS PRÁTICAS SOCIAIS 58

4.2 A CART NA ORGANIZAÇÃO SÓCIO-PRODUTIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE CAMETÁ 62

4.2.1 A organização sócio-produtiva da CART voltada à comercialização 67

4.2.2 A CART na relação com os princípios do cooperativismo 78

CAPÍTULO V: DO CONSÓRCIO DE COMERCIALIZAÇÃO À CRIAÇÃO DA FECAFES: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS 84

5.1 A INTERCOOPERAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

DA PEQUENA PRODUÇÃO NO BAIXO TOCANTINS. 84
5.1.1 A experiência do consórcio de comercialização 86
5.1.2 A constituição da FECAFES na trajetória da organização regional do BAIXO TOCANTINS 91
5.3 O PAPEL DA FASE E DA NATURA NA CONSTITUIÇÃO DA FECAFES 102
5.4 A COMERCIALIZAÇÃO COM A NATURA 104
5.5 ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO DA FECAFES NO MERCADO INSTITUCIONAL 106
5.5.1 Programa de Aquisição de Alimentos – PAA 106
5.6 O PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DA CART/FECAFES 107
CONSIDERAÇÕES FINAIS 109
REFERÊNCIAS 114
APÊNDICES 120
ANEXOS 139

INTRODUÇÃO

A análise da Cooperativa Agrícola Resistência do Tocantins – CART, como uma alternativa sócio-produtiva no município de Cametá – Pará, buscou contextualizar as relações que possibilitaram a constituição de uma trajetória de luta da pequena produção, no Baixo Tocantins, articulada à dinâmica social e econômica experimentada por uma forma de organização capaz de sustentar esse segmento social, como sujeito protagonista dessa microrregião do Pará.

Partiu-se da necessidade de compreender como as cooperativas vêm se tornando unidades de produção sob a coordenação do trabalho associado, enquanto um espaço de interação entre o processo produtivo e de participação política, configurando um sistema econômico-social, operado em contexto local que tem contribuído para a resistência da pequena produção em meio à implantação de grandes projetos[1].

A pesquisa que subsidiou essa dissertação foi operacionalizada em dois níveis: um teórico e outro empírico, cujos dados se interpenetram e complementam-se, tendo em vista compor uma unidade analítica estrutural. Considerou-se além da experiência concreta, vivenciada no campo, estudos aprofundados a fim de garantir o domínio dos conteúdos pesquisados para subsidiar a análise dos dados e informações obtidas possibilitando maior amplitude do conhecimento, haja vista considerar as técnicas da pesquisa, análise e interpretação dos resultados pautados em fundamentos ético-normativos, por compreender o indivíduo como sujeito de sua própria história, na relação com os demais.

A pesquisa de campo foi desenvolvida a partir da necessidade de confrontar o debate teórico com a experiência concreta de alguns trabalhadores da Cooperativa

[1] Por volta de 1970, no governo Médici, o Pará, por seu considerável potencial energético e mineral serviu à instalação de grandes projetos econômicos voltados para o mercado internacional, bem como, à produção de insumos para indústrias de outras regiões do país, como emergência política e econômica, com objetivo de desenvolver um padrão de superação do subdesenvolvimento do Brasil, a partir de ações de ocupação territorial com base nos Planos Nacionais de Desenvolvimento. È também importante entender a influência exercida desses projetos sobre a região Amazônica, deixando, sobretudo, como herança, impactos sócio-ambientais para a população local, de modo a problematizar sobre as formas de uso da terra e a dinâmica de articulação do poder, principalmente, pela migração de pessoas de outras regiões brasileiras que buscaram, nessa oportunidade, garantia de renda dada a propaganda vendida pelos governantes naquela ocasião (CASTRO, 1989). Por outro lado, o incentivo gerado pelos grandes projetos agropastoris e minerais atraiu diversos sujeitos que necessitavam de trabalho, e nesse sentido, é necessário redefinir a infra-estrutura para atender essa demanda populacional de desenvolvimento auto-sustentável.

Agroextrativista Resistência do Tocantins – CART, do Sindicato de Trabalhadores (as) Rurais de Cametá e da Federação de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – FECAFES, esta última localizada no município de Abaetetuba, a qual a CART está associada. O levantamento documental da cooperativa foi necessário para a caracterização dos cooperados e outras atividades a eles relacionadas.

Assim, importou considerar a compreensão e a crítica da relação entre trabalho associativista sob princípios solidários e mercado, e como essas relações foram atravessadas e atravessam a organização dos trabalhadores, resultando em fator gerador da promoção de trabalho, de renda e da autonomia, em constante contradição. No entanto, a ênfase na melhoria da qualidade de vida dos pequenos produtores rurais, organizada pela CART pode se constituir como móvel capaz de alterar o pêndulo do capitalismo como única alternativa de organização do trabalho.

De tal modo, a pesquisa caracterizou-se por procedimentos qualitativos e avaliativos, que objetivou além da descrição, apontar elementos que mostram um processo inovador de promoção e fortalecimento da organização do trabalho das cooperativas e das associações, de maneira interligada, assim como concebe Castells (1999), por ser constituir por redes de intercâmbio que conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países, de acordo com seus objetivos específicos.

Interessa-nos aqui uma análise crítica que aspire à construção de conhecimentos no campo das ciências sociais aplicadas, na qual se encontra o serviço social. A renovação das práticas do associativismo, sob uma intensa transformação de seus territórios, é atravessada por dinâmicas locais e globais que tem se constituído como objeto da prática profissional dos assistentes sociais, seja pelos processos de precarização das condições de vida, seja pelas estratégias de geração de trabalho e renda.

A dissertação, desta forma, resulta de análise, observações e interpretações de dados que ocorreram durante o período que se esteve inserido enquanto bolsista de Iniciação Tecnológica – ITI/CNPq e, posteriormente, enquanto assistente social exercendo a prática profissional, como, voltada à transferência de tecnologia social[2]

[2] Segundo a definição mais freqüente entende-se a Tecnologia Social – TS, um conjunto de produtos, técnicas e/ou metodologias replicáveis que são desenvolvidas na interação com a comunidade objetivando solução de determinados problemas a serem enfrentados. Tal definição reflete a

junto ao Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – PITCPES. Nessa experiência profissional, pode-se realizar atividades de formação, pesquisa e acompanhamento técnico, em nível de extensão, que conduziram a um processo de reflexão sobre as práticas desses sujeitos, particularmente, de suas mobilizações sócio-produtiva que se considerava um modo criativo de ter acesso a bens e serviços, exercitado sob processos de inovação. Na oportunidade, se passou a indagar sobre os exercícios concretos do cooperativismo e do trabalho associado, como instrumentos estratégicos para a melhoria da produção e para a elevação das condições de vida dos trabalhadores.

Neste sentido, buscou-se identificar suas formas de constituição, estratégias de articulação interna e externa à territorialidade local, especificadas no campo da economia solidária[3], enquanto instrumento alternativo de desenvolvimento sócio-produtivo.

Assim, as indagações da pesquisa levaram ao debate sobre as ações dos trabalhadores vinculados à CART na medida em que suas trajetórias de lutas tem buscado a superação de índices como os que mostram o município de CAMETÁ com 52,36% de sua população no mapa de pobreza (IBGE, 2010).

A possibilidade de compreensão, da dinâmica socioeconômica dos pequenos produtores rurais desse município direcionou a explicação do cooperativismo, como um espaço de organização produtiva combinada com as atividades políticas em um cenário estabelecido por processos de articulação em diferentes escalas: local, regional, nacional e internacional, embora em aparência, este espaço seja desprovido de dinâmicas extra-local.

O conhecimento dessa realidade, através do acesso à informação em nível empírico, visou subsidiar a construção da pesquisa aplicada, por combinar os níveis de investigação, imprescindíveis à qualificação das informações do campo, na perspectiva de contribuir para estudos sobre as potencialidades das cooperativas e

---

correlação de forças existentes no conjunto ideologicamente heterogêneo de atores envolvidos com a TS, o qual abriga desde os que entendem a TS como um elemento das propostas de Responsabilidade Social Empresarial até os que têm como objetivo a construção de uma sociedade socialista (DAGNINO, 2009, p.8-9).

[3] A economia solidária no estado do Pará se constitui como “movimento de mobilização sócio-produtiva de crítica ao capitalismo contemporâneo” (MIRANDA, 2008, p.81).

suas formas de organização para o desenvolvimento local, uma linha cuja fundamentação teórica está voltada à interpretação dos processos de organização do trabalho associado[4], como estratégias de inserção sócio-produtiva da pequena produção, na superação da pobreza no campo.

Dessa forma, esse trabalho apoiou-se em Thiollent (2006) por considerar um processo de pesquisa participativa, de pedagogia e de planejamento, de modo por oferecer subsídios para diferentes projetos sociais, inclusive do tipo cooperativo.

O objetivo central desta dissertação teve como perspectiva analisar a organização sócio-produtiva dos trabalhadores no município de Cametá, especificamente, a Cooperativa Agrícola Resistência do Tocantins – CART, como alternativa de desenvolvimento rural. Quanto aos objetivos específicos se deteve a identificar as formas de organização dos trabalhadores que compõem a CART, para entender suas estratégias de articulação, e verificar se essa forma de gestão tem garantido a permanência destes trabalhadores no campo.

Para Costa (2000, p. 8) discutir o contexto do agrário regional "parece ser o primeiro passo para localizar espacial e temporalmente o momento histórico que atravessa a produção camponesa na Amazônia e, particularmente, na região das ilhas do Baixo Tocantins". Assim, parte-se da análise da organização social dos trabalhadores rurais, especificamente, daqueles vinculados à Cooperativa Agroextrativista Resistência de Tocantins – CART e suas relações com o Consórcio de Comercialização e com a atual Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – FECAFES, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cametá, entre outras instituições na organização do pequeno produtor rural.

Para tanto, foi necessário considerar o processo de organização sindical dos trabalhadores rurais vinculados a CART, a fim de compreender a dinâmica imanente a essa organização e, em seguida, considerou-se o ressurgimento do cooperativismo, como um instrumento de geração de trabalho e renda combinado com a ação político-social, particularmente, observados como estratégia de organização da pequena produção, tem mostrado a autonomia como condição essencial para sustentar dinâmicas produtivas de melhoria de condições econômico-sociais de seus sujeitos.

---

[4] Linha de pesquisa do Grupo de Pesquisa Trabalho e Desenvolvimento da Amazônia, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Nesta dissertação, pode-se perceber como esses trabalhadores e seus movimentos sociais têm se constituído como instrumentos capazes de definir objetivos, traçar estratégias e ter acesso a políticas sob novos mecanismos de ação pública, a fim de concretizar processos de melhoria de condição de vida dos sujeitos, territorialmente demandantes, de novas possibilidades de desenvolvimento local.

A trajetória desses sujeitos está implicada por ações circunscritas ao período de 1970, nas Comunidades Eclesiais de Base – CEB's se expandiram para a estruturação de outras organizações buscava a autonomia de seus sujeitos em face às fragilidades, conflitos e desafios, para a sustentação do pequeno produtor rural, diante das novas configurações da propriedade da terra e de seu uso, sob um movimento intenso para a sua permanência no campo. Os sindicatos de trabalhadores rurais foram uma das primeiras conquistas, em um território implicado de lutas sociais e posteriormente a constituição de associações de produtores que mais tarde levaram a constituir as necessidades das cooperativas como instrumento de organização para valorização de sua produção.

A CART, objeto de análise desse processo de constituição, surgiu nos anos 1990, quando houve uma reestruturação de cunho social, político e econômico voltado à promoção do desenvolvimento local, e conseqüentemente, de novos espaços de inserção da pequena produção. Dessa forma, a CART se estrutura como um instrumento de desenvolvimento, cuja centralidade é dada pela população local, seu trabalho, sua realidade, sua cultura, que aparecem entrelaçadas sob diversas combinações entre o local, o regional, o nacional e o internacional, articulada sob uma dinâmica própria que passa pela organização comunitária, sindical e produtiva.

Trata-se de uma trajetória, como afirma Costa (2006), que decorre de uma postura política dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, no contexto da última década do século passado, a qual levou à obtenção de várias conquistas, entre elas, o crédito para a agricultura familiar. Uma ação que respondeu à demanda naquele período, entretanto, uma década depois não representou uma melhoria significativa na vida do pequeno produtor.

A CART que tem como objetivo a produção agrícola e o aprimoramento técnico-profissional de seus cooperados, estímulo ao desenvolvimento e à defesa de suas atividades econômicas e sociais, além da expansão do cooperativismo e dos ideais de solidariedade, na garantia de melhores condições aos pequenos

produtores rurais a fim de enfrentar as dificuldades no contexto socioeconômico do capitalismo.

A CART tem estimulado o processo de produção local, dada pela centralidade da organização dos pequenos produtores rurais e suas estratégias de trabalho autônomo e autogestionário, a fim de avançar essas novas configurações do trabalhador em Cametá. Hoje, observa-se que a FECAFES é uma nova estratégia do cooperativismo, configurado em nível de segundo grau, visando articular seis cooperativas[5] de pequenos produtores rurais, tendo como um de seus objetivos promover e garantir processos de organização dos produtores para a melhoria da produção e de comercialização.

Para Tauile et al. (2005), as cooperativas têm se constituído principalmente, no estado do Pará, em um exercício concreto de estímulo ao desenvolvimento da pequena produção, em Cametá, uma atividade que deve ser organizada com qualidade produtiva diante da lógica das adversidades enfrentadas pelos pequenos produtores no contexto social, político, econômico e ambiental, por sua vez condicionadores das relações sócio-produtivas.

A dissertação está distribuída em cinco capítulos, além da introdução e das considerações finais. Inicialmente, trata-se da discussão sobre a crise do trabalho assalariado, que levou à retomada do associativismo, de base popular e contribuiu para a autonomia dos trabalhadores.

No primeiro capítulo trata-se da **crise capitalista e a alternativa do trabalho associativista,** visando mostrar como a crise do trabalho assalariado, no capitalismo contemporâneo, fez ressurgir o associativismo no enfrentamento da precarização das relações socioeconômicas dos trabalhadores.

No segundo capítulo busca-se caracterizar o município de **Cametá: berço da organização sócio-produtiva do pequeno produtor rural do Baixo Tocantins**, visando entender a importância da agricultura familiar e, em conseqüência, da CART como sujeito protagonista do desenvolvimento local, como resultado de suas lutas sociais e suas formas de organização.

No terceiro capitulo aborda-se a **importância da organização da classe trabalhadora ressaltando a formação dos sindicatos**, partindo-se do movimento em nível geral, para mostrar a constituição dos sindicatos como forma de

[5] CART, CAEPIM, CODEMI, COFRUTA, COPFRUT, COPALA.

organização, representação e valorização dos pequenos produtores rurais, em particular no município de Cametá e sua influência na constituição da CART.

No quarto capítulo apresenta-se a **CART como instrumento de organização sócio-produtiva estratégica dos trabalhadores rurais de Cametá**. Essa análise do ressurgimento do cooperativismo para em seguida considerar a CART na organização sócio-produtiva dos pequenos produtores rurais de Cametá, tendo em vista a melhoria da produção e da comercialização, considerando a base dos princípios do cooperativismo.

No quinto capítulo versa-se sobre a **constituição do Consórcio de Comercialização e a criação da FECAFES enquanto estratégia de desenvolvimento de pequenos produtores rurais, organizados em cooperativas na região do Baixo Tocantins,** considerando-se o processo de comercialização da CART, através da FECAFES, para o desenvolvimento do cooperativismo.

CAPÍTULO I

CRISE CAPITALISTA E ALTERNATIVA DO TRABALHO ASSOCIATIVISTA

1.1 A CRISE DO TRABALHO ASSALARIADO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

No último quartel do século XX, a crise da sociedade industrial e do assalariamento tem mostrado a forma de organização do trabalho associativista como uma alternativa de geração de renda, de um modo geral, mas também tem se expandido para a organização da pequena produção de base familiar, mesmo onde o assalariamento não teve grande significado.

Considerando a sociedade contemporânea, em sua estrutura produtiva hegemônica, tem-se como fundamento o trabalho assalariado que tem se modificado substantivamente desde o século XVI ao XXI fazendo aparecer ou reaparecer diferentes características de precarização do mesmo, a qual é parte da lógica capitalista, em que a contraditória relação social de produção é baseada na exploração da força de trabalho.

Do mesmo modo, o debate sobre o trabalho na sociedade contemporânea tem sido fortemente afetado pelas profundas transformações sociais refletidas diretamente no âmbito econômico, político, social e cultural. O fenômeno do des-assalariamento vem desestabilizando as instituições estabelecidas pela sociedade industrial (CASTEL, 1998). Disto resulta, particularmente, nos espaços urbanos, uma exclusão de grande parte dos trabalhadores do sistema produtivo, centrado no emprego industrial. A precariedade das relações de trabalho e a redução das conquistas sociais são resultados diretos dos novos mecanismos de produção e da inserção do trabalho mesmo para aqueles que conseguiram permanecer inseridos no mercado.

A crise do emprego e as mudanças societais estão relacionadas, muitas vezes, à produtividade, a valores da classe trabalhadora em mutação dentre outros elementos que constituem os elos dessas transformações. Assim, no contexto da crise estrutural, uma lógica destrutiva ilustra convergências como o padrão produtivo taylorista fordista e o modelo social que sustentou o Estado de bem-estar social [6].

[6] Estado desenvolvimentista do terceiro mundo com ordem econômica de 1945 e 1980 que operou para a condição de uma mundialização controlada, onde esses países pudessem possivelmente

Dessa forma, o trabalho desprovido dos meios de produção é aprisionado as novas relações de capital, espaço, em que o trabalhador torna-se alienado de sua produção, pois enquanto assalariado, recebe apenas uma pequena parte da sua produção, que muitas vezes mal dá para garantir suas necessidades de subsistência, na medida em que o capitalista, ou mesmo o atravessador, (no caso da pequena produção) é quem se apropria da maior parte desta produção.

Assim, no modo de produção capitalista a alienação que se dá entre o produtor e seu produto caracteriza a própria essência do capitalismo, cujo elemento central é a desapropriação do trabalho, efetivada da troca e da transformação da mais-valia em lucro.

Nesse sentido, parafraseado Marx (2004) busca-se compreender que quanto maior a produção, maior a desgraça do trabalhador vivo, seja ele assalariado ou o pequeno produtor rural. Logo, há um questionamento norteador, no que diz respeito à produção, pois quanto mais o trabalhador produz, menor é a sua valorização. Deste modo, "é no momento em que a 'civilização do trabalho' parece impor-se definitivamente sob a hegemonia da condição de assalariado que o edifício racha, repondo na ordem do dia a velha obsessão popular de ter que viver 'com o que ganha a cada dia'" (CASTEL,1998, p. 593).

Portanto, embora a categoria trabalho, essência da existência humana, de sua efetivação no mundo, enquanto ser humano concreto volta-se contra a sua autonomia, na medida em que está preso a relação de capital não propicia uma relação de trabalho de modo desalienado, isto é, do trabalhador dono de seus meios de produção e, conseqüentemente apropriando-se dos resultados de seu trabalho, na acepção do capital, como afirma Castel:

> (...) O desemprego não é uma bolha que se formou nas relações de trabalho e que poderia ser reabsorvido. Começa a tornar-se claro que precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização. São as conseqüências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade – que, efetivamente, fazem sombra para muita gente (CASTEL,1998, p. 516).

Assim, a compreensão da categoria trabalho, em seu sentido ontológico, torna-se fundamental para o entendimento das relações de produção e reprodução

---

recuperar o atraso de uma inserção eficaz e controlada do sistema mundial em expansão (AMIN; HOUTART, 2003).

da vida social, a partir dos diferentes processos de organização social dos trabalhadores.

E nesse sentido, as lutas do trabalho contra o capital racham o edifício do capitalismo, fazendo emergir os movimentos sociais ligados ou não a instrumentos da sociedade civil organizada, que agem com a finalidade de enfrentar problemas de ordem econômica, social, ambiental e política.

Assim, as lutas sociais dos trabalhadores levaram e levam a diferentes processos de liberação sob complexas redes de mediações histórico-sociais que se constituíram da manufatura à robótica. As formas de exploração do trabalho concreto levaram à alienação e conseqüentemente, desvalorização do trabalho, uma vez que o eixo central da forma de produção capitalista é a exploração do trabalho, em detrimento do mesmo, para a busca da máxima valorização, isto é, do privilégio e da aquisição de sobrelucros para o capitalista.

No modo de produção capitalista o enfrentamento da crise do assalariamento, como trata Castel (1998) leva os trabalhadores a se conformarem ou se confrontarem com uma realidade contraditória. O chamado mundo do trabalho tem sido questionado sobre o ser e o devir ser do trabalho na contemporaneidade. Neste espaço-tempo, o homem livre e emancipado é novamente colocado como uma realidade possível. Apesar do espaço de trabalho ser, na maioria de vezes, espaço de alienação, de submissão.

No capitalismo, o homem se torna escravo do capital. Sua necessidade de sobrevivência é tamanha que, coloca sua força de trabalho à disposição do capital, suas atividades são praticamente mecanizadas, com pouca ou quase nenhuma reflexão sobre o sentido de sua capacidade, de seus limites, de sua existência imersa em uma história que obscurece sua condição social.

É necessário compreender que a distribuição de renda pressupõe a desconcentração dos meios de produção e das formas de reprodução da subsistência, isto porque o consumo do capitalista não é o mesmo dos trabalhadores.

A apropriação privada destes meios determina a desigualdade na distribuição da renda local, estatal, nacional, mundial e, portanto, a contradição central dada pelas condições sociais de reprodução da classe trabalhadora. Assim, considerando que na crise do capital as condições sociais de reprodução da classe trabalhadora tornam-se cada vez mais precárias. O atual cenário do mundo do trabalho,

diferentemente do movimento de economia solidária, tem reforçado o estabelecimento de relações sociais contraditórias, em que a divisão social ocasiona a exclusão em múltiplas dimensões. A má distribuição de renda e, conseqüentemente, da reprodução sob baixos patamares de vida, dá-se em meio a falta de acesso a direitos básicos, caracterizando o processo de vulnerabilidade social.

1.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA PERSPECTIVA ASSOCIATIVISTA NA CONTRAMARCHA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Na contra face desse movimento de constituição da sociedade capitalista, as estratégias de organização do trabalho coletivo e autogestionário têm possibilitado a socialização, sob novas bases, para a geração de trabalho e renda, caminhos possíveis na estruturação de experiências de acumulação de forças, com perspectivas de fundar novas bases de organização social do trabalho e da sociedade. É, nesse sentido, que a organização do trabalho, enquanto possibilidade de superação da crise do emprego tem possibilitado:

> (...) um novo relacionamento entre economia e sociedade. Se certas características organizacionais particulares notadamente no que se refere ao aspecto democrático da organização do trabalho[7] são sublinhadas na apreensão desse termo, trata-se aqui, sobretudo, da inscrição sóciopolitica das experiências que fundam essa noção. Esta é a razão pela qual entendemos que, para além de um conceito servindo para a identificação de um certo número de experiências com um estatuto diferente daquele da empresa capitalista, a noção de economia solidária remete a uma perspectiva de regulação, colocada como uma questão de escolha de um projeto político de sociedade (...) (FRANÇA FILHO, 2002, p. 13).

Portanto, uma possibilidade de ressignificação do trabalho coletivo passa pelo associativismo como condição de desalienação, porque neste espaço o trabalho associado se desenvolve de modo autônomo e autogestionário, um desafio a se realizar, um longo caminho a percorrer no processo de transformação do trabalho, enquanto capaz de retomar seus sentidos e se perceber na totalidade, e não enquanto mero produtor de mercadoria.

[7] Grifo da autora.

Hoje, em grande medida, a economia solidária[8] e o trabalho associativista se encontram, no primeiro patamar, no nível da satisfação de necessidades básicas. Há uma passagem de ações eminentemente reivindicativas para as ações propositivas e de produção, as quais se articulam de diferentes formas, mas que trazem como novidade o Fórum Social Mundial – FSM, que segundo Mance "(...) leva para o âmbito do exercício das finanças lógicas autogestionárias, de que cada pessoa tenha assegurado o seu direito ao voto, em igualdade de condição com os demais, para decidir tudo àquilo que afere os interesses coletivos (2008, p. 190)"; e assim como Castel (1998, p. 497) afirma que as transformações atuais têm gerado ensinamentos como:

> (...) o todo econômico nunca fundou uma ordem social; numa sociedade complexa, a solidariedade não é mais um dado, mas um construído; a propriedade social é, simultaneamente, compatível com o patrimônio privado, e necessária para inseri-lo em estratégias coletivas (...).

Dessa forma, o associativismo na contramarcha da precarização do trabalho, tem se apresentado pela organização do trabalho em cooperativas, grupos de produção, associações de pequenos produtores rurais e urbanos, sob os princípios da economia solidária objetivando se constituir como uma estratégia de organização do trabalho que vai além do sentido econômico, pois a geração de trabalho e renda se articula à distribuição dos excedentes de forma mais eqüitativa ao pressupor a propriedade coletiva dos meios de produção e, em conseqüência, a distribuição dos meios de produção e de subsistência, mas também a solidariedade e novos laços sociais.

É a apropriação privada destes meios que determina a compartimentalização da distribuição da renda nacional, de modo deslocado do domínio dos produtores diretos, tornando-se um exercício concreto de fragmentação.

Para Schmidt e Perius (2003, p.68) "a cooperativa é uma opção de organização econômica que convive e mantém negócios com a outra opção, a empresarial capitalista, pois estas empresas ora são clientes, ora são fornecedoras das cooperativas". O que significa, por um lado, que esta forma de organização do

[8] No Brasil, institucionalizada no governo Lula, a economia solidária é uma experiência que assume uma via diferente do emprego assalariado. Apresentando-se como uma nova concepção relacional para a organização do trabalho tem promovido geração de renda de grupos populares no contexto de uma política pública que ultrapassa limites. Ver também http:// www.mte.gov.br.

trabalho, ao estar inserida na sociedade capitalista, tem restrições e oportunidades relacionadas à dinâmica do mercado e, por outro, simultaneamente, que há neste espaço de interação e interfaces contradições e diferenças fundamentais que se caracterizam em linhas de separação, ou seja, normas de distribuição da produção que regem as relações comerciais.

Na economia solidária a autonomia do trabalho significa considerar a organização coletiva e autogestionária, como condição essencial, estabelecida em relação ao resultado das sobras/excedente da produção equitativamente dividido entre os membros do empreendimento. A propriedade coletiva dos meios de produção é um dos mecanismos garantidores desse processo; no empreendimento capitalista, a produção é realizada coletivamente, mas a divisão é realizada de modo desigual entre o produtor direto e o proprietário dos meios de produção.

Essa é uma questão de ordem central, e ainda, factível de críticas daqueles que não concebem a cooperativa como um instrumento de trabalho promissor. A crítica ocorre a partir de duas perspectivas centrais: para alguns a cooperativa e mesmo a economia solidária tem uma vida efêmera, na medida em que nasce ou ressurge em contexto de crise e, assim, tão logo haja recuperação da economia, esse instrumento é novamente deslocado como um elemento residual. Portanto, seria uma ação paliativa e de caráter temporário.

Para outros, e tomando por base Calzavara e Lima (2004), há ainda muito a ser feito em relação à própria qualidade da produção, mas, consideram que, sem dúvida, a economia solidária contribui para que o trabalhador consiga obter ganhos efetivos, porque não basta somente saber gerir, mas produzir com qualidade para o mercado, além de considerar a tomada de consciência daqueles que se aliam a esse movimento sem convicção do seu valor.

Esses últimos afirmam que a baixa qualificação dos cooperados e principalmente a necessidade de políticas públicas de promoção desse tipo de trabalho, aliado a um quadro econômico muito questionado, leva a não se ter garantia de uma vida longa às cooperativas de bases populares.

No entanto, seus defensores como Laville (2004), França Filho (2002), Singer (2002) a afirmam como um instrumento fundamental na crítica dos efeitos da sociedade salarial e do terceiro setor, dentre outras formas de organização do trabalho.

O cooperativismo sob a base da economia solidária tem repercutido em elevação da qualidade de vida das populações mais vulnerabilizadas pela dinâmica do capital, principalmente, do capital financeiro. A articulação das esferas econômica, social e política têm possibilitado, ainda que de modo frágil a resistência dos trabalhadores à barbárie do trabalho precário.

Para Pinto (2006, p. 27), as cooperativas assim como as associações se configuram em novas formas de organização dos trabalhadores com potencial considerável para a promoção do trabalho e fortalecimento das relações sociais.

A novidade está no fato de que a própria forma coletiva do trabalho atua em favor da produção de vínculos sociais, bem como, de uma qualidade particular para esses vínculos. Isso se traduz no questionamento da naturalização das relações de mercado capitalista, a partir dos novos valores e relações ensaiados por empreendimentos associados: a cooperação como fator gerador de riquezas materiais e imateriais; a gestão compartilhada de recursos, e a motivação voltada para a distribuição e não-acumulação das riquezas produzidas ou trocadas.

O fortalecimento das relações sociais é a base construtiva das cooperativas, associações e outros grupos de produção de origem popular e/ou solidária. Não basta garantir a produção, se as relações não estiverem consolidadas, pois a estabilidade desses empreendimentos fica comprometida, no sentido de deixar de existir.

A atuação das cooperativas e associações na perspectiva da economia solidária está além da geração de trabalho e renda. São relações que se estabelecem a partir da organização dos cooperados com intuito de fortalecer, sua estrutura social e política na articulação com instituições que contribuam para a permanência em espaço competitivo no contexto da economia mundial.

Assim, a saída da crise capitalista, moldada em novas formas de organização dos trabalhadores, tais como em cooperativas, no contexto da economia solidária, tem se constituído em novas formas de inserção, com meios de acesso à renda e ao trabalho, não apenas para solucionar necessidades emergenciais, devido ao reduzido meio de remuneração por uma determinada tarefa, mas como uma forma de remuneração reconhecida pela realização de deveres e garantia de direitos em processos inovadores da organização social.

É imprescindível reconhecer que “as mudanças no padrão de acumulação capitalista e nas formas de regulação pública de seus efeitos, no último quartel do

século passado, afetam drasticamente o paradigma do emprego assalariado estável" (PINTO, 2006, p. 21).

Tal consideração decorre no enfraquecimento dos vínculos sociais sob um arcabouço sócio-jurídico de direitos e identidades que compõe a condição assalariada de maneira forjada, onde a realidade do desemprego e do subemprego se exprime na precariedade e vulnerabilidade de trabalho, ou melhor, de mera sobrevivência. Nesse contexto, a classe trabalhadora tem buscado alternativas no sentido do trabalho autoreferenciado, que acarreta mudanças e sentidos diferenciados para o trabalho, que apesar das consideráveis dificuldades, a exemplo da promoção de políticas públicas de geração de trabalho e de renda, de financiamentos da produção, de formação e educação no campo, dentre outras, tem promovido principalmente na área rural, uma evolução socioeconômica, direcionada à revalorização desse espaço produtivo, através do desenvolvimento das atividades agrícolas de modo organizado.

O associativismo e o cooperativismo como formas de trabalho associado com a emergência de uma economia solidária, estabelecem vínculos sociais de qualidade, traduzidos segundo Pinto (2006, p. 27) "no questionamento da naturalização das relações de mercado capitalista". Um processo de busca por novos valores, para superação das necessidades básicas com aquisição de renda e trabalho.

Esta nova economia propõe através dos empreendimentos associados, a geração de riquezas tanto material, os bens produzidos e/ou adquiridos, quanto à imaterial onde o trabalhador cooperado, ao compor uma gestão de recursos partilhados, desconsiderando a acumulação da produção e do lucro, adquiriu nessa ordem reconhecimento e valorização.

Singer (2002) trata que a economia solidária é proveniente do desenvolvimento de forças produtivas, que assinala o "novo cooperativismo", e retoma os princípios do cooperativismo clássico, ou seja, do amplo valor conferido à democracia e à igualdade nos empreendimentos, a persistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento.

A economia solidária, de acordo com Singer *in* Cattani (2003), a economia solidária ressurge em resposta à crise do emprego e a desregulamentação econômica, com a liberação do capital que em face da crise gerou como

conseqüência o fechamento de empresas, ocasionando desemprego em massa em vários ramos da economia capitalista.

A economia solidária "(...) tende a atenuar oposições e a eliminar antagonismos, correntes na prática e no pensamento dos nossos dias: entre o capital e o trabalho, entre o interesse próprio e a coletividade" (GAIGER, 2004, p. 401), na medida em que há o re-encontro entre economia, política e sociedade.

É afirmada como um movimento de "(...) processos, dinâmicas e espaços de atuação próprios, os quais se diferenciam das práticas cooperativas institucionalizadas até os anos 1970" (ICAZA, 2004, p. 17).

É, portanto, um tipo organizativo da produção e do trabalhado, cuja sociabilidade estabelecida possibilita a extensão das relações sócio-políticas no que são as redes de articulação dentre as quais instituições governamentais, ONG's, Instituições de fomento, sindicatos, até o acesso às políticas públicas.

Para Laville (2009), a economia solidária, como uma nova forma de produzir, consumir e distribuir, se propõe como alternativa viável e sustentável à satisfação das necessidades individuais e coletivas. Não bastando garantir renda, o que importa é fortalecer a ação coletiva de construção dessa nova alternativa produtiva estabelecida por conseqüências geradas pelo capitalismo.

A economia solidária enquanto política governamental surge em 2003, no governo Lula, na perspectiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, esta economia busca regatar valores a de se constituir como:

> (...) fundamento de uma globalização humanizadora de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho integracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida (FBES, 2006, p. 78).

Barcelos (2010), na primeira feira de Economia Solidária do Baixo Tocantins, realizada no período de 26 a 28 de novembro de 2010, em Igarapé-Miri, tratou algumas dificuldades e desafios para a economia solidária, considerando o desenvolvimento da economia local. Nesse sentido, as dificuldades descritas entre marco regulatório, capitação de recursos, um sistema regulamentado para operação de correspondente (hoje só existem dois no Brasil, Banco do Brasil e Caixa Econômica), lastro para moeda social e a ampliação de políticas de economia solidária, se unem aos desafios da ampliação de experiências, flexibilização do

sistema financeiro nacional para captação, gestão comunitária de recursos, além da sensibilização de parceiros.



Fotografia 1: Registros da I Feira de Economia Solidária do Baixo Tocantins - Ginásio Aristóteles Emiliano de Castro – Igarapé-Miri.
Oficina Temática Moeda Social e Consumo Solidário
Fonte: pesquisa de campo, nov. 2010.



Fotografia 2: Oficina Temática Moeda Social e Consumo Solidário/ ginásio Aristóteles Emiliano de Castro/ Igarapé-Miri.
Fonte: pesquisa de campo, nov. 2010.



Fotografia 3 :Oficina Temática Moeda Social e Consumo Solidário / ginásio Emiliano de Castro/ Igarapé-Miri.
Fonte: pesquisa de campo, nov. 2010.



Fotografia 4 : Oficina Temática Políticas Públicas (PAA, Merenda escolar).
Fonte: pesquisa de campo, nov. 2010.



Fotografia 5 : Oficina Temática Políticas Públicas (PAA, Merenda escolar).
Fonte: pesquisa de campo, nov. 2010.

Economia Solidária para o MET	Economia Solidária para o STR – Cametá	Economia Solidária para a CART	Economia Solidária para a FECAFES
"Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem Explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. (...) vem se apresentando como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social (...) compreende as formas econômicas e sócias organizadas em cooperativas, associações, clubes de trocas, empresas autogestionárias, redes de cooperação, etc. (...) realizando atividades de produção de bens, prestação de serviços (...) caracterizada pela cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade (...)**"** **(**Ministério do Trabalho e Emprego – MTE**).**	"É um processo bastante difícil vivendo num processo capitalista, mas nós temos nosso objetivo um dia propor pra nação esse mercado solidário aonde possam ser valorizadas as pessoas (...) e não o lucro, porque hoje o mercado dessa economia que nós temos, que impera mercado, que vale o lucro, ele acaba o homem só valendo quando tem alguma coisa quando não tem mais nada ele não vale nada. Então, nós ainda pensamos uma economia onde o homem possa ser valorizado. Nós já vivemos isso inclusive nossa região era assim, o pessoal trazia o açaí, outro trazia a farinha, trocava o açaí com a farinha, o Mapará (tipo de peixe muito consumido na região) com a farinha, o café com o biscoito, nós víamos muito pouco dinheiro rolar, mas nós trabalhamos para que um dia possa acontecer isso, esse mercado solidário onde as pessoas se sintam irmão dentro desse processo econômico" (Informação verbal)[9].	"É a mais ou menos adequada pela questão de estabelecer o preço justo e trabalhar na tentativa de agregar mais valor em cima da produção" (Informação verbal)[10].	"Na economia solidária a gente discute muito e aí se tem que entender o que é solidário mesmo porque parece que tem várias linguagens dita até agora. Eu entendo solidário quando você procura entender a necessidade tanto do seu parceiro, sua parceira quanto da cooperativa. Você procura uma resposta junto para aquele problema. Então com isso você passa a ser solidário. (...) Então, eu considero solidário quando eu consigo encontrar e procuro junto com os parceiros discutir esse contrato, ratear os valores, ratear os volumes que tem que ser entregue. Isso ainda não é muito possível dentro da Federação e dentro das cooperativas, mas já existem sinais dessa junção, desse trabalho. (...) Então essa questão da economia solidária ele se dá

[9] NUNES, entrevista concedida em 10/08/2010.

			diante de um trabalho que a gente vem fazendo de entender qual que é o processo. E o processo eu acho é meio complexo. Eu vejo meio complexo, mas descrevo que se você não se preocupar tanto com a sua organização quanto com a organização do outro parceiro parece que o solidário está bastante longe dessa realidade" (Informação verbal)[11].

Quadro 1: Comparação das Definições de Economia Solidária.
Fonte: MTE; pesquisa de campo, ago, 2010.

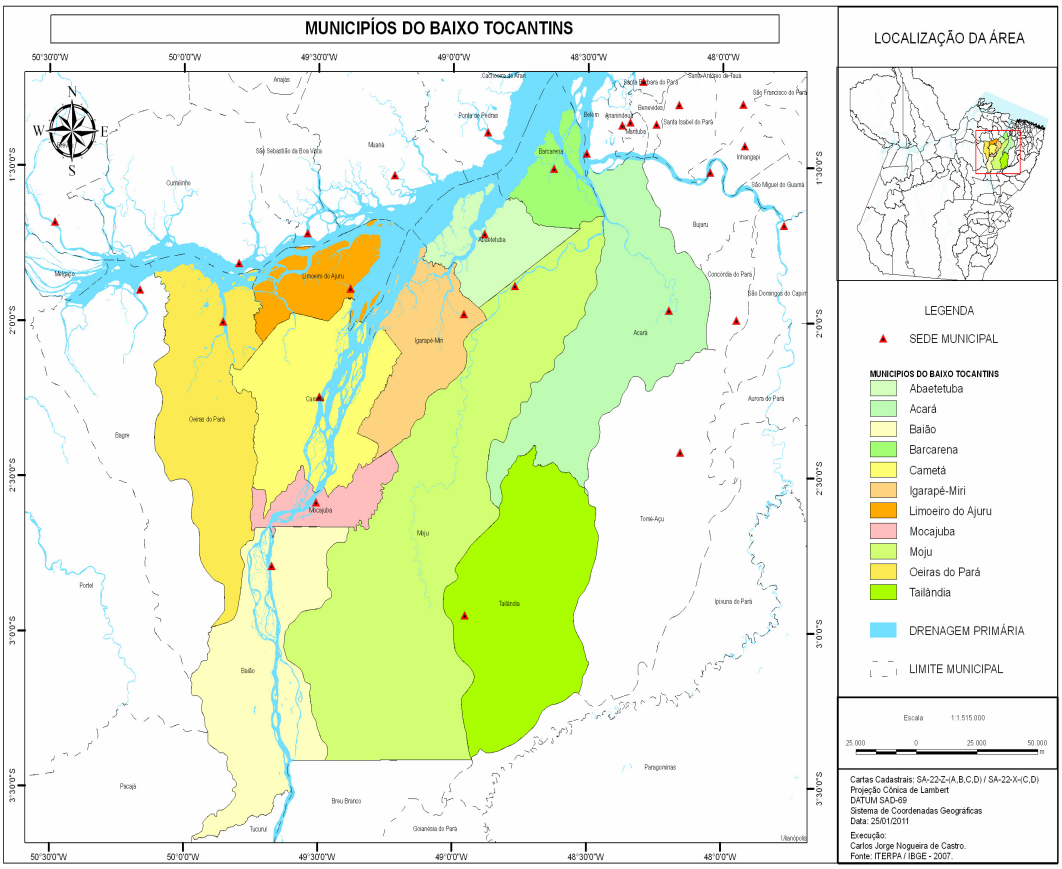
[10] DIAS, entrevista concedida em 11/08/2010.
[11] ABREU, entrevista concedida em 23/12/2010.

CAPÍTULO II

CAMETÁ: BERÇO DA ORGANIZAÇÃO SÓCIO-PRODUTIVA DO PEQUENO PRODUTOR RURAL DO BAIXO TOCANTINS

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ: *LÓCUS* DA CART

O Município de Cametá[12] teve papel destacado na política do Estado do Pará, como centro da política da microrregião do Baixo Tocantins. Sua população, de acordo com dados do IBGE (2010) é estimada em 120.896 habitantes. Destes 68.058 habitam o campo, ou seja, 56,29%. Trata-se de um município do segundo maior Estado brasileiro, com uma área de 1.247.950,003 km^{2,} distribuída em 144 municípios (IBGE, 2010).



Mapa 1: Região do Baixo Tocantins.
Fonte: ITERPA /IBGE - 2007.

[12] A fundação oficial do município de Cametá data de 1635. É uma das mais antigas cidades da região amazônica e que teve com um dos portos mais importantes do Pará. Em 19 de junho de 2007, de acordo com a lei 086 do Plano Diretor do Município, sua composição distrital tem a seguinte formação: Areião, Carapajó, Curuçambaba, Juaba, Janua Coeli, Porto Grande, São Benedito de Moiraba, Torres de Cupijó e Vila do Carmo do Tocantins.

Na década de 1980 esse município foi impactado pela construção da barragem de Tucuruí, repercutindo em alterações socioeconômicas locais em face dos impactos, particularmente para as populações ribeirinhas, que tinham suas formas de vida vinculadas aos produtos de várzea às margens do rio Tocantins, isto porque o município de Cametá tem base econômica fortemente pautada no extrativismo e na agricultura familiar, merecendo destaque a ampliação da monocultura da pimenta do reino, que tem seu marco inicial nos anos 1970, entrando em crise logo no início dos anos 1990 (SOUSA, 2002), uma atividade significativa do setor primário.

A partir de 1970, por ocasião do declínio da economia da Borracha houve uma crise de deslocamento populacional para o município de Tome-Açú com objetivo de trabalhar na produção da pimenta-do-reino, desenvolvida por uma colônia de japoneses situada naquele município. Há relatos de que centenas de cametaenses migravam anualmente para a Tomé-Açú em busca dessa experiência que determinou um novo ciclo econômico em Cametá, onde a organização coletiva das comunidades cristãs foi significativa de camponeses.

A cultura da pimenta-do-reino, estimulada pelo setor agrícola voltada à exportação, baseada na grande propriedade, foi responsável pelo crescimento da agricultura, pois foi a primeira cultura implantada em Cametá, requerendo técnicas de cultivo, tais como espaçamento, preparação de mudas, capinação e uso de fertilizantes. A safra nos meses de janeiro e fevereiro era tão promissora que as atividades produtivas ocasionaram melhores condições de vida à população local. A exemplo dessa superação de crise econômica em Cametá, a ação dos camponeses de forma racional, com o apoio da Igreja Católica, pode promover também em outros momentos a correspondência com políticas de governo de garantia da produção agrícola (SOUSA, 2000).



Fotografia 6: Orla do município de Cametá.
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010.

O município de Cametá integra o território do Baixo Tocantins[13] (Mapa 1). Sua população é composta por uma das colonizações mais antigas, constituídas a partir de processos de miscigenação entre negros, portugueses, mamelucos, libaneses, mulatos e indígenas, em primeira instância, e mais tarde pelos nordestinos que foram atraídos pelo dinamismo da economia da borracha e do cacau.

As dificuldades para o escoamento da produção é um dos grandes bloqueios ao desenvolvimento rural. Assim, a organização dos pequenos produtores rurais, fica praticamente comprometida, haja vista que eles não têm condições financeiras para garantir a infra-estrutura e a logística necessária.

Hoje, essa região é também observada devido à potencialidade sóciobiodiversa constitutiva da Amazônia brasileira. Sua sócioeconomia é impactada pelas condições de trabalho no meio rural, bem como, pelo acesso a políticas públicas voltadas à população campesina.

E perante essa realidade, considera-se a importância de entender o papel das cooperativas de pequenos produtores rurais para a economia do município como um sujeito coletivo em um cenário de conflitos agrários, atuante na disputa entre projetos de desenvolvimento que garantam a estabilidade socioeconômica dos pequenos produtores rurais associados.

[13] Demais municípios que fazem parte desta microrregião: Abaetetuba, Baião, Barcarena, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Oeiras do Pará.

2.1.1 O destaque da agricultura familiar e suas formas de organização

A agricultura familiar, no contexto regional do Baixo Tocantins, de certa forma, vem passando por um processo de revitalização. O envolvimento dos pequenos agricultores familiares interage-se na produção direcionada às dinâmicas regional e de produção via a organização dos trabalhadores comprometidos com a reprodução social, econômica, ambiental. Para Costa (2000), as relações socioambientais do campesinato independente na Amazônia, podem convergir em desenvolvimento capaz de contribuir ou não para a preservação do ecossistema.

Sobre a realidade socioeconômica dos pequenos produtores rurais em Cametá, ainda com base em Costa (2000), considera-se que há condições que limitam a organização de suas atividades, devido serem referenciadas pelo fluxo das marés, pela sazonalidade da produção e colheitas dos principais produtos da renda familiar. Tais condições, "(...) unidas as dinâmica dos fluxos do calendário de trabalho forçam uma inevitável ocorrência entre os sistemas de culturas, os de criação, o extrativismo vegetal e a pesca." (COSTA, 2000, p. 251).

> (...) a nova ordem capitalista, naquilo que se refere à agricultura, pode abrir espaço para uma revalorização do saber e do fazer do camponês, o que recoloca a questão da apropriação capitalista dos frutos deste conhecimento (...). Serão os setores da agricultura familiar os beneficiários por uma reconversão das técnicas no sentido da sustentabilidade social?"(MOREIRA, 1999, p. 183).

Nessa perspectiva, a sustentabilidade social é observada através da expansão e consolidação dos agricultores, devido suas formas de organização no estabelecimento das relações sociais e econômicas de produção e comercialização.

> É muito importante entender, então, que no capitalismo mais avançado o desenvolvimento de uma região rural há muito tempo deixou de depender do desempenho de sua agricultura. Para o senso comum, quanto mais produtiva a agropecuária, melhor deve ser o desenvolvimento local. Foi assim no passado com tanta freqüência, que faz crer que a regra seja eterna. Todavia, as mudanças da segunda metade do século 20 acabaram por virar de cabeça para baixo tão simplória relação de causa e efeito (VEIGA, 2001 p. 10).

A agricultura familiar, a partir da pequena produção no Baixo Tocantins, mostra como as mutações levaram à configuração de cooperativas como estratégia importante de desenvolvimento rural, mais inclusivo, na medida em que o valor agregado ao produto é apropriado pelos agricultores.

Todavia, a agricultura brasileira sob a ótica de desenvolvimento, com inclusão social, é um processo que vem gerando uma diferenciação, cada vez mais nítida, entre “duas agriculturas”: a agricultura moderna e a tradicional. Calzavara (2004) mostra que a agricultura moderna, tecnificada, empresarial se contrapõe a agricultura de subsistência (familiar), com variação dos índices de concentração da renda agrícola de acordo com cada região.

O desenvolvimento maciço de algumas regiões e a mecanização do campo direciona para a comercialização centralizada, desprivilegiando produtores individuais. E é fugindo dessa forma de constituição que os agricultores se associam e desenvolvem seu trabalho em Cametá. Um momento de garantir produção e estabilidade familiar, através da valorização de produtores familiares, trabalhadores que integram um debate, segundo Santos (2002), a cerca de modelos e experiências concretas, que combinam as vantagens do mercado, aliadas à produção solidária, um dos focos presente e responsável pela criação de alternativas coletivas aos convencionais processos econômicos que são operados por produtores individuais.

Fundamentado em outros autores, a exemplo de Abramovay e Hurtienne, que discutem sobre agricultura, Costa (2000) considera produtores familiares aqueles altamente integrados em mercados anônimos e separados, enquanto camponeses seriam os que estão parcialmente integrados em mercados de “produtos” e “fatores” integrados e altamente personalizados. São distinções utilizadas normalmente para distinguir a agricultura do norte, que utiliza poucos insumos externos, da agricultura do sul do Brasil, mais capitalizada. Ainda para esse autor, fazer essa distinção é tão importante quanto ostentar elementos centrais na delimitação e caracterização da **estrutura camponesa** (expressão utilizada por ele (1997) para indicar o que se entende por produção camponesa) a dimensão de propriedade fundiária até 200 ha e a extensão da utilização em 90%, automaticamente se trilhar um caminho metodológico que conduz a adoção dos conceitos de **produção camponesa**, **agricultura camponesa** e **agricultura familiar** como sinônimo, porque ambos se referem à predominância da força de trabalho familiar e a indivisibilidade entre as decisões de produção e consumo (COSTA, 2000, p. 10).

Para Abramovay (1992) na Amazônia pode-se encontrar exemplos desses dois tipos de agricultura. No entanto, propor essa distinção não é comum no debate atual sobre agricultura do norte, já que a **pequena produção** é identificada com a

agricultura familiar ou a **produção familiar** sem especificar os critérios para essa denominação. Em acordo com o paradigma dos clássicos marxistas é estabelecido que a agricultura familiar tenha sido nas nações capitalistas a principal forma social do progresso técnico no campo. Mas é necessário saber especificar que tipo de agricultura é essa.

Portanto, outro obstáculo teórico para a compreensão da realidade agrária contemporânea no capitalismo central está nas ambigüidades com que a noção de unidade familiar de produção tem sido tratada. Para esse autor, "A própria racionalidade de organização familiar não depende da família em si mesma, mas da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve" (ABRAMOVAY, 1992, p. 23).

Em Cametá, atualmente, a dinâmica econômica passa por uma transição, da agricultura tradicional para as práticas de manejo sustentável, estabelecidos em busca de proteção ambiental, de conservação e preservação da floresta, sem perder de vista a base de sustentação das populações locais, cuja economia tem se restringido, em grande parte, à promoção e à manutenção do açaí como um de seus produtos essenciais.

Assim, há de se considerar que a predominância do manejo do açaí, pode ocasionar riscos, tais como, a seca, quando o produto cai no chão antes do amadurecimento. Por outro lado, a monocultura do açaí pode desequilibrar as florestas. No entanto, é necessário que haja relação entre o manejo e o consórcio com outras culturas, possibilitando a diversificação da produção, um mecanismo em processo de implantação, com respeito ao uso do solo, a fim de garantir a produtividade, além do equilíbrio ambiental, trabalho e renda.

Dessa forma, a valorização de frutos como o açaí no mercado nacional e internacional, e o avanço dos pequenos produtores do Baixo Tocantins, no que se refere à organização da produção, possibilitou oportunidades de negócios para a produção familiar local, mas é preciso entender até que ponto essa experiência é sustentável. E nesse sentido, na perspectiva da melhoria da infraestrutura das condições de produção e pela busca de financiamento junto às instituições financeiras estatais, os pequenos produtores rurais se organizaram, como será exposto no próximo capítulo.

CAPITULO III

A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E A FORMAÇÃO DOS SINDICATOS

3.1 O SURGIMENTO DOS SINDICATOS NO CONTEXTO DA SOCIEDADE INDUSTRIAL

O Sindicato surge como instrumento de luta e representação da classe trabalhadora, no cerne da industrialização, devido aos processos de produção e acumulação de riqueza, por um lado, e a elevação da produtividade do trabalho, a destituição dos camponeses de base familiar que, em conseqüência, passaram a constituir um exército industrial de reserva[14], de homens livres com potencial de inserção em mercado de trabalho restrito.

A máquina a vapor, as fábricas e a produção em larga escala, induziu a constantes questionamentos por parte de trabalhadores, ensejando inclusive no movimento de quebra dessas máquinas[15], consideradas ingenuamente, como causa da perda dos postos de trabalho e da pobreza que se ampliava nas bases sociais da nova sociedade.

As fábricas recém estruturadas exigiam uma demanda de mão-de-obra sobre a arte e o ofício da era da produção artesanal, em que os artesãos detinham o controle de suas ferramentas da mesma forma que milhares de trabalhadores, tanto na cidade quanto do campo. Os trabalhadores foram obrigados a vender sua força de trabalho aos empresários capitalistas e, com isso evoluiu a exploração do trabalho. Tendo em vista que a demanda aumentada acompanha a produção em larga escala, ampliando o mercado nacional e internacional.

Singer (1998) considera que os sindicatos, assim como as cooperativas, funcionam como forma de responder a um sistema que coloca à margem trabalhadores que deixam de exercer papéis ativos na divisão social do trabalho.

Nesse sentido, as iniciativas e leis estimulavam a entrada de mão de obra no país. Nas áreas rurais havia uma situação diferente, pois apesar da capacidade da

[14] Conceito criado por Marx no século XIX, sobre o excedente de trabalho ensejado por um contingente de mão-de-obra que aumentou em curto prazo as filas de desempregados.

[15] O Ludismo, o Cartismo e a Comuna de Paris foram acontecimentos consideráveis para o surgimento dos sindicatos, tanto nos espaços isolados quanto no exterior das fábricas (GERAB; ROSSI, 2009).

terra em produzir bens, a mesma “(...) deixara de ser o símbolo de poder e riqueza e passou a ser mais uma mercadoria (...)” (GERAB; ROSSI, 2009, p. 17).

Deste modo, a organização de trabalhadores em sindicatos se propôs a luta contra o capital, que, por sua vez, se constituíam um instrumento legal de defesa dos interesses do proletariado (SANTOS, 2002), cujo fundamento foi dado por Marx, pensador que explicou o processo de exploração capitalista, bem como, construiu um legado para que os trabalhadores possibilitassem elevar suas condições de operários sobre os escravos, com a finalidade de responder as adversidades da classe operária.

As organizações sindicais, desde sua origem, tiveram um caráter corporativo, limitando suas lutas contra os ataques do capital e a elevação dos ganhos salariais. E nesse sentido, uma ação mais consciente dos sindicatos levou a lutas contra o capital, na medida em que os movimentos da classe operária possibilitam a construção de uma sociedade emancipada.Tal emancipação dependeria das diversas categorias de trabalhadores, constituídas por vínculos de solidariedade entre si sob a construção de um projeto novo de sociedade.

A Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT, tendo como competência a organização das associações operárias de diversos países, e as *trade-unions*, enquanto movimento sindical inglês foram iniciativas marcantes para o cenário de luta dos trabalhadores em nível mundial. Suas lutas e conquistas perpetuaram um processo contínuo de reivindicações e supressão de condições constrangedoras, impostas à classe trabalhadora, no urbano e no rural.

O sindicalismo praticamente em todos os países da Europa Ocidental e da América do Norte, nos anos 1970, foi segundo Rodrigues (2002), o movimento que se expandiu quanto ao número de trabalhadores sindicalizados e pela capacidade de mobilização nos vários níveis, do econômico ao político. E mesmo que os avanços sindicais em diversos países não tenham sido paralelos, havia perspectiva de nivelamento dessa organização que garantiu a existência dos sindicatos.

Entre os anos 1980 a 1990, Rodrigues (1999) retrata que os sindicatos sofreram situações marcantes pela ação que exerciam nas reivindicações contra a elevação do índice de desemprego, na maioria dos países, bem como, nas mudanças na organização e nas formas de gestão.

3.2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O SINDICALISMO NO BRASIL

No Brasil, o movimento sindical se estruturou tardiamente em relação à Europa, pois até final do século XIX a produção nas lavouras de café, açúcar, ouro e tabaco, dentre outros produtos eram realizados por meio do trabalho escravo.

A proibição do tráfico de escravos propiciou a industrialização e o dinheiro da compra de escravos passou a ser aplicado na compra de máquinas, fazendo surgir as primeiras fábricas de tecidos e a indústria de alimentos no Brasil (GERAB; ROSSI, 2009).

Esse fato gerou sérias conseqüências para a formação econômica e social, pois os centros urbanos não dispunham de infra-estrutura para aquela demanda populacional. É nesse contexto de transição da economia agrária para a economia industrial que a experiência dos imigrantes contribuiu para o surgimento do sindicalismo, ao fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, com base nas idéias socialistas e anarquistas européias (GERAB; ROSSI, 2009).

Era momento de considerar o desenvolvimento nacional, que por sua vez estava estabelecido em um contexto de declínio econômico e social. Tal como foi no período do final do ciclo do ouro, na metade do século XVIII, até a entrada do século XIX, com o surto da exportação do café, o Brasil assistiu desde a crise da dívida externa (1981-1983) o registro da semi-estagnação econômica e regressão social, com desemprego crescente, dês-proteção social e trabalhista, explosão da violência, entre outros sinais de rebaixamento das condições de vida que durou ¼ de século. “Somente os enriquecidos pelo dínamo da financeirização da riqueza passaram incólumes pelo desmoronamento do projeto de um país urbano-industrial iniciado somente com a Revolução de Trinta” (POCHMANN, 2010, p.11).

Gerab e Rossi (2009) declaram que a experiência dos imigrantes contribuiu em substituição aos escravos. Foi um processo essencial para a construção do sindicalismo, que acumulou forças e gerou uma conjuntura de greves, cujo resultado foi a criação das primeiras leis trabalhistas, no qual a organização sindical se fortaleceu, e passou a demandar melhores condições de trabalho, redução das jornadas e melhores salários.

Os sindicatos, em grande parte, desenvolveram uma relação político-ideológica com movimentos revolucionários, de modo que sua organização, bem como, sua ação, se designou importante nos processos de transformação social, por

serem “(...) instituições que surgiram na maioria dos países (industrializados), como organismos de representação de interesses setoriais, freqüentemente locais e coletivos, e que se tornaram organizações mais abrangentes de forma lenta” (RAMALHO; SANTANA, 2004, p.41-42).

Para entender o sindicalismo rural no Brasil, Sousa (2002) esclarece que é preciso reportar a década de 1930. Naquele período, surgiram os primeiros sindicatos, considerados estruturas jurídica e organizacional que permanece até os dias atuais. Mesmo com reconhecimento, através de Decreto, os sindicatos, do tipo corporativista, foram caracterizados como instituições auxiliares do Estado, subordinadas ao Ministério do Trabalho Comércio e Indústria, para posteriormente terem autonomia que resguardasse independência, através da Constituição de 1934.

De acordo com Sousa (2002), nesse período os sindicatos eram independentes, apesar de não reconhecidos. Porém, somente através do Decreto n° 1970, de 1931, foram oficializados os direitos de representação, no entanto, como instrumento do Estado.

Dessa forma, no período de 1937 a 1945 o movimento sindical passou por intensa repressão e tortura, repercutindo na sociedade, pelo combate ao comunismo. A censura aos meios de comunicação, à repressão e à atividade política levaram à perseguição e prisão de lideranças, de pessoas consideradas inimigas e “ameaçadoras” da ordem política em todo o país.

Em 1944, foi restituído o direito de organização dos trabalhadores rurais para organização em sindicatos em 1946, apesar dos direitos garantidos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, na prática, alguns direitos não foram reconhecidos devido as ações reacionárias da maioria dos patrões.

Até 1956 não havia Sindicato de Trabalhadores Rurais - STR’s reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e em 1957 havia apenas três sindicatos dessa natureza. Em 1960 esse quantitativo se estabelecia em oito sindicatos organizados no campo, em todo o Brasil.

Em 1962, o governo federal baixou duas portarias[16] para facilitar a legalização e reconhecimento dos sindicatos. Fato que ocasionou o reconhecimento de mais de cem STR’s (SOUSA, 2002). Por outro lado, considerando que as conquistas não ocorrem sem os interesses de quem as promove, principalmente pelas

[16] Portarias n° 209ª, datada em 25 de junho de 1962; n° 355ª, datada em 21 de novembro de 1962 (GERAB; ROSSI, 2009).

circunstâncias de reivindicações fortes contra o governo, com o Regime Militar, tais portarias, baixadas por João Goulart, com a finalidade de garantir apoio e aproximação com a classe camponesa, foram extintas. E em 1963 foi promulgada a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, com o reconhecimento da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais – CONTAG.

Apesar das dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora em constituir os sindicatos, no governo Vargas foi criada a figura do Sindicalismo de Estado que não avançou imediatamente na área rural.

3.3 OS SINDICATOS E A ORGANIZAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES EM CAMETÁ

Na década de 1970, em Cametá, o sindicato era o principal instrumento de assistência dos trabalhadores rurais. Era a instituição que encaminhava as aposentadorias, bem como, cuidava dos serviços de saúde. Atualmente, suas atividades foram ampliadas e para dar conta da demanda houve a necessidade da criação de algumas secretarias e do departamento de aposentadorias na década de 1990.

Sousa (2000) comenta que a partir de 1973, a Prelazia e a FASE foram às instituições responsáveis pelo apoio e pelas atividades de organização do Sindicato de Trabalhadores em Cametá, na perspectiva de:

> Uma proposta de desenvolvimento igual para todos. Um desenvolvimento sustentável, um desenvolvimento que leve em consideração a vida e não o lucro porque hoje, o que o capitalismo prega é essa questão do lucro. Para que ele tenha o lucro, vai morrer muita gente. E não tem problema para ele. O que importa é o lucro, mas para nós o que interessa é a vida. Então por isso que a gente acha. Que o desenvolvimento tem que vir dentro do processo sustentável. Ele não tem que trazer somente benéfica para o lucro, ele tem também que trazer benefício para o ser humano (Informação verbal).[17]

De acordo com Sousa (2002), a Igreja Católica foi responsável pela organização das Comunidades Cristãs e das atividades produtivas e comerciais comunitárias dos trabalhadores rurais da região, contribuindo para o redirecionamento do curso Sindicalismo Organizado, na cidade de Baião, procedendo a uma articulação junto aos camponeses em parceria com a Fundação

[17] NUNES, entrevista concedida em 10/08/2010.

de Atendimento Sócio-Educativo – FASE, a Delegacia Regional do Trabalho e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e Amapá – FETAGRI para a reestruturação dos sindicatos do Baixo Tocantins. Cinco trabalhadores rurais de Cametá, lideranças das Comunidades Cristãs - CC'S, sob influência do Padre Geraldo, participaram desse curso realizado no período de 19 a 26 de julho de 1973. Eram membros das comunidades Curuçambaba, Porto e Cupijó. E desse grupo saiu um presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cametá.

No Pará, a origem de organizações sindicais rurais é ilustrativa do processo de constituição da classe trabalhadora [18]. Entretanto, o STR - Cametá foi constituído, em 14 de fevereiro de 1974, em meio a conflitos devido às intervenções de grandes produtores rurais e da própria relação com o estado, considerada sua subordinação ao poder do governo federal, entre 1974 e 1985 (SOUSA, 2002).

Criados com base em alianças, os movimentos sindicais se estabeleceram em relações com partidos políticos e com outras representações da sociedade civil e do Estado. Esse fato, estrategicamente fortaleceu a classe trabalhadora que passou a investir contra seus opressores. Nesse sentido, Santos (2006) estabelece que a nova postura exigida ao sindicalismo se distingue na civilização do capitalismo, pois só assim, os sindicatos permanecerão como organização privilegiada, o que implica também na autonomia dos trabalhadores em face do patronato.

Portanto, estas novas organizações do trabalho, como forma de garantia da subsistência e fixação do homem no mundo do trabalho, tão conflituoso e pouco acessível, à classe trabalhadora se convertem em possibilidade de garantia de direitos a partir de reivindicações necessárias a manutenção da própria classe.

Assim, o chamado novo sindicalismo é efetivamente constituído no Pará, com a tomada deste importante instrumento de organização política dos trabalhadores rurais em 1987, com apoio da FETAGRI que tem sua base constituída pela organização política dos STR's, portanto, um instrumento de luta dado à crise do Regime Militar, quando os "(...) partidos políticos de esquerda e a Igreja que tiveram papel destacado na reconquista do espaço de atuação política dos sindicatos, contra a visão do sindicato-apoio do Estado" (GUERRA, 2009, p. 125). Isto porque desde

[18] No governo João Goulart através das portarias 209-A e 355-A/20/11/62, estabeleceu-se a possibilidade de serem reconhecidos oficialmente os sindicatos, ocorrendo um surto de fundações de entidades até o golpe militar de março de 1964 (GUERRA, 2009, p. 118).

sua criação até o fim da ditadura militar, estes haviam se transformado em entidades assistencialistas.

Em Cametá, o novo sindicalismo teve um papel essencial na organização da microrregião do Baixo Tocantins. Sua ação passa pelo cenário de abertura política, quando os pequenos produtores rurais da Região Tocantina, no dizer dos próprios sujeitos, já em fase de organização autônoma, no "III Encontro, realizado no período de 19 a 21 de abril de 1980", reuniu 120 trabalhadores de 18 municípios, a partir de uma mobilização que tinha como pauta o novo quadro de organização dos trabalhadores rurais dessa região (GUERRA, 2009, p. 125).

No início da década de 90, Costa (2006) assinala que a participação dos camponeses foi expressiva na Região Tocantina, através de suas organizações dentre as quais, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, além de associações de pequenos e mini produtores rurais, cooperativas agrícolas e colônias de pescadores, que agiam, na região, através do Movimento em Defesa da Região Tocantina – MODERT, particularmente para contestar os efeitos da hidrelétrica de Tucuruí.

A legislação ambiental brasileira, a partir da década de1980, passou a colocar em pauta os impactos socioambientais, como os ocasionados pela construção da barragem de Tucuruí. Neste sentido, a empresa Eletronorte foi pressionada a promover o desenvolvimento das regiões atingidas, mesmo em área não alagada.

O desafio era mitigar os problemas gerados nas "comunidades impactadas". Desse modo, os movimentos sociais do Baixo Tocantins levaram a Eletronorte um impasse judicial. Como resultado, os municípios a jusante conseguiram o reconhecimento formal dos danos causados pelo represamento do rio Tocantins, tanto quanto os da região integralmente atingida, denominada área montante. Entretanto dos nove municípios da área a jusante, apenas cinco foram identificados no diagnóstico da Comissão Mundial de Barragem e do Estudo de Impactos da Jusante feito pela Eletronorte, como necessitados de ações compensatórias, dentre eles: Igarapé-Miri, Cametá, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru e Baião. Tais municípios somavam até 2000, 211 mil habitantes, que tiveram seus modos de vida alterados em conseqüência do assoreamento de rios, extinção de espécies vegetais e aquáticas, além da migração de pequenos produtores das áreas de várzea, aumentando a condição de pobreza, haja vista ser o rio, uma condição de subsistência devido à pesca, bem como a extração de produtos como o açaí, bacaba, miriti, além de pescadores nas áreas da barragem.

Logo, as reivindicações da população prejudicada pelas inocorrências da construção dessa hidrelétrica, levaram a criação do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião a Jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – PDJUS iniciou suas ações em 2005[19]. Essa experiência consistiu no planejamento participativo de elaboração de uma política de compensação dos impactos causados pela Eletronorte, através de um planejamento participativo nos eventos municipais e regionais objetivando mudar o caráter das ações socioambientais realizadas por essa empresa.

As lutas econômicas e políticas dos sindicatos no campo institucional passaram a ser organizadas pelas entidades de representação dos trabalhadores rurais, em articulação estreita com partidos políticos, particularmente com o Partido dos Trabalhadores - PT, a partir de projetos e sujeitos coletivos importantes nas conquistas sociais na microrregião do Baixo Tocantins.

Notadamente, os acontecimentos contemporâneos, em relação às transformações no mundo do trabalho e a ação sindical, no campo, tem se desenvolvido, atingindo essa organização coletiva e modificando a correlação de forças entre capital e trabalho, em escala internacional**.**

Segundo o presidente do STR – Cametá, até por volta de1990, poucos foram os benefícios para os trabalhadores rurais. Foi um período em que o "Pará passou, de 1970 por um processo de ordenamento territorial intenso, que interferiu diretamente no comportamento das organizações representativas" (GUERRA, 2009, p. 130) [20].

Além disso, o STR - Cametá é vinculado à CUT- Brasil, FETAGRI e à CONTAG objetivando fortalecer cada vez mais, as instituições dos trabalhadores, haja vista pautarem suas lutas como cumprimento dos direitos trabalhistas rurais. O envolvimento com outras Instituições de assessoria, como a Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes – APACC, para assistência técnica, voltada ao fortalecimento da agricultura, sob os princípios da agroecologia no pólo de Cametá que inclui ainda os municípios de Limoeiro do Ajurú e Oeiras do Pará. A partir de 2000, Segundo Soares (2008), a assessoria da APACC (SOARES, 2008, p. 25),

[19]Jornal Beira do Rio, 2006. Disponível em http: www.ufpa.br

[20] De acordo com o DIEESE (2008), ao analisar os dados da população agrícola sindicalizada em todo o país em 2006 correspondia a 24,4%, perdendo apenas para a organização sindical de ordem administrativa pública, mesmo sendo demonstrado significativamente que os trabalhadores rurais residentes na própria área, organizados em sindicatos constituíam 88,6% Estatísticas do Meio Rural – DIEESE, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008.

estava baseada na troca de conhecimento entre técnicos e camponeses para inovar formas de produção e de saúde preventiva, nas quais se envolviam articuladamente o STR – Cametá, as colônias de pescadores, delegacias sindicais, associações de pequenos produtores, cooperativas, associações de mulheres e casa familiar rural[21] na expansão das lutas a fim de avançar no processo de organização sócio-política e econômico-cultural na microrregião.

Em 1993, com o movimento "Grito do Campo e Grito da Amazônia" foi possível articular uma pauta unificada de reivindicação dos trabalhadores do Pará, dos diferentes municípios do estado, na cidade de Belém. A manifestação ocorreu no centro da cidade, precisamente, em frente ao Banco da Amazônia SA – BASA. Esse movimento teve repercussões importantes, resultando na criação de uma linha de crédito do FNO[22] e do PRONAF[23], considerados, atualmente, os maiores programas de fortalecimento da agricultura familiar.

Em contrapartida, a linha de crédito e o benefício previdenciário para os agricultores são as maiores conquistas de luta sindical, na medida em que gerou reconhecido do agricultor familiar. Segundo o presidente do sindicato de Cametá. Para ele, o fato de poder ser reconhecido como agricultor familiar, em nível nacional, foi sem dúvida uma conquista importante, haja vista que quem morava na área rural "(...) ou era índio, ou era negro, ou era escravo. Não tinha a categoria que tem hoje de agricultor, não tinha uma profissão reconhecida" (Informação verbal)[24].

O Fundo Constitucional do Norte – FNO financiou a construção de barcos, o que dentro dos objetivos dessa instituição, segundo o presidente do STR, se

[21] Com origem na França, em 1937, as casas familiares rurais desenvolvem a proposta de formação através da Pedagogia da Alternância para filhos (as) de agricultores articulada a realidade local (REIS, 2008).

[22] Fundo Constitucional de Financiamento do Norte "criado a partir da Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei 7. 827, de setembro de 1989, tendo por objetivo o soerguimento do desenvolvimento nas regiões consideradas periféricas do país, com a justificativa de corrigir desigualdades regionais históricas existentes no Brasil." (SOUSA, 2002, p. 159). Constituem-se em uma modalidade de crédito público, administrada pelo BASA. Suas duas modalidades de crédito estavam designadas a extração e cultura de produtos voltados ao atendimento de uma demanda efetiva. Em Cametá, o FNO foi difundido a partir da luta dos trabalhadores rurais para superar a crise da agricultura, sem orientação previa do tipo de cultura a ser produzida, pois não havia uma demanda efetiva para aquele atendimento. Durante a década de 80 não havia relação de credito bancário para os camponeses ligados às comunidades cristãs no município de Cametá.

[23] Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar que atua através do financiamento de projetos individuais ou coletivos de geração de renda à agricultores familiares, bem como assentados pelo processo de reforma agrária, dispondo financiamentos a juros baixos a partir da necessidade de crédito para manutenção da safra, atividades agroindustriais, investimentos em equipamentos ou infra-estrutura de produção e serviços agropecuários.

[24] NUNES, entrevista concedida em 10/08/10.

promovia como desenvolvimento da Amazônia. Mas, por outro lado, considerou importante outras necessidades de agregação de renda com a finalidade de retirar o agricultor da miséria, a exemplo da produção de alimentos. De acordo com Costa (2006), há registro de cerca de um bilhão de dólares financiados pelo FNO, do qual cerca de 30 mil foi utilizado em benefício de famílias de pequenos agricultores, o que provocou uma “revolução da agricultura na região” e não na vida e na pequena produção.

Nesse sentido, o FNO apesar de ser uma conquista para os agricultores familiares não tem significado em melhorias de forma a suprir as necessidades de apoio a esse segmento social, resolve em parte, na medida em que os trabalhadores têm dificuldades de acessar esses recursos, sem a assistência técnica.

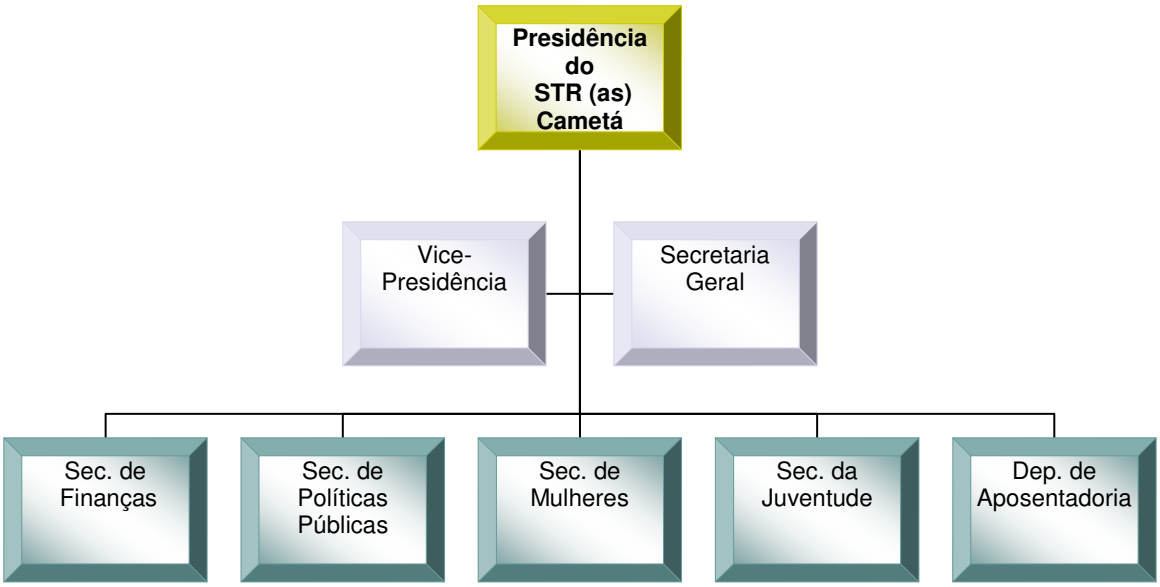
Na realidade tratou-se de uma mobilização que ocupou as agências do BASA, em Belém e Cametá, resultando na aquisição dos primeiros créditos para a pequena produção familiar no Estado do Pará. E, apesar de considerado progressivo, a priori, ocasionou o endividamento de parte destes trabalhadores, pelo desconhecimento do sistema bancário, pois o crédito agrícola e a burocracia da instituição bancária sem a orientação técnica para os tipos de cultura na região serviram somente ao setor do agronegócio, que agiu unido à produção dos insumos agropecuários, lucraram consideravelmente com a venda de adubo, veneno e maquinário.

O sindicato continua na busca de superação dos limites, como foi o caso da garantia de licença maternidade e a aposentadoria de trabalhadoras rurais, haja vista que estes direitos só eram possíveis em caso de falecimento dos companheiros, além de outras conquistas que se continua buscando.

Amat Montesinos e Puche Ruiz (2008) afirmam que no meio rural é necessário enfrentar duas dimensões intimamente relacionadas: a primeira diz respeito aos aspectos objetivos, estabelecidos em face das dificuldades de acesso às políticas públicas de proteção e de promoção do meio rural; a segunda destaca a questão subjetiva como elemento de qualificação que o define por suas características agroflorestais e pela descapitalização, gerando formas de vida sob a dinâmica da subsistência.

Por volta de 1994, o sindicato era composto apenas por presidente, secretário e tesoureiro, porém, a expansão dos espaços de reivindicação ocasionou a ampliação da própria diretoria que hoje está configurada como consta no organograma abaixo, a fim de responder a necessidade de organização dos

agricultores, além de ter criado o departamento de aposentadorias composto, atualmente, por sete mil associados ativos e mil inativos - aposentados pelo INSS (organograma 1).



Organograma 1: Divisão de atendimento do sindicato de trabalhadores (as) rurais de Cametá.
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010.

Neste interstício, a infra-estrutura adequada para atender a demanda do STR – Cametá é garantida, através de meios de comunicação, incluindo a Internet, para o acesso à parte dos serviços, inclusive os de aposentadorias junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, que pelo atendimento previamente agendado, minimizou as dificuldades para os trabalhadores rurais dos municípios filiados ao sindicato.

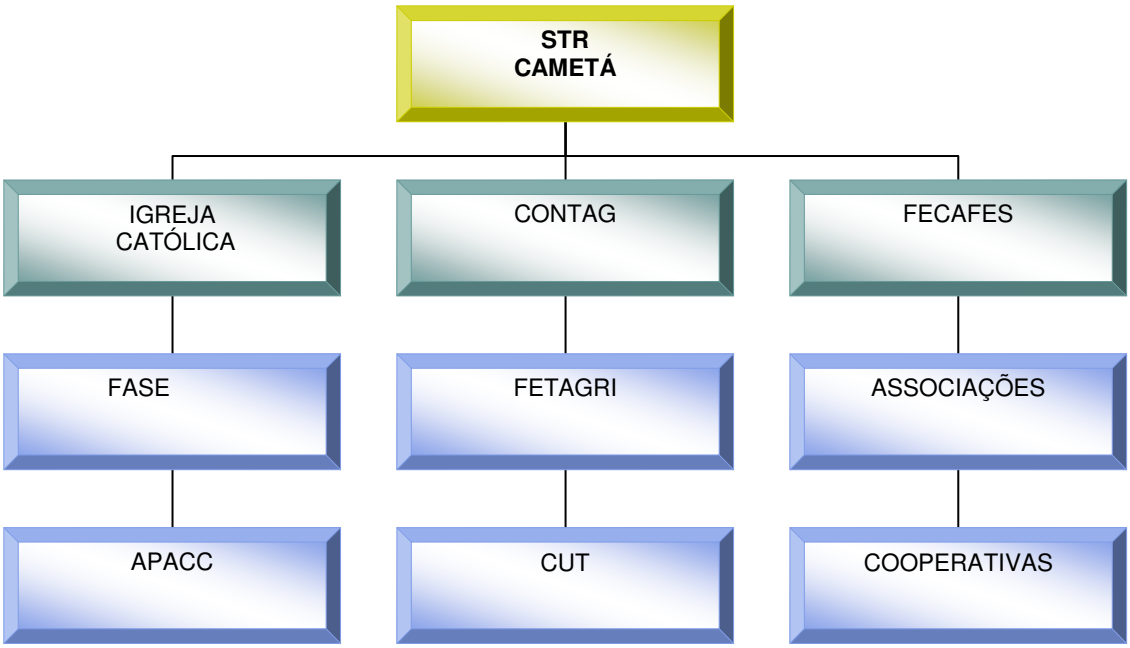
Ao quadro de funcionários do STR é obrigatória a sindicalização das pessoas que o compõem, dispondo de quatro funcionários contratados, além de outros sete que fazem parte da diretoria. Suas maiores despesas são referentes ao pagamento dos dirigentes e com a organização de atividades, que inclui a mobilização de seus sindicalizados, por considerar a dimensão territorial do município, bem como, a precária infra-estrutura de acesso às comunidades. Vale ressaltar que existem localidades nas quais o acesso é tão comprometido, que ao invés de entregar o produto na cooperativa, fica mais simples para o agricultor, pela redução de gastos e recebimento imediato, entregarem a produção ao atravessador.

Apesar de disporem de alguns bens, um barco e uma moto, como meios de transporte, além de um carro[25], o presidente do sindicato, enfatiza a necessidade de manutenção desses veículos deixando-os em condições propícias de uso.

Atualmente, o sindicato tem se fortalecido junto às cooperativas e associações no meio rural, principalmente, em virtude de sua liderança passando a desenvolver atividades integradas à UCODEP Brasil e OXFAM/ Itália, programa que objetiva agregar valor, através do controle de qualidade de frutos silvestres produzidos pelas cooperativas de produtores rurais familiares da região do Baixo Tocantins, sobretudo, o açaí, para a inserção no mercado justo e solidário (*fair trade*), e orgânico, visando aumentar a geração de renda dos produtores associados (BOLETIM INFORMATIVO DO TERRITÓRIO DO BAIXO TOCANTINS, 2010). Nessa relação, a FASE, a UCODEP Brasil e a OXFAM Itália desenvolvem ações articuladas de fortalecimento via comercialização de sementes oleaginosas dos empreendimentos de base da agricultura familiar com Natura.

De forma mais abrangente, a constituição organizacional do STR (as) Cametá ocorre através da Igreja católica, instituições de assessorias e formação técnica, as organizações de trabalhadores da agricultura, a exemplo das centrais, federações e confederações, as associações e cooperativas (organograma 2).

[25] Inutilizável no momento.



Organograma 2: O STR de Cametá e suas articulações.
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010.

É neste contexto que surgem as cooperativas, a exemplo da CART, visando ampliar o processo de organização sócio-produtiva dos pequenos produtores de Cametá.

> A gente já viveu tempos piores, e essas cooperativas principalmente a CART, pelo projeto do FNO que tinha as culturas de caju, coco, graviola acerola e cupu, realizaram um processo de comercialização dessas culturas, principalmente a CART que agregava todos os agricultores, eles já eram sócios da cooperativa financiado na época, mesmo ainda não tendo a produção. Ou seja, essa produção que foi negociada com o banco da Amazônia. Então, a partir daí a própria cooperativa que pagaria o crédito, e o financiamento de cada agricultor, de cada produção. Infelizmente não deu certo. Foi o que foi financiado pelo banco. A orientação técnica que nos tivemos não viu esse lado não foi adequada pra esse tipo de cultura que a região não era apropriada para essa produção. A cooperativa contraiu dívida e não conseguiu cumprir seus objetivos por conta da produção que não foi trabalhada. A cooperativa resolveu ficar vendendo até pequenos produtos, farinha, as poupas de cupu, muruci, mas era mais pro mercado interno e para o mercado maior não conseguiu sair, não conseguiu avançar até porque as regras da cooperativa diz que você tem que ter o excedente. E nós temos hoje apenas produto necessário para sobreviver. A regra da cooperativa é a medida que ela comercializa ela te chama e diz olha essa aqui é a nossa sobra tu vai ficar com isso aqui. Hoje não. Hoje tu deixa o produto e mais tarde tu que recebe porque não tem uma outra renda que substitua aquele produto que tá deixando lá. Talvez isso ainda seja um problema que tenha que se enfrentado para que as cooperativas possam

> dar certo. Infelizmente o movimento ainda não tinha visto esse problema (Informação verbal)[26].

As cooperativas foram criadas para melhorar o processo de produção, de assistência técnica e de comercialização, mas a articulação da produção esbarrou na complexidade, principalmente, quanto ao transporte, pela dificuldade de deslocamento de uma região a outra, dentro do próprio município. A distância de algumas localidades em Cametá torna-se maior, se comparada em relação à Belém. Por conta disso, tempo, distância e acesso geram aumento das despesas da CART e o prejuízo comprometera a entrega da produção mesmo na cidade de Cametá.



Fotografia 7: Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Cametá.
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010.

O STR tem espaço físico próprio, considerado como uma das maiores em nível sindical, com sede localizada na área central do município, na qual funcionam cinco pontos comerciais que são alugados. Também possui várias salas para atendimento das secretarias já mencionadas, e um auditório.

O STR também atua nas reivindicações de melhoria do sistema de saúde pública de Cametá, devido à precariedade das ações. A atuação sindical vem questionando a manutenção de direitos previstos em leis, que garantam um espaço democrático, pois as dificuldades de acesso aos serviços de saúde, não são diferentes de grande parte dos municípios brasileiros. As situações críticas de

[26] NUNES, entrevista concedida em 10/08/2010.

adoecimento de agricultores (as), a demora no atendimento, declara o presidente do sindicato, se estabelece de horas a meses, seja para marcação de consultas ou recebimento de exames.

Para o presidente do sindicato, a atuação sindical em Cametá, na relação com o poder local se torna difícil, pois esta organização é vista com oposição. O que, de certa forma, contradiz com os interesses do partido que se institui no poder. "A relação existe, mas as garantias para o sindicato são poucas", declara o presidente SRT Cametá.

Por outro lado, uma necessidade para as cooperativas de produção, segundo o presidente do STR – Cametá é a cooperativa de crédito[27]. Segundo ele, no período inicial de organização dos trabalhadores rurais, existiam as chamadas Sociedades Rurais, que reuniam grupos de agricultores que trabalhavam em mutirões.

Hoje, aquelas sociedades contam com a Associação dos Pescadores, Associação dos Pequenos e Mini Produtores das Ilhas e a Associação dos Mini Produtores Rurais da Terra Firme, constituídas inicialmente em 1990, por ocasião dos primeiros financiamentos do FNO, além da Cooperativa Agrícola Resistência do Baixo Tocantins - CART (COSTA, 2006, p. 281-282). Nesse sentido, o presidente do STR de Cametá considera importante a criação de cooperativas de crédito na intenção de se eliminar, ou pelo menos diminuir a dependência com as instituições bancárias.

Essa é uma das dificuldades enfrentadas pelo movimento sindical desse município, que se promoveu e promove na dinâmica de uma proposta de desenvolvimento sustentável para toda a população rural, haja vista que os sindicatos de modo geral surgiram para atender demandas sociais e econômicas da classe trabalhadora desde a instituição das indústrias que ocasionou na perda dos

[27] De acordo com a Organização das Cooperativas do Brasil – OCB, a Espanha é o décimo país no mundo com maior expressão no cooperativismo de crédito, a chamada *Unión Nacional de Cooperativas de Crédito*, que se divide em *cajas rurales*, as que mais acessam crédito*, populares y professionales*.
Em 2009, a Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária, está vinculada ao movimento da agricultura rural, iniciada ao final da década de 80, por necessidade de pequenos agricultores oriundos de assentamentos da reforma agrária nas regiões sudeste e centro-oeste do Paraná. Por dificuldades de acesso ao crédito para investimentos, estruturam um fundo rotativo de crédito por sua vez financiado através da Agência de Desenvolvimento da Igreja Católica da Alemanha (Misereor), administrado por movimentos pastorais, sindicais, não-governamentais, associações e sem terras. Apesar da significativa atuação da CONFESOL em todo o país, e do crescente número de cooperativas nessa linha, 204 em 2010, a região norte tem o menor percentual em cooperativas de crédito em todo o país, 6% (http: www.cooperativismodecredito.com.br).

espaços de trabalho nos grandes centros urbanos. A partir dessas considerações, apresentam-se alguns pontos da trajetória, a partir da formação do STR (as) de Cametá a sua trajetória (quadro 2).

Inicio da atuação	Trajetória recente do STR
• Subordinado ao poder do Estado (1974-1985). • Só tinha direito ao crédito, o agricultor com patrimônio de valor capaz de garantir as exigências ao Banco. • Os agricultores se aposentavam aos setenta anos. • O Sindicato foi redimensionado pela necessidade da construção de estrada, de acesso a educação qualificada, serviços de saúde. • Lutar por direitos e repudiar as ações que o campo vem sofrendo pelos grandes projetos[28] (NUNES, entrevista concedida em 10/08/2010).	• O movimento passa a ter sua própria autonomia, comandado pelos agricultores (processo da revolução governo de direita) – (Década de 90). • Foi garantida linha de crédito aos agricultores, por influência do Movimento "Grito do Campo e da Amazônia" que articularam os trabalhadores do Pará, na cidade de Belém (1993). • Criação do FNO e PRONAF. • A aposentadoria passou a valer para as mulheres aos 55 anos, por considerar o trabalho doméstico que esta desempenha além da agricultura, e aos homens o direito aos 60. • Direito a licença maternidade às mulheres do campo. • A criação da Casa Familiar Rural – CFR.

Quadro 2: Comparação da condição sindical mediante suas bandeiras de luta.
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010.

Tais considerações influenciaram na vida dos trabalhadores em níveis diferentes. E por considerar que a organização é uma forma de garantir direitos porque fortalecer as classes houve também a necessidade de proporcionar aos trabalhadores da agricultura familiar, as condições acima supracitadas.

[28]"Os grandes projetos, eles apenas usam o campo como exploração. e deixam o campo apenas as conseqüências, então nós devemos lutar pra que essas coisas não venham acontecer" (NUNES, entrevista concedida em10/08/2010).

Nesses termos, a trajetória, mais recente do STR[29] de Cametá, serviu também para entender também sua relação com a Cooperativa Agroextrativista Resistência do Tocantins – CART, que juntamente com outras cooperativas e associações, dessa microrregião compuseram entre 2000 a 2004, segundo o presidente do sindicato, um Consórcio de Comercialização, atual FECAFES, estabelecido sob a base da economia solidária, como estratégia de mercado, para empreendimentos populares, por considerar que a estrutura coletiva da organização da produção e da comercialização das cooperativas de agricultores familiares é uma possível garantia de ingresso no mercado. "(...) ainda hoje pra entrar no mercado você tem que entrar no processo de estrutura coletiva. Se você for sozinho para o mercado, o mercado acaba tendo mais força (...)"(Informação verbal)[30].

O movimento dos pequenos produtores rurais tem se colocado como um dos atores centrais, na melhoria de qualidade de vida no campo. Os sindicatos, as cooperativas populares e as associações de produção mostram-se como sujeitos políticos, econômicos e sociais capazes de promover a geração de trabalho e renda, se constituindo em uma forma de organização do trabalho autônomo e autogestionário. Esses sujeitos coletivos criam mecanismos de funcionamento e revitalização de suas atividades rurais, traduzindo-se em instrumentos de promoção das áreas rurais, na medida em que são sujeitos efetivos de transformação das relações de produção e de trabalho.

3.3.1 A Casa Familiar Rural: apoio à formação dos trabalhadores rurais de Cametá

O redirecionamento do sindicato levou a desenvolver lutas para melhorar a qualidade da infra-estrutura, do escoamento da produção, do acesso à educação, considerando que no campo a educação é multiseriada, processo em que os professores não seguem o nível de uma classe. Segundo o presidente do sindicato de Cametá:

[29] Além da CART através da produção e comercialização do açaí, óleos vegetais de andiroba, murumuru, buriti, mel. O Sindicato contempla a Associação de Mulheres Miriti que comercializam artesanato e produtos da horta medicinal, com produção qualificada a partir dos conhecimentos garantidos pela formação da Casa Familiar Rural, a Cooperativa - COOPACAM e CAFAC, ambas através da comercialização de açaí somente no período de safra.
[30] NUNES, entrevista concedida em 10/08/2010.

> (...) há necessidade de se ter uma educação, própria do campo. Hoje, ela é multiseriada, e dessa forma o campo nunca vai se desenvolver. A professora pega uma turma onde um está iniciando, um tá terminando, o outro já tem dificuldade de escrever. Quando é que a professora vai dá conta dessa turma? Quando é que essa turma vai se desenvolver? Essa é uma das necessidades que a gente tem de se ter uma educação própria. Que leve em consideração os valores que o campo tem, a tradição, os costumes, tendo em vista que ainda funciona desse jeito em muitas localidades (Informação verbal)[31].

Nessas condições, não há respeito aos processos de aprendizagem nas diferentes faixas etárias, pois o tempo para ensinar e aprender e os níveis de aprendizagem entre os alunos são desiguais. É necessário estabelecer uma metodologia de educação própria, considerando valores, tradições e costumes regionais.

Considerando que a formação dos trabalhadores rurais é uma condição importante para a promoção dessa classe, a Casa Familiar Rural se estabelece em um meio de formação, objetivando o fortalecimento dos produtores rurais de Cametá, a partir do conhecimento da realidade da agricultura familiar. Por isso, as instituições que atuam nesse processo de formação promovem cursos e palestras em sentidos variados, e não só por meio da educação formal, mas considerando a saúde, através da produção de compostos a base de erva.

A casa Familiar Rural é fruto do movimento sindical. Considerada é uma das maiores em termos estruturais, trabalha a valorização do meio rural, atendendo cerca de sessenta alunos tentando desfazer algumas contradições sofridas pela população do campo, pois ainda hoje:

> (...) a roça para muita gente tem sido sinônimo de pobreza (...) é o lugar daqueles que não souberam ler, é daqueles que não estudaram, é daqueles que não têm condição de pensar em nada. A roça é visto como isso, e nós temos brigado para que não seja dessa forma, porque é de lá que sai a maioria do que nós nos alimentamos porque lá no prédio não grela nada, no asfalto também não (Informação verbal)[32].

A Casa Familiar Rural, surgida em 2001, é um espaço de educação para os filhos dos agricultores. Nela, os alunos passam duas semanas com a família e uma na casa aplicando os conhecimentos adquiridos desde o ensino escolar à medicina popular. Com sede na cidade de Cametá, onde se promove desenvolvimento econômico e social por meio da educação e qualificação profissional dos jovens

[31]NUNES, entrevista concedida em 10/09/2010.
[32] NUNES, entrevista concedida em 10/08/2010.

rurais, sob uma metodologia específica, voltada a garantia das práticas de colheita e de estudo, baseada na pedagogia da alternância, uma metodologia que possibilita a replicação dos conhecimentos em seus espaços. Segundo o STR de Cametá, a Casa Familiar Rural, possibilita uma formação direcionada para a permanência e garantia da cultura local através da continuidade do cultivo e comercialização dos frutos, da farinha de mandioca entre outros produtos.

Para o presidente do STR - Cametá, valorizar o conhecimento dos trabalhadores do campo é afirmar que a terra ainda é o espaço que produz o alimento, do qual a população necessita para viver. “E a família rural hoje, expressa um pouco dessa metodologia, notada através da estima da cultura campesina, repassada no processo de educação que possa valorizar. É uma das maiores experiências que a gente tem” (Informação verbal)[33].

De certa forma, a educação tem se garantido a partir da descentralização e do fortalecimento das representações locais, no intuito de buscar promoção regional, considerando as dimensões de espaço e desenvolvimento de acordo com soluções compatíveis para região.

Sendo assim, a Casa Familiar Rural, se estabelece em ações do sindicato que estão relacionadas a toda experiência que envolva os produtores rurais, objetivando aprimorar e superar limites para a estabilidade social, econômica e cultural, pela garantia de escoamento da produção comprometidas, em parte por implicações políticas, tomando por base esse contexto, trataremos a seguir da CART, limitada entre os parâmetros do ressurgimento do cooperativismo, rebatendo em sua origem pela necessidade de organização sócio-produtiva de pequenos produtores rurais.

[33] NUNES, entrevista concedida em 10/08/2010.

CAPÍTULO IV

A CART NA ORGANIZAÇÃO SÓCIO-PRODUTIVA ESTRATÉGICA DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAMETÁ

4.1 O RESSURGIMENTO DO COOPERATIVISMO: NOVOS CONTEXTOS, NOVAS PRÁTICAS SOCIAIS

As cooperativas têm como substrato a fusão entre capital e trabalho a fim de propicia divisão equitativa do produto a todos os trabalhadores, os quais se tornarem proprietários dos meios de produção e dos resultados desta produção.

É, portanto, uma organização de trabalho construído na solidariedade e na prática da autogestão, sob os princípios de adesão livre e voluntária, controle democrático, participação econômica dos cooperados, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade são as linhas que orientam as cooperativas na prática de seus valores.

As cooperativas se configuram, portanto, de forma a que os trabalhadores possam recuperar a autonomia econômica, utilizando valores básicos de igualdade e democracia, uma concepção econômica na qual as decisões e os valores, de modo geral, no contexto atual, fazem surgir à economia solidária, "(...) inventada por operários nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultante da difusão "desregulamentada" das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX" (SINGER *apud* SANTOS, 2002, p. 83).

Nesse sentido, o início das cooperativas de consumo de Rochdale, não é o mesmo da demanda das cooperativas populares tratadas nesta pesquisa, pois se considera essa organização como possível de promover o fortalecimento da pequena produção coletiva, mas tornando como referência a produção e a comercialização e não o consumo sob o comando dos próprios trabalhadores.

As idéias reformistas de Robert Owen refletem, de certo modo, no propósito buscado pelo cooperativismo na atualidade, ou seja, referente a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e seus familiares. Tais idéias, o direcionam a vislumbrar outra realidade, onde poderá "construir um sindicato unificado, capaz de estabelecer direitos supremos do trabalho e com a ajuda mútua e através do associativismo, criar novas condições sociais" (VENTURA NETO, 2010, p. 49).

Partindo do objeto particular dessa pesquisa, isto é, as cooperativas agrícolas, em particular a CART é importante enfatizar a necessidade que elas têm

em se adequar à capacidade produtiva, financeira e comercial para enfrentar a concorrência das grandes empresas capitalistas. “A análise dessas cooperativas permite que se contemple a rede dos atores envolvidos, as formas de articulação local/global e as especificidades relacionadas a estilos de governança e estratégias de capitalização” (SILVA PIRES, 1999, p. 52), capaz de diminuir despesas e otimizar recursos.

Para Eid (2002) é importante considerar que mesmo em condições adversas as cooperativas são organizadas sob a iniciativa do trabalho coletivo para a melhoria da qualidade de vida conecta sob processo de autogestão da produção de bens e serviços, seja na cidade ou no campo, colaborando para a origem de uma nova política de desenvolvimento.

Ainda segundo Eid (2002), a cooperativa é uma estratégia de acumulação de forças para o socialismo, cuja formulação apóia-se no teórico inglês Robert Owen (1771-1858), que a compreendia como um meio capaz de gerar uma nova ordem, tanto de origem social quanto econômica[34]. Para Owen, as cooperativas se organizaram em contraposição a um sistema de supressão dos trabalhadores, nas indústrias. Era um processo de constituição do caráter humano a partir das influências do ambiente em que vivia. A razão e suas ações expressavam a maneira em que a vida humana estava condicionada desfavoravelmente em meio à opressão e a negação de direitos, contexto em que o homem estava fadado a contestação do poder ao qual estava submisso.

Os críticos do cooperativismo afirmam que as cooperativas funcionavam como um mecanismo momentâneo de solução recorrente às crises do sistema capitalista. Portanto, toda vez que o capitalismo recupera suas forças as cooperativas entram em falência e os seus cooperados passam a ocupar postos de trabalho assalariados[35].

Na realidade são concepções diferenciadas que se propõem entender ou mesmo defender essa organização dos trabalhadores, que tem enfrentado desafios para garantir qualidade de vida de seus associados, bem como, a comunidade local,

[34] De forma equivalente ao capitalismo Robert Owen procurava instituir um sistema que contivesse elementos claramente socialistas. No entanto, uma idéia fracassada que o levou a fundamentar uma proposta de combate à crise econômica e social por meio de uma organização nova da sociedade embasada no cooperativismo (VENTURA NETO, 2010).
[35] Ver Eid em Construindo uma economia solidária.

na medida em que um dos princípios do cooperativismo é a adesão livre e voluntária.

O cooperativismo, enquanto um movimento socioeconômico vislumbra a novos valores. Nessa perspectiva, a discussão sobre solidariedade, democracia e autogestão, é condição necessária à inserção no mercado, considerado por sua vez, um espaço contraditório[36].

Laville *apud* Pinto (2006) indica que para além crise do capitalismo no período de 1970, em termos internacionais, e com repercussões no Brasil, em 1980, são alcançados novos espaços propícios à estabilidade dos trabalhadores pela emergência do emprego e o Estado do bem-estar, com práticas capazes de resgatar o sentido democrático dos empreendimentos associados.

No Brasil, o cooperativismo popular tem se estruturado em um processo recente, em combinação com o processo de democratização da sociedade brasileira, dos anos1980, e a crítica dos movimentos sociais ao processo de agudização da pobreza em conseqüência das desigualdades socioeconômicas, políticas e regionais. Nesse sentido, pode-se dizer que as cooperativas têm se constituído como uma forma de resistência à dinâmica de precarização do trabalho.

Apesar da introdução das cooperativas de consumo, organizadas por imigrantes no século passado, foi em 1990, que a perspectiva democrática aconteceu. É "(...) um olhar sobre a originalidade da economia popular e solidária enquanto modo de operar a economia (...)" (FRANÇA FILHO, 2006, p. 58). Nesse sentido, a crise do emprego assalariado, "assume uma dimensão mais excludente, responsável por dar centralidade à questão da geração de trabalho e renda" (PINTO, 2006, p. 31), um processo, considerado por Singer (2000) nessa década, de reinvenção das cooperativas nas diversas regiões brasileiras. Para Tauile et al (2005), um caminho promissor de geração de trabalho e renda, principalmente, quando apoiado em políticas públicas.

Entretanto, o cooperativismo tem suas dificuldades e desafios para cumprir seus princípios. Nesse sentido, para reconhecer as reais possibilidades de ascensão

[36] De acordo com o Congresso Mundial da Aliança Cooperativa Internacional de 1995, em Manchester, na Inglaterra, a cooperativa é uma associação de pessoas, unidas voluntariamente, para atender suas necessidades, através de uma empresa coletiva e democraticamente controlada (SCHMIDT e PERIUS *apud* CATTANI, 2003, p. 63), seus valores de auto-ajuda, democracia, igualdade, solidariedade, equidade, responsabilidade, correspondem a diretrizes praticadas nos princípios a ela inerentes.

do cooperativismo é necessário um processo educativo contínuo de seus associados.

Segundo Pinto (2006), o ressurgimento do cooperativismo teve como elemento central o enfrentamento da problemática do emprego e da crise do assalariamento, mas também iniciativas de trabalho associativista, que passaram a questionar o capitalismo, sob o fracasso da economia planificada, além do "semifracasso" da social-democracia.

Para Santos (2002), o ressurgimento do cooperativismo de base produtiva e solidária, em especial, as cooperativas, são justificadas por quatro motivos fundamentais: capacidade de competir no mercado; potencialidade para responder com eficiência às condições do mercado global contemporâneo; o fato dos trabalhadores cooperados serem proprietários e; a geração de benefícios não econômicos.

A capacidade de competir no mercado devido à aquisição de uma característica fundamental para a iniciativa coletiva, isto é, a autonomia que, por sua vez, estabelece objetivo como a descentralização das funções gerenciais sob processos de autogestão não aceita pelo sistema de gestão centralizada, haja vista que as cooperativas surgem como alternativa de produção factível e possível, a partir de uma probabilidade progressista, organizadas sob princípios e estruturas não capitalistas e que ao mesmo tempo atuam em uma economia de mercado.

A alternativa de responder com eficiência às condições do mercado global contemporâneo deve-se a dois motivos: o primeiro diz respeito ao fato das cooperativas tenderem a ser mais produtiva que as empresas capitalistas, devido aos trabalhadores serem proprietários e terem mais incentivo econômico e moral, destinando mais tempo e empenho ao trabalho, devido aos benefícios diretos, ou seja, o acesso as sobras, o acesso ao conhecimento pela prática da autogestão, entre outros. O segundo trata da adequação das cooperativas em competir no contexto instável e fragmentado no cenário da economia contemporânea.

O fato dos trabalhadores cooperados serem proprietários é uma característica essencial à manutenção das cooperativas, pela condição da distribuição econômica equitativa promovendo a vida econômica, cultural e solidária, objetivando diminuir os níveis de desigualdades entre os cooperados.

A geração de benefícios não econômicos pode "contrariar os efeitos desiguais da economia capitalista" (SANTOS, 2002, p. 37). Por meio desta alternativa as

cooperativas têm acesso à democracia participativa e ao comércio, por um processo continuado de conhecimento dos princípios da cidadania e da autogestão. Dessa forma, se constitui uma nova condição de trabalho, que possibilita a liberdade e o desenvolvimento de uma democracia política, sem a hierarquia de um proprietário sobre o trabalhador.

Nesse sentido, entende-se que o ressurgimento do cooperativismo dá-se pela retomada do social, de acordo com os direitos previstos em leis constitucionais. “Além disso, a ressurreição das cooperativas tem sido realizada em nome do caráter autogestionário, o que em termos de construção de uma nova hegemonia, contém uma grande potencialidade” (AUED, 2005, p. 279).

Nessa trajetória os trabalhadores da pequena produção associativista vinculados à CART tem buscado uma articulação em âmbito regional para a manutenção das relações socioeconômicas garantidas na promoção do trabalho e da renda via produção local.

4.2 A CART NA ORGANIZAÇÃO SÓCIO-PRODUTIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE CAMETÁ

De acordo com Silva Pires et al (2004), o cooperativismo na Amazônia, enquanto movimento social de resistência ao avanço do capitalismo na região, teve início no século XX, e foi se expandindo através de atividades extrativistas, sobretudo, voltadas para a exploração da borracha. Todavia, apesar dessas cooperativas explorarem um produto com grande aceitação em nível internacional, esbarrou nas dificuldades de desenvolvimento dinâmico relacionados à considerável distância, dificuldade de deslocamento por conta do transporte e mercado consumidor insuficientes, haja vista que na região falta de política governamental voltada ao setor agrário.

No município de Cametá, onde se localiza a CART, o suporte é da agricultura familiar, e principalmente, por sua constituição diferenciada, relaciona as experiências da organização social, política e econômica. E, nesse sentido, os agricultores organizados não ficam impedidos de comercializar a produção frutífera e de oleaginosas, produtos mais almejados, não só em Cametá, como em toda a região do Baixo Tocantins.

Assim, na política de incentivo às cooperativas se estabelece um conjunto de ações, que primam pela garantia de trabalho e renda, sob a perspectiva de desenvolvimento sustentável, em um processo de formação contínuo desse seguimento, de modo a evitar que as sobras, isto é, os excedentes econômicos, sejam distribuídos sob relações comerciais sem perder de vista que os agricultores são sujeitos centrais no processo.

A cooperativa Agrícola Resistência de Cametá LTDA – CART, de acordo com sua Ata de fundação foi criada em 30 de abril de 1995, contando com a participação inicial de 130 cooperados. A CART, atualmente, exerce sua função essencial na mobilização produtiva dos agricultores familiares da microrregião do Baixo Tocantins, com apoio do STR – Cametá, haja vista que bem anterior a esse processo, os camponeses tinham uma rica e tradicional participação em movimentos sociais, organizacionais e políticos.

As dificuldades encontradas pelos camponeses de Cametá geraram a organização da cooperativa, com base nos seguintes objetivos, "produção agrícola, o aprimoramento técnico-profissional de seus cooperados, o estímulo e desenvolvimento e a defesa de suas atividades econômicas e sociais, a expansão do cooperativismo e dos ideais de solidariedade" (Ata de fundação da CART, 1995).

A criação da cooperativa evidenciou a organização do pequeno produtor rural, condição essa que partiu da necessidade de comercialização dos trabalhadores rurais, visando não dependerem dos atravessadores[37]. Sua criação, portanto, em busca de melhoria na qualidade de vida.

Como missão, a CART se determina "(...) trabalhar para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do Homem e da Mulher da Amazônia (...)", através do comércio justo e solidário[38], como um instrumento voltado à permanência[39] do homem e da mulher no campo, aumentando consideravelmente a renda, o acesso ao crédito, garantindo a utilização das técnicas de manejo sustentável e a

[37] Os atravessadores são agentes econômicos que circulam no meio rural para comprar a produção de pequenos produtores rurais isolados, por preços extremamente baixos para comercializar nos espaços urbanos, por um preço elevado, sendo muitas vezes a única opção de comercialização no campo.

[38] Relatório da oficina de experiências no manejo de recursos naturais em várzeas e igapós – Pró-várzea/Projeto Aquabio. Santarém, 2005.

[39] A APACC trabalhava no projeto pólo em Cametá, através das organizações francesas AVSF e ESSOR, especializadas em intervenção rural, com a finalidade de reduzir o êxodo rural, além da orientação dos recursos naturais para a melhoria da qualidade de vida e promoção da autonomia, descrito como experiência no período de 2000 – 2004, financiada pela Comunidade Européia (CARTILHA DA APACC, 2008).

assistência técnica, melhoria da infra-estrutura, com aquisição de barcos, motor e outros equipamentos necessários à realização do transporte e da comunicação entre comunidades.

A realização de projetos para o desenvolvimento da comunidade local e regional, com órgãos governamentais e não governamentais, com vista à organização e escoamento da produção do açaí, cacau, semente e óleo, além de conseguir sua marca própria para registrar seus produtos por meio do intercâmbio de outras organizações com experiências, evidenciadas, nesse aspecto, e incentivas as técnicas de manejo agroecológico nas áreas de várzea.

De acordo com o relatório da Oficina de Experiências no Manejo de Recursos Naturais em Várzeas e Igapós (2005), a CART apresentou grande parte de suas associações desorganizadas. Faltava incentivo governamental, a produção tinha baixo preço, êxodo rural acentuado, crédito mínimo aos trabalhadores rurais, deficiência quanto à produção, armazenamento e comercialização, além do descompromisso com o cooperativismo.

Todavia, a cooperativa se tornou uma das principais cooperativas agroextrativistas da Calha do Tocantins por seu pioneirismo na diversidade e incentivo à produção orgânica, através da implantação de projetos nas áreas de várzea e terra firme (Cartilha da APACC, 2008).

E dessa forma, para superar suas dificuldades, a cooperativa conseguiu estabelecer um arco de alianças com entidades e instituições atuantes no meio rural, dentre eles, o STR, a colônia de pescadores, as instituições públicas municipais, estaduais e federais, organizações não governamentais, como FASE, APACC e Amigos da Terra, FECAFES[40], UCODEP, UFPA, UFRA, Natura, além de outras. Isso contribuiu para o processo de organização sócio-produtiva e a melhoria da produção agroecológica, fortalecimento do associativismo e cooperativismo, certificação orgânica e beneficiamento do cacau orgânico.

[40] É formada sob a base do Consórcio que declinou, segundo o entrevistado, porque alguns cooperados agiram de forma individualista, desfazendo o acordo mantido, reduzindo o valor dos produtos, a partir da comercialização com atravessadores para garantir o pagamento imediato e não perder assim a produção. Uma questão difícil de ser contornada, haja vista que as cooperativas não pagam no ato da entrega da produção.



Fotografia 8: Sede da CART.
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010.



Fotografia 9 : Sede da CART.
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010.

Em entrevista, o diretor comercial da cooperativa informou que a mesma agregou inicialmente a maioria dos trabalhadores rurais de Cametá, os quais desenvolviam atividades na produção e comercialização de mandioca e açaí *in natura,* além de outros itens da agricultura familiar, a exemplo do feijão e do arroz entre outros.

Naquele período, década de 1970, a cooperativa participou do projeto das cantinas comunitárias[41], criadas pelo programa de pastoral das comunidades, dando início a estruturação das comunidades cristãs (SOUSA, 2000). As cantinas faliram devido à alta inflação e a impossibilidade de acompanhamento dos preços, que mesmo sem prejuízo para os agricultores, não garantiu a comercialização pretendida.

Durante sua trajetória, a CART teve reduzido seu quadro social pelo término da comercialização com a Sambazon[42], única empresa que pagava preço diferenciado à cooperativa, ou seja, pagava valor acima do praticado pelo mercado e pelo atravessador. Hoje, a comercialização vem se mantendo com empresa Natura, a

[41] As cantinas comunitárias foram parte de ações assessoradas pela Igreja Católica na trajetória do campesinato na Amazônia, servindo para comercialização da produção agrícola familiar entre as comunidades (SOUSA, 2000).

[42] A Sambazon é uma empresa americana com representação comercial sediada no Rio de Janeiro. Essa empresa também teve representação em Cametá, em 2005, mas por questões políticas, segundo informou o diretor comercial da CART, mudou para Santana, em Amapá, segundo informações da CART. A Sambazon comercializava açaí nos Estados Unidos a US$ 10,00, o kilo, o que equivalia a aproximadamente R$ 30,00. Vendendo em latas de 5 kilos (polpa) sob um preço de R$ 150,00, durante a safra. Sobre o preço final nos supermercados e restaurantes nos Estados Unidos, a relação a favor das empresas intermediárias se estabelecia em R$ 146,25 contra R$ 3,75 para os produtores (COSTA, 2006).

Beraca[43], e a Capina[44] do Rio de Janeiro, uma instituição que apóia a comercialização, servindo como articuladora em algumas vendas, além de promover a formação dos cooperados.

Assim sendo, há um processo de intermediação no interior da cooperativa, mostrando o quanto ainda se faz necessário desenvolver os princípios cooperativistas, mesmo que se possa reconhecer o progresso organizativo dos pequenos agricultores nessa região.

Por ocasião da pesquisa de campo, agosto de 2010, havia na CART 50 famílias trabalhando na comercialização de oleaginosas. Entretanto, esse quantitativo passou a 75 famílias em fevereiro de 2011, chegando recentemente a 83 famílias, dentre as quais apenas 14 são associadas. Essa situação se deve, por um lado, ao fato do açaí não garantir renda permanente aos pequenos produtores rurais e, por outro, a necessidade de comercializar a quantidade abundante de oleaginosas na região. As encomendas dessas sementes levaram abertura de espaço inclusive para outros agricultores, não-cooperados que encontraram nessa condição, um meio de sobrevivência.

Pelo falecimento de alguns cooperados, a migração de outros para outras organizações e a demanda do mercado de oleaginosas, a CART tende a reduzir seu quadro de cooperados. E, nesse sentido, tem buscado integrar, à cooperativa, os produtores que vem comercializando as oleaginosas e que estão sem orientação organizativa para realizar comercialização dessa natureza.

De acordo com o presidente da CART, há dificuldade em se trabalhar com um grande quantitativo de cooperados, por considerar que não basta ter muitos trabalhadores, mas que, no mínimo, se garanta a participação daqueles que realmente tem interesse em participar, de forma comprometida, desde o processo formativo, momento em que são realizados os cursos até a fase da comercialização.

---

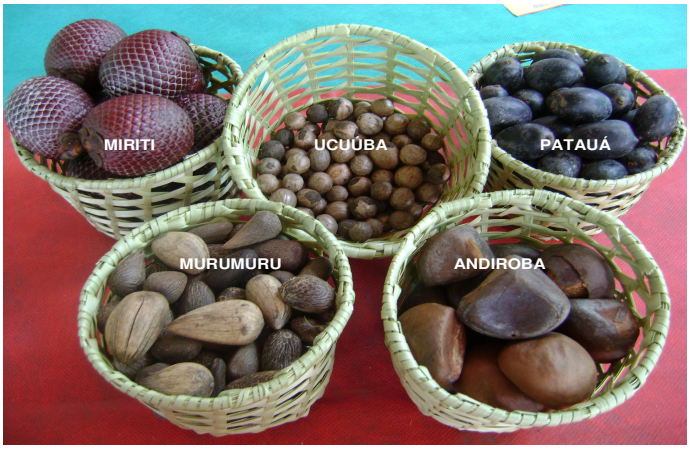
[43] Originária de São Paulo, também com sede em Ananindeua, a BERACA é uma empresa nacional, de beneficiamento de sementes de cupuaçu para a rede de farmácias e outras empresas interessadas em comercializar esse produto, a exemplo da Natura que compra desta, manteiga de cupuaçu para a produção de cosméticos, haja vista não beneficiar essa semente. Mais informações ver http://www.beraca.com.

[44] A Cooperação de Apoio de Projetos de Inspiração Alternativa – Capina, com sede no Rio de Janeiro é uma instituição que desenvolve atividades de origem administrativas e de gestão da produção de educação do trabalho para a comercialização dos setores populares, inserindo a economia solidária, assessorando grupos de agricultores familiares, grupos urbanos associados, organizações governamentais e não governamentais.

Além disso, a dificuldade se tornou maior porque a diretoria da cooperativa está centralizada em duas pessoas, presidente e diretor comercial, sobrecarregando a demanda de trabalho e se configurando em um desafio para a promoção da cooperativa. E tal fato, esbarra novamente na questão da necessidade de ampliação de políticas de desenvolvimento regional, e nas dificuldades de acesso a recursos financeiros, a infra-estrutura e a equipamentos coletivos, que possibilitem a produção qualificada. Essas, dentre outras dificuldades, tais como, formação continuada, têm levado as cooperativas a não alcançarem dinamismo no mercado, o que reduz o potencial das mesmas, tornando-se um grande desafio para o cooperativismo na região norte.

4.2.1 A organização sócio-produtiva da CART voltada à comercialização

A CART hoje está comercializando prioritariamente, sementes oleaginosas, a exemplo do Murumuru, Patauá, Bacaba, Pracaxí, Andiroba, Ucuúba, Cupuaçu, mas também óleo de Andiroba, Mel, o Açaí, necessariamente no período da safra, e, principalmente, pelos sócio-cooperados. Há também a comercialização de "mandioca, cacau, feijão e arroz, hortaliças, mas não são comercializados através da cooperativa pela pouca quantidade, ficando melhor para o produtor vender individualmente" (Informação verbal)[45].



Fotografia 10: Algumas sementes oleaginosas comercializadas pela CART.
Fonte: I Feira de Economia Solidária do Município de Igarapé-Miri, pesquisa de campo, dez, 2010.

[45] DIAS, entrevista concedida em 11/08/11.

As etapas para a produção e comercialização das sementes oleaginosas são desenvolvidas a partir da coleta, secagem, quebra e armazenamento para a entrega as empresas, além do plantio, quando necessário, haja vista serem estas espécies de fácil germinação, “mas é preciso ter responsabilidade com o meio ambiente”, comenta o produtor.



Fotografia 11: Unidade produtiva familiar – plantação de Murumuru - Limoeiro do Ajuru.
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010.



Fotografia 12: Unidade produtiva familiar – plantação de Murumuru - Limoeiro do Ajuru.
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010.

O Murumuru é uma das sementes mais comercializadas, e juntamente com a andiroba. O processo de secagem dessas sementes leva de cinco a sete dias, para o murumuru[46] e para a andiroba cerca de vinte e cinco dias.

[46] O murumuru maduro cai do pé e os moradores costumam coletá-lo sob as Palmeiras. A polpa ou é consumida por animais da floresta ou quando apodrecida torna mais fácil a limpeza da semente, feita manualmente e depois exposta ao sol para a etapa de secagem.



Fotografia 13: Processo de secagem do Murumuru em área de área de Terra Firme – Limoeiro do Ajuru[47].
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010.



Fotografia 14: Processo de secagem do Murumuru em área de Várzea
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010.



Fotografia 15 : Processo de secagem do Murumuru em área Várzea[48]
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010.



Fotografia 16 : Processo de secagem do Murumuru em área Várzea[49]
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010

[47] Sr. Alacir – 57, além do Mururmu, comercializa em casa camarão frito e açaí direto para o consumo, caldo de cana.
[48] Sr. Nilson, além da comercialização do murumuru complementa a renda familiar no bar montado em sua propriedade para atender a comunidade nos fins de semana. Considerado um dos maiores produtores de semente, espera para esta safra 3 toneladas.
[49] Sr. Nilson, além da comercialização do murumuru complementa a renda familiar no bar montado em sua propriedade para atender a comunidade nos fins de semana. Considerado um dos maiores produtores de semente, espera para esta safra três toneladas.



Fotografia 17: Processo de secagem do Murumuru em área de Terra Firme[50]
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010.



Fotografia 18: Processo de secagem do Murumuru em área de Terra Firme
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010.

A considerável demanda dessa semente tem gerado renda para alguns agricultores que passaram a comprar a produção de outros, se constituindo como

[50] Sr. Adjar – 75 comercializa o Murumuru, camarão *in natura* e produtos alimentícios vendidos em um comércio montado na própria residência para dar suporte à comunidade, considerada a distância com a cidade de Cametá.

atravessadores no processo de comercialização. Esses produtores compradores pagam para a quebra do Murumuru o valor de R$ 0,50, por kg quebrado a algumas pessoas da comunidade. Nessa etapa, as famílias gastam em média até dez horas diárias de trabalho para uma produção média de 90 kilos dessa semente por dia.

Esse processo compromete as condições de saúde dos produtores, na medida em que realizam essa atividade sem equipamentos de proteção individual – EPI's. Durante a quebra das sementes podem suceder acidentes, haja vista que os olhos podem ser atingidos pelos estilhaços das sementes, lesões na coluna, ou mesmo nas mãos pelo uso de marretas ou instrumentos dessa natureza, que variam de acordo com cada produtor.



Fotografia 19: Processo de quebra da semente do Murumuru.
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010.



Fotografia 20: Processo de quebra da semente do murumuru[51].
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010



Fotografia 21 Processo de quebra do murumuru..
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010.

Além disso, os produtores reclamaram sobre o surgimento de "larvas"[52] nessa semente, em índice considerado além do normal, segundo eles, capaz de comprometer a produção, e, sobre a andiroba que apresentou problemas quanto o alto índice de ácido graxo, cerca de 14%, quando a faixa do controle de qualidade se estabelece entre 0-10%. Dessa forma, foi solicitado ao técnico da Natura[53], uma análise para a garantia da qualidade da produção.

[51] No processo de quebra do murumuru, as famílias gastam em média até dez horas por dia de trabalho.
[52] Segundo informações do produtor durante a pesquisa de campo, o murumuru é um fruto, que tem sua semente coletada após ser consumido por alguns pássaros. Logo, talvez o tempo de permanência no solo até a coleta esteja sendo um ponto negativo para a qualidade da semente. Pensando nisso, ela resolveu retirar o fruto ainda nos cachos, retirar a polpa para observar se o fruto estaria livre de "pragas". Mesmo admitindo que destas, é retirado óleo para tratamento de doenças, a exemplo, do reumatismo.
[53]Engenheiro químico responsável além de Cametá, pelo acompanhamento em Barcarena, Abaetetuba, Igarapé-Miri, realizava visita técnica para verificação da produção, e programação da reunião de escolha dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's a serem repassados pela Natura para a melhoria da produção.



Fotografia 22-"Larvas" que consomem a polpa do Murumuru.
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010.



Fotografia 23: "Larvas" que consomem a polpa do Murumuru.
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010.

Após a quebra da semente, o Murumuru é acondicionado em sacas de 25 kg, e entregue pelo agricultor a R$ 2,00 para a cooperativa, que por sua vez repassa a R$ 4,00 Kilo à Natura.



Fotografia 24: Estocagem do Murumuru para entrega à Natura[54] .
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010.



Fotografia 25: Estocagem do Murumuru para entrega à Natura.
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010.

Dessa forma, considerada a expressiva atuação do mercado de oleaginosas, o ano de 2010 foi evidenciado pela relação comercial da CART com a empresa Natura (Apêndice 5).

Recentemente, o processo de comercialização da CART está dividido em seis setores, atendendo a 41 comunidades e 83 famílias. Nessa condição, os produtores

[54] Cada basqueta comporta 30 kilos de murumuru quebrado.

têm enfrentado dificuldades principalmente quanto a infraestrutura de transporte para a entrega da produção.

SETOR	COMUNIDADE	Nº DE FAMILIAS	TIPO DE OLEAGINOSA QUE COMERCIALIZA
Baixo	Jacareuá	02	Murumuru, andiroba e ucuúba.
	Jutuba	01	
	Joroca de Cima	01	
	Biribatuba	02	
	Paruru de Joana Coely	04	
Médio	Mapiraí de Baixo	01	Murumuru, andiroba e ucuúba.
	Paruru do Meio	01	
	Cuxipiari Costa	01	
	Cuxipiari Furo Grande	01	
	Cuxipiari Carmo	01	
	Tabatinga de Carapajó	01	
	Varzea São José	02	
Cima	Vizeu (Mocajuba)	01	Murumuru, andiroba, ucuúba e óleo de andiroba.
	Santana	17	
	Acari	08	
	Pocovatuba	01	
	Várzea Itapocú	01	
	Mutuacá de Cima	01	
	Mendaruçu de Baixo	02	
	Juba	02	
Limoeiro do Ajuru	Cajuí	01	Murumuru, andiroba e ucuúba.
	Muana	01	
	Rio Limoeiro	01	
	Vila Pinto	01	
	Cupijó	04	
Estrada	Ponta Grande	07	Patauá, bacaba e sementes de cupuaçu.
	Caliçado	01	
	Boa Esperança	01	
	Canarana	02	
	Igarapé-Açú	01	
	Livramento	01	
	Cupijó	01	
	Ajó	01	
	Costeira	01	
	Pacajá	01	
	Cametá Tapera	01	
Beiradão	Belo Prazeres	01	Sementes de cupuaçu.
	Bom Jardim	01	
	Carapajó	02	
	Castanheira	01	
	Bituba	01	
TOTAL	**41**	**83**	

Quadro 3: Relação dos setores produtivos de acordo com o número de famílias e tipo de produção.
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010.

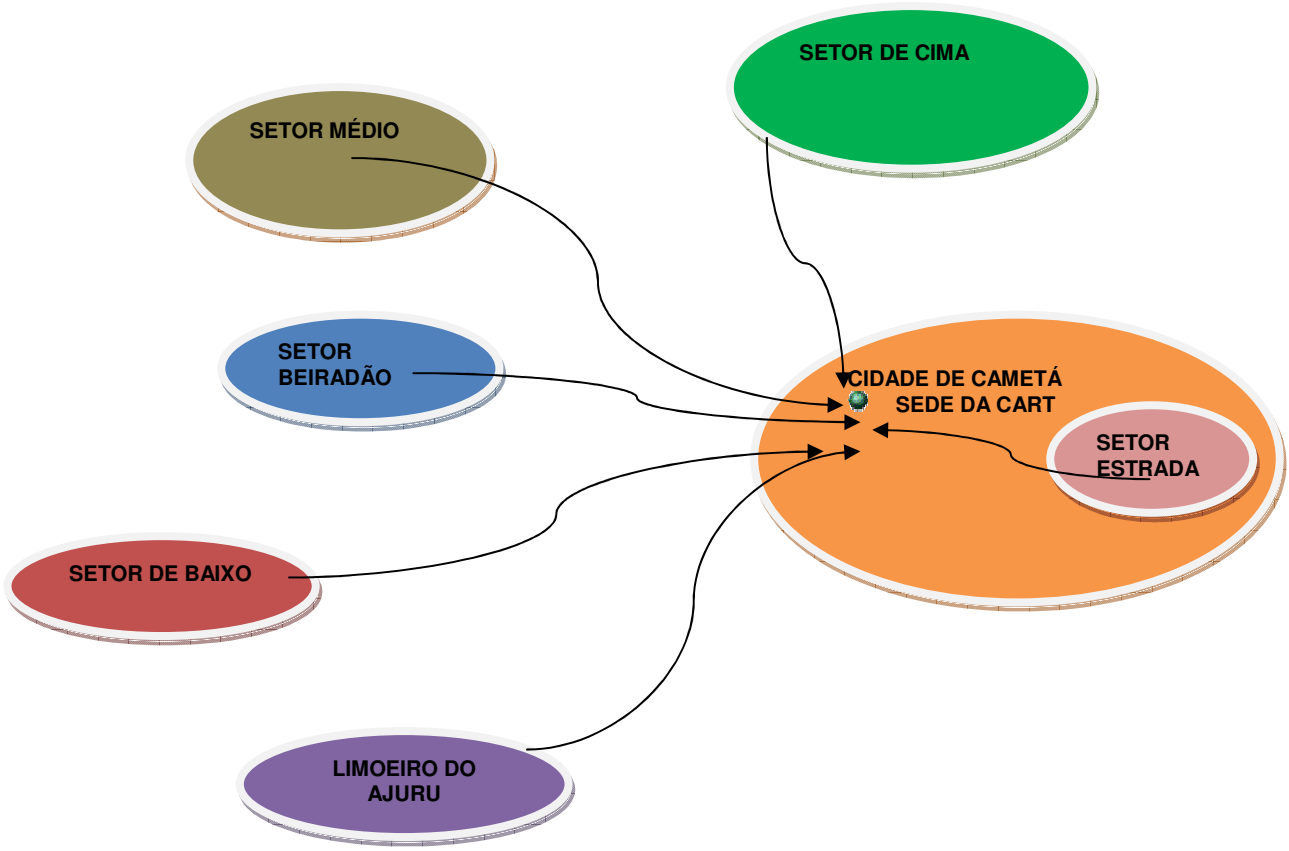


Figura 1: Demonstração da infraestrutura de transporte para escoamento da produção.
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010.

Nos setores de cima, médio e baixo, a entrega da produção é feita de barco. Em Limoerio do Ajuru, é realizada de ônibus que faz linha somente no verão, pois no inverno, o barco e a voadeira[55], são os meios de transporte mais utilizados, devido às dificuldades de acesso que deixam a estrada praticamente intrafegável. No setor estrada, o transporte é realizado de bicicleta, carroça, moto ou trator, sob responsabilidade do produtor.

No setor beiradão, configurado pelas comunidades que moram em frente à cidade, a exemplo de Carapajó, parte da viagem é feita de barco e outra de moto.

Vale ressaltar que o preço da produção varia de acordo com a distância dos setores em relação à sede da cooperativa. Essas viagens se estendem em 30 minutos para o setor Estrada, de moto, um transporte considerado mais rápido, setor beiradão, uma hora de barco e mais 30 minutos de moto, Limoeiro três horas e 30minutos de barco e uma hora de voadeira, nos setores de cima e baixo, uma hora e 30 minutos de barco, e finalizando, no setor médio é necessário uma hora de barco.

[55] Espécie de lancha que realiza a viagem em curto espaço de tempo.

O diretor comercial da CART, não soube precisar essas distancias em quilômetros, mas é importante considerar a condição de tráfego dos rios, que depende das condições da maré, bem como, das estradas que no inverno tem o acesso dificultado.

Assim, pode-se dizer que a CART em sua trajetória passou por diferentes fases. Nos dias atuais, tenta manter-se no mercado, a partir do estabelecimento de relações comerciais, com dificuldade em seu objetivo sócio-político e econômico. Entretanto, há resistência, por parte dos cooperados, em continuar desenvolvendo suas atividades. A CART tem se mantido na comercialização de sementes oleaginosas, entre as quais o açaí em parte, cedeu espaço para outros produtos como mostrado anteriormente.

Dessa forma, como ficou evidenciada, a maioria dos produtores rurais que vem comercializando, através da CART, não são associados. O que nos conduz a discussão em torno do sentido de organização dessa cooperativa, pois essa situação leva a considerar em parte, que ela funciona como uma espécie de "atravessador" para a produção. Mesmo que isso esteja previsto no capítulo II, do seu estatuto que trata dos objetivos sociais.

Há, portanto, um desvirtuamento dos princípios iniciais do cooperativismo. Logo, o fato de se trabalhar com produtores não cooperados, abre espaço para avaliar se eles têm interesse de compor a CART. Caso contrário, a cooperativa está colocando em risco a sua base cooperativa, na medida em que ampliou e espaço de comercialização das oleaginosas em detrimento dos seus antigos cooperados, produtores de açaí.

É importante diversificar a produção para que, mediante um possível declínio da produção atual, as condições de comercialização da Cooperativa não se percam. Haja vista o enfático mercado das oleaginosas, uma produção antes não tão divulgada, vem ganhando espaço na linha farmacêutica e de cosméticos, em nível nacional.

Dessa forma, através do Programa de Valorização das Sementes de Oleaginosas, iniciado em 2007, teve início à negociação entre FASE e Natura, objetivando o desenvolvimento e a valorização da cadeia produtiva das oleaginosas, por processos de integração via comercialização com empresas capitalistas nacionais. Realizada no Centro Tipiti, com pretensão de ser transformado pela FASE

em um centro de referência em agroecologia, com apoio do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará – IDEFLOR, Natura e UCODEP.

A partir desse acordo foi realizado convênio para o mapeamento, inicialmente, nos seguintes espaços: Anapuzinho (Igarapé-Miri), Comunidade de Juari (Baixo Moju), no município de Santo Antonio do Tauá, Santana, Xingu, Santanazinha, Limoeiro e Rio Juba (Cametá). Além dessas regiões, foi iniciada em novembro de 2010, pela FASE, um inventário florestal no município de Mojú para criar instrumentos de monitoramento ambiental das áreas do Projeto de valorização das oleaginosas. A intenção era avaliar os impactos causados pelo manejo da biodiversidade, principalmente, das sementes comercializadas pelas cooperativas do Baixo Tocantins com a Natura. (BOLETIM INFORMATIVO DO TERRITÓRIO DO BAIXO TOCANTINS, 2010, p. 3).

Essa ação partiu de levantamentos socioeconômicos e considerando o potencial produtivo das sementes na região, cursos de capacitação para jovens, manejo de colheita e pós-colheita, acompanhamento da gestão de cooperativas, comercialização de produtos, além do monitoramento das áreas de coleta de sementes (idem, p. 3).

O espaço garantido pela CAMTA e Natura, no mercado, superou de certa forma, a inexistência de capital de giro, que poderia eliminar o atravessador, um dos problemas ainda presente na CART. Assim, a articulação dos agricultores, devido à falta de recurso financeiro, que viabilizasse a convocação para a participação dos eventos de interesse dos cooperados, também vem sendo garantida pela organização junto a Natura, por meio da FECAFES, da FASE e da UCODEP.

E os três setores territoriais alto, médios e Baixos Tocantins, implicam no acesso e, principalmente, na distribuição da produção. Mas, há possibilidade de participação, bem como, da troca de conhecimento a outros atores sociais como instituições de pesquisa e assessoria técnica, órgãos governamentais e não governamentais, “visando à busca de alternativas para o desenvolvimento de determinado espaço geográfico, por meio do uso eficiente dos recursos, valorizadores a identidade da região e considerando sua inserção no contexto externo” (CALZAVARA; GUIMARÃES; RALISCH, 2004, p. 284).

Logo, essa diretriz de desenvolvimento não considerou os problemas sociais daí decorrentes. Isto fica mais visível quando se trata da população rural. Assim, corroborando com o pensamento de Eid e Pimentel (2008), deve-se considerar a

relevância da implementação de políticas públicas para a organização e garantia do trabalho no campo, face às potencialidades que tem apresentado. Tais potencialidades são referenciadas a partir de três características, na dinâmica do desenvolvimento social:

> a) Supõe o contato muito mais imediato dos habitantes locais com meio natural do que nos centros urbanos; b) apresenta uma relativa dispersão populacional em contraste com as imensas aglomerações metropolitanas; c) a relação com as regiões urbanas das grandes cidades pode ser indutora do processo de desenvolvimento (EID; PIMENTEL, 2008, p.81).

Em virtude dessas colocações, o grande impasse hoje, é encontrar formas de promoção do trabalhador rural para que ele permaneça em seu lugar de origem. E essa condição pode ser possível desde que as oportunidades de desenvolvimento econômico e social se expressem na valorização dessa população.

4.2.2 A CART na relação com os princípios do cooperativismo

Os princípios do cooperativismo são norteadores para o fortalecimento das cooperativas de modo geral. São sete princípios, através dos quais, são colocados em prática valores considerados intrínsecos a essa organização. Dessa forma, a síntese dos princípios a seguir propõe uma relacionar com as ações desenvolvidas pela CART, nesse sentido:

Princípios	Descrição
Adesão livre e voluntária	Qualquer pessoa que se sentir apta a utilizar os serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem descriminação racial, política, religiosa, entre outras, pode fazer parte da cooperativa.
Controle democrático	Os membros controlam e participam da tomada de decisões.
Participação econômica dos cooperados	Se expressa no controle democrático e na contribuição para o capital da cooperativa, a cota-parte, para o desenvolvimento do empreendimento tais como cursos de formação, capacitação dentre outros investimentos desde que aprovadas pelos membros.
Autonomia e independência	Considerando que as cooperativas são organizações autônomas, na qual seus membros devem agir reciprocamente, esse principio, pode ser capaz de promover ou comprometer a estabilidade do empreendimento, na medida em que se

	constitui na tomada de decisão, no estabelecimento de acordos com outras organizações, instituições públicas, estabelecendo-se um acordo comum entre os membros.
Educação, formação e informação	É indispensável promover a educação e a formação dos membros para garantir o desenvolvimento da cooperativa, e informar aos demais membros da sociedade sobre a forma de organização da cooperativa na perspectiva de promover esse trabalho.
Intercooperação	O trabalho deve ser desenvolvido conjuntamente, integrado articulando em todos os níveis, do local ao internacional.
Interesse pela comunidade	Os membros devem decidir e trabalhar políticas de desenvolvimento necessárias a comunidade.

Quadro 4: Descrição dos princípios do cooperativismo.
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010.

- **Princípio da Adesão livre e voluntária**

As cooperativas são organizações voluntárias aptas para quem se dispuser a usar seus serviços, bem como participar enquanto sócio-cooperado, com disposição a aceitar as responsabilidades cabíveis sem discriminação dos demais sócios em todos os sentidos, social, religioso, político etc. Na CART, a experiência disso foi o fato de alguns cooperados migrarem para outros grupos, como para a Cooperativa Agroextrativista dos Produtores Familiares de Cametá – COOPACAM, e para a Cooperativa Agroextrativista e Industrial dos Agricultores de Cametá – CAFAC.

- **Princípio controle democrático**

A organização democrática dos cooperados exerce o controle político de forma conjuntamente para tomada de decisões com base em interesse comuns sob a base do consenso ou da maioria dos votos. Qualquer cooperado tem direito a se candidatar para a diretoria da cooperativa, por ocasião das eleições, regulamentada conforme Estatuto.

- **Princípio participação econômica dos cooperados**

Os sócios contribuem de forma igual e fazem o controle democrático da cooperativa. A CART realiza assembléias para apresentação de balanço da comercialização. No entanto, segundo o diretor comercial da cooperativa, há dois anos, não é feita a arrecadação da cota-parte, o capital comum que serve a

formação e outras possíveis eventualidades necessárias ao empreendimento. Isso acontece porque nesse período, a CART não tem recebido novos sócios. Ele considera ainda esse problema do capital social, se não ocorre com todas as cooperativas, então com grande parte delas. O diretor ainda declara que o valor da cota parte é estipulado em R$100,00 para pagamento em dez parcelas, mas isso não acontece.

- **Principio autonomia e independência**

Em busca da autogestão, essa cooperativa, enquanto organização dos trabalhadores tem garantido a participação das comunidades envolvidas, sob os princípios da economia solidária, assim como trata Mance (2008). Todas essas relações indicam para a concepção de que "a forma associativa do empreendimento implicava na preocupação com a cooperação e a gestão compartilhada, de modo a favorecer uma distribuição eqüitativa da riqueza produzida ou trocada" (PINTO, 2006, p. 28). Dessa forma, a diretoria da CART trabalha de forma articulada com as comunidades, por meio dos coordenadores de base, que são uma espécie de articuladores e facilitadores nas reuniões, e outras ações que envolvam a tomada de decisões, a exemplo da mobilização para os cursos, ou em relação a comercialização etc.

- **Principio da educação, formação e informação**

A cooperativa objetiva garantir o desenvolvimento dos sócios, tendo como um de seus princípios efetivar educação, treinamento, formar e informar todos os cooperados sobre os assuntos imprescindíveis[56] a valorização do cooperativismo. Os cursos que a CART vem recebendo são em nível de formação de formadores para cerca de 30 alunos por turma, e recentemente tem sido realizado pela FASE e Natura pela contratação da Empresa Labor que é especializada em Segurança do Trabalho. Foram Três oficinas, em 2010 e três em 2011, que estão sendo concluídas com a temática Saúde e Segurança no Trabalho.

Outra necessidade é a alfabetização de alguns cooperados na comunidade Acarí, declarada pelo diretor comercial da CART, como uma das mais pobres do

[56] Em 2008, a equipe técnica do PITCPES, através do Projeto FINEP, realizou o curso Manipulador de Alimentos aos cooperados da CART.

município de CAMETÁ. Nessa comunidade, quatro dos oito membros não são alfabetizados. Uma condição que vem comprometendo a participação dos mesmos nas formações, que se mostram resistentes, justificando a ausência nas formações por falta de tempo devido as atividades na agricultura, apesar de já ter sido solicitado junto a Natura, uma resolução para o fato.

Dessa forma, há uma grande necessidade de investimento na educação do campo, principalmente, na região norte, que por não se desenvolver de forma mecanizada, assim como no sul do país, acaba por adiar a valorização desses agricultores familiares. Trata-se da idéia da cultura competitiva do mercado convencional, desenvolvida por Adriano (2010) que é contrária a autogestão porque considera e incentiva a competição em lugar da solidariedade, a individualidade sobre o trabalho coletivo, além de conduzir os trabalhadores da produção a se admitirem incapazes de gerenciar uma empresa, aqui a própria cooperativa.

E, no caso especifico da educação no campo, esta não depende apenas de estratégias e recursos metodológicos que desmistifiquem pré-noções de incapacidade para o desenvolvimento das atividades de gestão e produção. O exercício de tarefas que não sejam as cotidianas, seja da produção ou da diretoria sob um processo de formação continuada, visa uma empresa capitalista operando de forma disfarçada. Ou seja, um empreendimento que apesar de registrado como cooperativa, mas que não princípios do cooperativismo, torna-se uma empresa capitalista.

Entretanto, é necessário que o cooperativismo seja desenvolvido através da afirmação de seus princípios, pois eles devem direcionar a vivência do trabalho cooperado, pois a comparação com o modo capitalista pode desestabilizar os pensamentos dos cooperados, pondo em risco o alicerce das cooperativas.

A formação, como afirma o diretor comercial da CART, é importante e necessária. Tomando como exemplo o PROFOR[57]-Manejo, realizado pela FASE com apoio da Sambazon, serviu a permanência dos pequenos produtores rurais no campo. Além disso, o acesso às formações oferecidas aos filhos dos agricultores

[57] O Profor é um curso para jovens filhos de produtores da agricultura familiar de formação e capacitação na organização das cooperativas para lidar com o mercado. Nesse sentido, o PROFOR GESTÃO, com objetivo de formar jovens para gerenciar suas respectivas cooperativas, realizou durante dois anos a formação em parceria com a FASE, UCODEP E NATURA nos municípios de Abaetetuba, Belém, Cametá e Igarapé-Miri (BOLETIM INFORMATIVO DO TERRITÓRIO DO BAIXO TOCANTINS, 2010).

pela Casa Familiar Rural, que oportuniza capacitação do conhecimento tradicional como forma de garantir a valorização do saber e a permanência no campo.

Assim, é fundamental que os cooperados, bem como, a diretoria da CART tenham processos contínuos de formação sob os princípios da cooperação e intercooperação, como algo imprescindível ao fortalecimento dos laços de solidariedade.

- **Principio da intercooperação**

Na CART, esse princípio se estabelece a partir da integração com outras cooperativas filiadas à FECAFES, na relação com o STR Cametá, dentre outras organizações, seja pela relação comercial, política, técnica ou pela participação em eventos referenciados para EES's.

- **Princípio do interesse pela comunidade**

A cooperativa trabalha considerando o desenvolvimento sustentável da comunidade por meio de políticas aprovadas por seus membros. Nesse sentido, a lógica de organização dos pequenos agricultores familiares é observada objetivando a promoção de pequeno produtor rural, que de modo geral, necessita estar articulada à sociedade local como condição de superar limites que coloquem em risco os modos de subsistência.

Portanto, feitas as considerações relacionadas ao desenvolvimento dos princípios da economia solidária pela CART, passa-se a tratar da constituição das redes de comercialização que se configuração a priori, no Consórcio e posteriormente na criação da FECAFES, como forma de ampliar as relações socioeconômicas através do processo de comercialização.

No capítulo seguinte, mostra-se a experiência de organização em nível de segundo grau de cooperativas e associações de produtores rurais que através da constituição, inicialmente, de um consórcio de comercialização desde 2004, e depois da Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – FECAFES, a partir de 2010, passaram a organizar sócio-produtivamente a comercialização da produção rural na região do Baixo Tocantins, sob a forma de intercooperação.

Uma forma, que visa fortalecer o movimento cooperativo tanto no aspecto social, quanto no econômico e territorial, realizando um trabalho comum que vai do

nível local ao internacional, haja vista que a intercooperação permite desenvolver estratégias com múltiplos alcances, na perspectiva de complementariedades, sob redes de cooperativas locais que podem se constituir em oportunidades, não somente para a empresa cooperativa, mas também mediante uma dimensão social para a comunidade na qual esteja inserida, na medida em que a intercooperação favorece novas oportunidades.

CAPÍTULO V

DO CONSÓRCIO DE COMERCIALIZAÇÃO À CRIAÇÃO DA FECAFES: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS

5.1 A INTERCOOPERAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO NO BAIXO TOCANTINS

O Consórcio de comercialização das cooperativas do Baixo Tocantins se constitui na perspectiva de criar uma estratégia de organização, enquanto instrumento capaz de determinar dinâmicas das relações econômicas, políticas e sociais. Considerando sua relevância por articular, ao mesmo tempo, diferentes esferas da sociedade sob uma unidade, em busca de reconhecimento institucional e pelo fato de ter caráter informal, foi necessária a criação da FECAFES que ainda nessa trajetória, tornou-se um instrumento estratégico, enquanto organização de segundo grau. Uma Federação que passou a atuar na preservação das formas de trabalho cooperado, no âmbito local, na perspectiva da expansão e da consolidação de uma rede que envolve outras cooperativas comprometidas socialmente com a garantia de melhores condições materiais para os pequenos produtores rurais cooperados, bem como, dos territórios aos quais pertencem. Dessa forma, a FECAFES desenvolve suas atividades de modo a:

> Operar através de economias de redes revitalizando o conceito de cooperação pode constituir uma vantagem comparativa contemporânea, pois permite aproximá-las das práticas “socialmente necessárias” nas economias contemporâneas (TAUILE; RODRIGUES, s/d, p. 6).

A discussão sobre redes tem sido cada vez mais utilizada pelo fato de se constituírem em um conjunto variado de articulações que integram além de pessoas, outras organizações, a exemplo de comunidades, produtores, consumidores entre outras organizações, a depender da necessidade.

A formação de redes em atividades diversas, na economia, na política, na cultura, é como se refere Mance (1999), um potencial mediador do bem-viver para as atividades humanas, satisfazendo suas necessidades. Assim, as maiores dificuldades enfrentadas para estas instituições, em nível de segundo grau, podem apresentadas aqui de duas formas distintas: a primeira, diz respeito a amenizar a sensação de perda de poder das cooperativas quanto a gestão individual de cada

cooperativa; e a segunda, como gerenciar os constantes conflitos de interesses emanados das diversificadas organizações sociais *vis a vis* aos interesses específicos de cada cooperativa.

As redes, de acordo com Castells (1999), são constituídas por diferentes perspectivas e necessidades, seja por identidades coletivas ou individuais, enquanto fonte básica de significado social, chamando atenção para o fato das pessoas se organizarem:

> Não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são. Enquanto isso, as redes globais de intercâmbios instrumentais conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países, de acordo com sua pertinência na realização de objetivos processados na rede, em fluxo contínuo de decisões estratégicas (CASTELLS, 1999, p.41).

A união de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES em rede contribui para a superação de dificuldades, podendo ocasionar expectativas de uma condição de vida melhor para os empreendedores. Dessa forma, a FECAFES se constitui em uma rede flexível, na qual os empreendimentos de porte semelhante se unem pela atribuição de flexibilidade e autonomia aos empreendimentos participantes, organizados em cadeias produtivas solidárias, o que para Mettelo (2007) é considerado um desafio necessário, mesmo que complexo.

Dürr (2002, p. 52) considera três níveis de ação e intervenção para entender as estratégias de comercialização da agricultura familiar em Cametá: individual[58], coletivo (através de associações, cooperativas ou grupos informais) e institucional-político. Entretanto, seu enfoque atende ao segundo nível, por considerar que "(...) a auto-organização coletiva dos produtores é importante na conquista de melhorias de vida da categoria".

Em nível de organização dos pequenos produtores rurais na região do Baixo Tocantins, os empreendimentos coletivos têm garantido o processo de comercialização, na medida em que facilitam "(...) o negócio das empresas compradoras do açaí *in natura,* pois na região há oferta de açaí com qualidade e organizado para a comercialização em rede, o que garante o volume de produção esperada pelas empresas" (REIS, 2008, p. 110).

[58] Para Dürr (2002), a comercialização individual é comprometida por limitações de escolha dos períodos, safra ou entressafra, escolha do comerciante, do produto a ser negociado, seja pela necessidade de garantir o pagamento imediato, por dificuldades de infra-estrutura de transporte, de armazenamento da produção. Tais obstáculos refletem na importância da intercooperação entre empreendimentos solidários.

Contudo, o Consórcio e que hoje a FECAFES, tem garantido a pequenos produtores da agricultura familiar, renda, através da valorização dos processos produtivos e, em parte, tem possibilitado ações contínuas, na medida em que atuam de acordo com as condições do mercado de forma articulada às condições sócio-produtivas dos trabalhadores rurais das cooperativas filiadas à FECAFES.

5.1.1 A experiência do consórcio de comercialização

A configuração da dinâmica produtiva na organização de pequenos produtores rurais do Baixo Tocantins, através de associações e cooperativas, de acordo com Soares (s/d), compôs, em 1999, o histórico de constituição do Consórcio de Comercialização nessa região, sob a percepção dos cooperados e associados da variação do preço pago nas rasas do açaí em diferentes municípios, com destaque para a CAMTA, que se constitui, uma das principais compradoras da produção, em nível regional. O que acirrava a concorrência entre os produtores, deixando o preço abaixo do mercado.

Em 2000, por influência da FASE/Amazônia, o Consórcio se estruturou[59] a partir da articulação entre os trabalhadores rurais dos municípios de Abaetetuba, Cametá, Barcarena e Igarapé-Miri sob a coordenação dos sindicatos com as associações e outras entidades, totalizando 919 famílias, tendo em vista estabelecer um *pool* de empreendimentos para a comercialização da produção de açaí, de seus associados, com as empresas compradoras[60], para a garantia de preço médio nos períodos de safra e entressafra. Essa reunião dos trabalhadores rurais contribui para a garantia de um preço médio significativo para a comercialização, de forma unificada.

E, nesse sentido, diferentemente da condição dos produtores não associados, se faz necessário viabilizar uma produção artesanal em processos de cooperação e reciprocidade, garantindo a elevação da escala, diversidade ecológica e a equidade

[59] Abaetetuba através da COFRUTA em cooperação com o STR e da Associação de Desenvolvimento Agrícola de Mini e Pequenos Agricultores de Abaetetuba-ADEMPA, em Barcarena por meio da Cooperativa dos Batedores de Açaí – COOPBAB junto ao STR, a cooperativa de Colônia de Pesca Z -13, Associação dos Trabalhadores Rurais do Carapajó, em Cametá, a CART em articulação com o STR, Colônia de Pescadores Z- 16 e a Associação de Preservação do Meio Ambiente, em Igarapé-Miri, através Associação Mutirão, Associação de Mulheres, Associação Boa Esperança, STR e Associação Amprisa.

[60] Sambazon, empresa norte americana de beneficiamento de açaí; Fly Açaí do Pará indústria e comércio de alimentos e bebidas; CAMTA – Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açú produtora de polpa de frutas tropicais; Amazon Fruit, Açaí Brasil e Amazon Drink que atuam na mesma linha de produção de polpa de frutas naturais.

social, sem desagregar os produtores. Uma tarefa que precisa ser entendida, tanto pela academia, quanto pelos gestores públicos, na medida em que é garantida por meio de formações sobre o uso adequado do solo.

Em 2001, enfrentando algumas dificuldades teve uma diminuição significativa da comercialização, passando a crescer em 2002, e se restabelecendo em 2004 pela comercialização com a Sambazon e a Fly, como observado no gráfico a seguir. O Consórcio seguiu seus quatro primeiros anos na comercialização do açaí, superando os preços praticados pelos atravessadores, que pagavam no ato da compra, e que por encontrarem os agricultores desorganizados, determinavam os preços, sem deixar escolha aos produtores que preferiam vender a baixo custo a perder a produção.

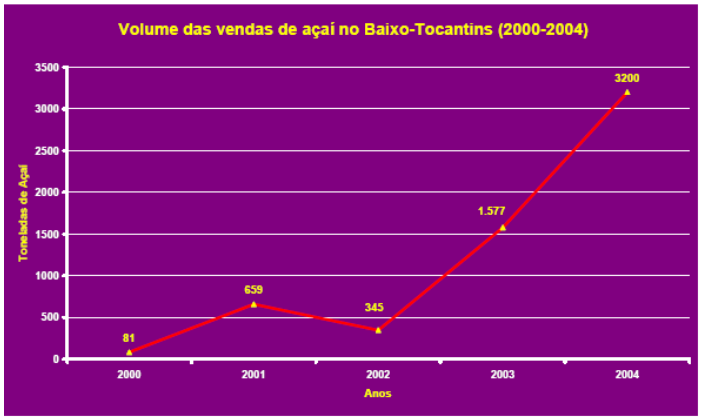


Figura 2: Volume de vendas do consórcio fruticultor 2000-2004 em toneladas
Fonte: Sobrinho (2005)

Logo, descontando os custos das transações para a comercialização da venda coletiva do açaí orgânico, obteve-se uma renda mensal média de R$ 321,50 (FASE, 2005).

É importante enfatizar que em 2003, o Consórcio de Comercialização se estabeleceu com a participação de 919 famílias produtoras, concentrando a produção no município de Cametá, que detinha a maioria dos produtores organizados e estimulados com a expressiva opção demanda do açaí no mercado internacional.

Ainda em 2003, por força do Consórcio, teve início um processo de comercialização do açaí para os Estados Unidos, o qual também se deu de forma articulada entre os empreendimentos econômicos solidários (associações de

produtores e cooperativas), com empresas capitalistas[61]. Isso evidenciou o reconhecimento do açaí[62], como um fruto que contribui para a melhoria das condições de saúde devida suas substâncias, que segundo Lamarão (2008) revelou alto valor energético e riqueza de micronutrientes, tais como os lipídios, constatando as propriedades do açaí, duas vezes maior que as encontradas no leite.

Essas descobertas científicas levaram a valorização do açaí, se constituindo um salto significativo para sua comercialização. O açaí, produto tipicamente de uso na dieta local, passou a ser procurado no mercado nacional e internacional, por contribuir para a eliminação de radicais livres[63], principais agentes contra o envelhecimento humano, pela ação das antocianinas[64].

A importância da venda em sistema de Consórcio mostrou resultado no primeiro ano da experiência, pois em agosto de 2004 a janeiro de 2005, as negociações para a garantia de um preço mínimo no período da safra ultrapassou 25% do valor que era praticado pelos atravessadores da região[65].

Assim, no processo de comercialização, a cultura local ganhou importância, na medida em que o açaí é um fruto de ocorrência, principalmente em áreas de várzeas[66], onde vivem as chamadas populações ribeirinhas, as quais detêm o acesso secular a esse produto. Para Reis (2008, p. 108), considerada a constituição do Consócio "uma rede de empreendimentos coletivos (...) criado para combater as ações de compra e venda dos atravessadores e empresas que determinavam o

---

[61] Cooperativas de Fruticultores de Abaetetuba-COFRUTA, Cooperativa Agroextrativista Resistência de Cametá-CART, Cooperativa de Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Barcarena – COOPBAB, Associação Mutirão de Igarapé- Miri x empresa Internacional Sambazon, as fábricas de processamento Cooperativa Agrícola Mista de Tomé Açú-CAMTA, Fly e a empresa cearense Dafruta concentraram 904 famílias nessa comercialização (SOBRINHO, 2005, p. 26).

[62] Esse fruto de origem orgânica, porque não necessita de qualquer insumo químico para sua produção ganhou em 2003, diploma de certificação por meio da agência *Guaranteed Organic Certification Agency - Goca* (SOBRINHO, 2005, p. 4).

[63] Ver Avaliação do efeito da extração e da microfiltração do açaí sobre sua composição e atividade antioxidante, CRUZ (2008).

[64] "As antocianinas, além de corantes, são antioxidantes naturais. Os antioxidantes são compostos químicos com capacidade de reagir com radicais livres e assim restringir os efeitos maléficos ao organismo" (COHEN et al, 2006, p. 9).

[65] Até 1996 a renda média dos pequenos produtores da região era em média de R$ 216,47 por mês (IBGE, 1996).

[66] De acordo com Reis (2008), a várzea, observada na perspectiva do potencial econômico caracteriza-se pelas limitações à agricultura considerando as enchentes produzidas pelas marés, uma condição favorável pela introdução das práticas agrícolas, em especial o cultivo do açaí que tem a produção favorecida pela umidade desse tipo de vegetação e pelo clima quente e úmido, haja vista ser esse fruto, o principal produto a garantir a sustentabilidade das populações habitantes nesses territórios.

preço do açaí no período de safra, além de incentivar e valorizar a produção do açaí dos agricultores por meio de um preço justo".

Dessa forma, o Consórcio de Comercialização é um sistema de acesso ao mercado, pela reunião de pessoas físicas ou jurídicas, objetivando facilitar a venda de bens ou serviços através de um acordo comum. O intuito é que a cooperação prevaleça sobre a competição, possibilitando o acesso ao mercado.

Empresas	Histórico
Açaí Brasil	Localizada em Ananindeua, região metropolitana de Belém, empresa processadora de polpa de frutas, atendendo, em todo o Brasil, lanchonetes, restaurantes, academias etc.
Amazon Frut	Indústria brasileira de processamento e beneficiamento de polpa de açaí, no Estado do Pará desde 2004. Chega a produzir 20 toneladas de polpa de açaí por dia, para o mercado nacional e internacional.
CAMTA	Fundada por japoneses em 30/09/1979 como uma cooperativa de hortaliças para assegurar mercado e conseqüentemente a sobrevivência dos sócios. Em Belém, a população não tinha hábito de consumir hortaliças. Tornou-se a primeira, no Brasil, a produzir e exportar pimenta-do-reino, e, por conseguinte, o recurso dessa atividade levou ao desenvolvimento social de Tomé Açu. Atualmente produz e comercializa agroprodutos de cooperados e não-cooperados em Tomé-Açu. Dentre suas atividades atuais estão a produção de polpa de frutas; compra e venda de pimenta-do-reino e cacau, produção de novos produtos pela análise e experimento de frutos que passaram a ser incluído no processo de comercialização, a exemplo do uxi, abricó, limão, manga, além da andiroba.
Fly	Criada em 1993, tem como missão satisfazer seus clientes através da diversidade de produtos, refrigerantes, refrescos e biscoitos derivados de frutas regionais, para atender a população do Estado do Pará.
Natura	No mercado desde 1969, atua na mobilização de pessoas e grupos para o aperfeiçoamento da qualidade de vida, e a sintetização do valor da marca Natura, a razão de ser dessa empresa, que trabalha na perspectiva de que a vida é encadeada por relações, e que a busca permanente do aperfeiçoamento promove o desenvolvimento dos indivíduos, das organizações, da sociedade. Assim, tem se desenvolvido e inovando na produção de cosméticos, perfumaria, higiene, a partir do uso de produtos da flora brasileira, em diversas regiões do país baseada em estudos que subsidiem a expansão de seus produtos. Recentemente adotou a comercialização com cooperativas e associações.
Sambazon	Constituída, em 2000, no Brasil, produz e comercializa sucos, suplementos, *frozen* e energéticos de açaí. Tem como missão trabalhar junto a ONG's para o fornecimento do açaí orgânico, de forma sustentável, através do programa de certificação orgânica, apresenta um quantitativo de dez mil produtores de açaí na relação de comercialização estabelecida nos Estados Unidos.

Quadro 5: Empresas que desenvolvem a comercialização com o Consórcio/FECAFES.
Fonte: pesquisa de campo, ago, 2010.

O Consórcio de Comercialização se inscreve em uma nova configuração socioeconômica, cuja inovação potencializou as cooperativas e associações e pequenos produtores rurais do Baixo Tocantins, visando melhorar os indicadores da

negociação dos produtos, que historicamente dependera dos atravessadores, proporcionando negociação conjunta dos empreendimentos, cooperativas e associações de pequenos produtores rurais, para a comercialização do açaí, sob as exigências da certificação orgânica, do mercado americano.

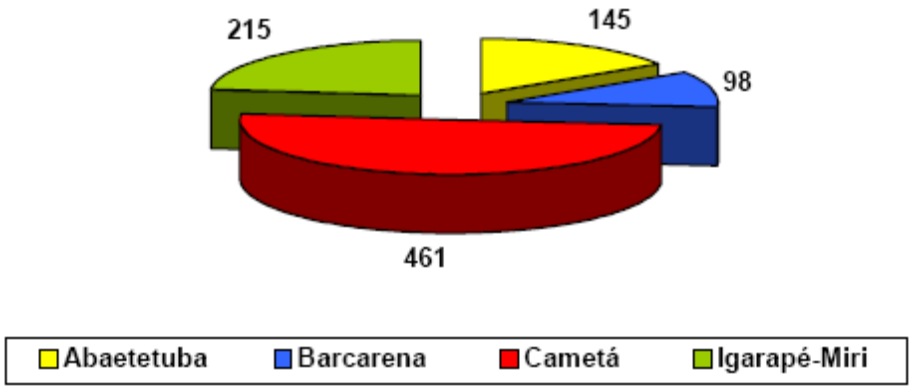


Figura 3: Número de famílias organizadas em cooperativas por municípios que formaram o Consórcio de Comercialização em 2005.
Fonte: Soares (2005).

Para Sobrinho (2005) houve necessidade da certificação orgânica do açaí, a qual se deu a partir da exigência da Sambazon[67], que necessitava do reconhecimento oficial do produto como agroecológico. Assim, em 2003, as cooperativas e associações do Baixo Tocantins foram certificadas pela Guaranteed Organic Certification Agency – GOCA. A exportação para os Estados Unidos, no qual participaram a empresa internacional Sambazon e as empresas estaduais CAMTA e FLy. Nesse fato, a Sambazon é destacada por Reis como (2008, p. 109) "(...) pioneira no processo de comercialização de açaí por contrato, a qual estabelecia, em negociação com os representantes do Consórcio, a quantidade e o preço mínima para a comercialização (...)". Situação comparada ainda com o processo de comercialização de oleaginosas, iniciada em 2007 com a empresa Natura.

Segundo Solyno (2005), a diversidade dos produtos silvestres da região amazônica, produzidos de forma artesanal, gera oportunidade de mercado, na medida em que não utiliza insumos industrializados, oferecendo uma significativa margem de excedente econômico-monetário aos pequenos produtores, com a

[67] A Sambazon estabeleceu no contrato, o pagamento do primeiro certificado, passando a responsabilidade dos demais aos próprios empreendimentos (SOARES, 2005).

exportação imediata destes frutos, ocasionando um desafio à pequena produção, de base familiar, que historicamente detém a tecnologia de colheita e uso, além do conhecimento sobre suas substâncias para uso medicinal e alimentício.

5.1.2 A constituição da FECAFES na trajetória da organização regional do Baixo Tocantins

A FECAFES, de acordo com seu atual presidente, foi criada em 19 de março de 2010. Essa federação, "se estabelece como uma iniciativa de representação das cooperativas, que além de ter sido criada para cumprir exigências burocráticas necessárias à comercialização, foi uma forma encontrada para fortalecer e facilitar a tomada de decisões de interesses comuns (Informação verbal)[68].

Quanto à estrutura física, a FECAFES não dispõe de sede própria, suas atividades são desenvolvidas no prédio do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Abaetetuba.



Fotografia 26: Prédio do STR Abaetetuba - sede provisória da FECAFES.
Fonte: pesquisa de campo, dez, 2010.

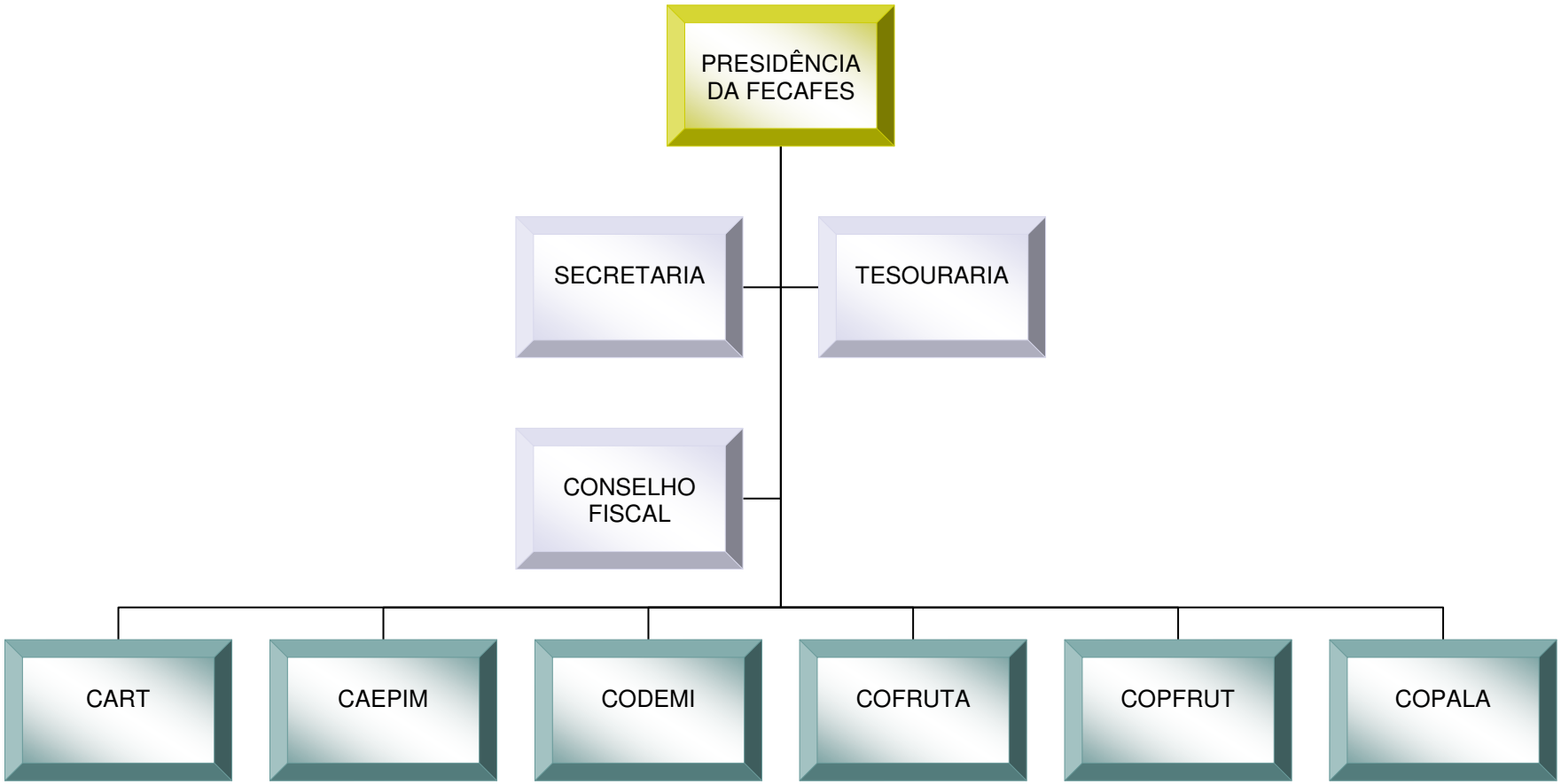
Sua diretoria é composta por 12 pessoas, entre presidência[69], secretaria, tesouraria, além do conselho fiscal, na qual cooperativa participa em média com duas vagas.

[68] ABREU, entrevista concedida em 23/12/10
[69] Raimundo Brito de Abreu, atual presidente da FECAFES, já trabalhou na ADEMPA por 9 anos, no centro Tipiti (Abaetetuba), no STR na executiva de Abaetetuba, na secretaria, na presidência, na executiva, além de tesoureiro da COFRUTA.

> Elas são de cooperados das cooperativas, então a direção é composta por cada cooperativa, dessas tem um diretor ou mais dentro, em média dois e aí até agora os custos desse público ainda é por conta de cada cooperativa que está bancando os custos, desse povo, da Federação (...). Nós estamos vendo a possibilidade de construir projetos coletivos, futuros, nesse sentido, haja vista a Federação não ter um fundo financeiro para isso (Informação verbal)[70].

Dessa forma, as cooperativas filiadas à FECAFES, que compõem sua diretoria são: CART: Conselho fiscal (1º e 2º suplente executivo); CAEPIM: tesouraria; CODEMI: conselho fiscal; COFRUTA: presidência; COPALA: suplente da diretoria; COPFRUT: secretaria, como pode ser observado a seguir (organograma 3).

[70] ABREU, entrevista concedida em 23/12/10.



Organograma 3 : Estrutura organizacional da FECAFES.
Fonte: pesquisa de campo, dez, 2010.

Assim, o associativismo e o cooperativismo, no meio rural, têm passado por várias transformações desde as Comunidades Eclesiais de Base – CEB's, ao sindicato, às associações de produtores, às cooperativas, ao Consórcio e à Federação, formas de organização sócio-política e econômico-cultural dos pequenos produtores rurais para a superação das dificuldades que viabilizem a promoção.

COOPERATIVA	DATA DE FUNDAÇÃO	Nº DE SÓCIOS	PRODUTOS
CART – Cooperativa Agrícola Resistência do Tocantins	30/04/1995	132 (registrados em Ata de fundação), além de 50 famílias não associadas.	Açaí, Andiroba, Bacaba, Mel, Miriti, Murumuru, Patauá, Pracaxí, Sementes de Andiroba, Ucuúba.
CAEPIM – Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri	14/05/2005	143	Açaí in natura Camarão Mel Pescado Polpa de frutas
CODEMI – Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri	07/03/2006	214	Açaí *in natura* (principal produto) Camarão Laranja Macaxeira Polpa de acerola Açaí beneficiado Polpa de camarão (experiência) Hortaliças (Associação Asa Forte)
COFRUTA – Cooperativa de Fruticultores de Abaetetuba	03/03/2002	143	Açaí (polpa e *in natura*) Acerola Abacaxi Cupuaçu (polpa e xarope) Goiaba Maracujá Manga Taperebá
COPALA - Cooperativa Agrícola de Limoeiro do Ajurú	Dados não informados	Dados não informados	Abacaxi Acerola Cupuaçu Goiaba Maracujá Taperebá Bacuri, Manga Miriti

COPFRUT – Cooperativa Agroindustrial dos Trabalhadores e Produtores Rurais de Igarapé- Miri	09/12/2001	45	Açaí *in natura*

Quadro 6: Cooperativas associadas à FECAFES, nº de sócios, data de fundação e produtos.
Fonte: pesquisa de campo, dez, 2010.

A criação da FECAFES envolve mais de 500 famílias, distribuídas nas seis cooperativas filiadas. Além disso, existe a Cooperativa Agrícola Mista de Santo Antônio do Tauá – CAMTAUÁ, uma ex-associação de pequenos produtores, que se tornou cooperativa recentemente, ainda em fase de legalização, que busca participar do processo de organização, na relação direta com a FECAFES, objetivando a ampliação da rede de intercooperação de agricultores familiares para futura filiação.



Fotografia 27: Presidente da FECAFES
Fonte: pesquisa de campo, dez, 2010.

A história da FECAFES, portanto, é recente, tendo como perspectiva a "intenção do fortalecimento dessas experiências de comercialização de diversas cooperativas no estado do Pará" (Informação verbal)[71]. E nesse sentido são realizadas articulações ampliadas para a promoção da Federação, a priori:

[71] ABREU, entrevista concedida em 23/12/10.

> Com atuação no Baixo Tocantins, a articulação na região do Salgado, Santo Antônio do Tauá, Santa Maria, Santarém e agora avançando em Marabá, com dois eventos, que são reuniões de articulação da FECAFES para fortalecimento e comercialização junto ao PAA e da PNAE. A Federação avança pela articulação dessas redes regionais (...) como uma rede maior no intuito de poder estar vendendo o produto de forma organizada, sabendo onde tem esse produto, quando tem o produto e para quem você pode vender. Essa é uma questão "(Informação verbal)[72].

Outra vantagem é garantida por Lei[73], trata da venda mínima de 30 % para merenda escolar, regionalizada ou municipalizada:

> Nós estamos fazendo esse debate com a prefeitura, com as cooperativas, quanto à questão da merenda escolar. Nós aqui, na região estamos trabalhando em cinco municípios (...), vendendo em Mojú e Igarapé-Miri, inicialmente, e com indicações em Tailândia, Barcarena e deve ter Cametá. Não há certeza se a gente vende aqui no próprio município de Abaetetuba, mas talvez a gente deve vender também, aqui na prefeitura, para merenda escolar (Informação verbal)[74].

O presidente da Federação que faz referência à necessidade de controle da qualidade da produção organizada, recentemente, pelas assessorias da FASE e da UCODEP, e por uma das empresas compradoras, a Natura.

> (...) a gente tá trabalhando esse levantamento da produção, para gente saber quanto o cliente precisa, o que a gente pode fornecer e quando a gente pode fornecer (...) e isso tem uma dificuldade muito grande, por duas questões, uma é pessoal e a outra é financeira, nós temos um quadro de pessoas que não tem muito entendimento quanto ao levantamento e precisa de treinamento e depois a gente tem um custo financeiro muito alto, tem que andar muito para articular isso (...) (informação verbal)[75].

Portanto, com base na entrevista com o presidente da Federação, ao avaliar a organização da Federação, afirma que esta é "(...) uma proposta de ordenar as cooperativas para o desenvolvimento da região (...)", considera-se que a mesma funciona como uma rede regional, visando articular, dentro de suas possibilidades, as relações comerciais dos empreendimentos associados, pois na medida em que "as condições locais, ou o consumo da rede local é insuficiente para manter o faturamento

[72] ABREU, entrevista concedida em 23/12/10
[73] O PAA foi criado pela Lei 10.696 de 2 de junho de 2003 (http://www.mda.gov.br)
[74] ABREU, entrevista concedida em 23/12/10.
[75] ABREU, entrevista concedida em 23/12/10.

necessário à viabilidade do novo empreendimento. Assim, corroborando com Mance, (2003, p. 27), cabe às redes regionais avaliar as melhores alternativas, e assim em âmbitos de abrangência horizontais cada vez maiores".

Para o presidente da FECAFES, a Federação "é o seguimento do consórcio", entretanto forma, que se configura, como uma organização de segundo grau.

COOPERATIVAS	SITUAÇÃO DE COMERCIALIZAÇAO ATUAL	DADOS DA PRODUÇÃO ANUAL 2010
CART	Sementes oleaginosas com a Natura, BERACA (São Paulo) e Capina (Rio de Janeiro), Bela Iaçá (Açaí São Pedro).	Açaí in natura - 216; Andiroba – 282 Litros; Bacaba – 4950 KG; Mel - 15 Litros; Patauá – 1583 KG; Miriti – 121 KG; Murumuru - 11.567,6; Sementes de Andiroba - 7.308,9 KG; Ucúuba - 7507,6.
CAEPIM	Empresas Governo Estadual do Pará através da CONAB PNAE	Açaí – 392 toneladas; Banana – 123 mil unidades (PNAE); Camarão – 07 toneladas; Farinha d'água – 2,4 toneladas; Laranja – 70 mil unidades (PNAE); Polpa de frutas – 21 toneladas; Pescado – 13 toneladas; Mel – 2,5 toneladas; Andiroba, Miriti, Murumuru e Ucuúba – 07 toneladas.
CODEMI	CONAB; PNAE Santa Helena Açaí São Pedro – a mesma Belaiaçá (Castanhal) Associação Asa Forte	Açaí - 150 toneladas[76] Polpa de camarão – 107 Kg Acerola – 4 toneladas Laranja – 236 mil unidades Macaxeira – 2 ton. E 45 Kg Açaí – 39. 783 Litros Hortaliças – não informado
COFRUTA	Polpas de açaí, cupuaçu, goiaba, maracujá e taperebá com a prefeitura de Igarapé-Miri através da CONAB para a merenda escolar de sete escolas no	Açaí in natura – 79 toneladas (Natura); Açaí polpa – 7437 rasas; Abacaxí – 11 toneladas; Acerola – 7,5 toneladas (Igarapé -

[76] Segundo informações do presidente da CODEMI, até 2009, através da comercialização com empresa *Boot house*, a comercialização era significativa, variando entre 49 e 53 toneladas de açaí. Esta empresa pagava um valor maior que o do mercado, por isso a vantagem em comercializar. A média chegou a outros anos a 500 toneladas. Por ter chegado praticamente a falência e, portanto, está articulando suas ações no município de Abaetetuba, comprando de pequenas organizações, associações e pequenos agricultores.

	município de Abaetetuba e Estado de Goiás, lanchonetes, feira nacional de agricultura familiar que acontece geralmente no mês de junho em Brasília, sementes oleaginosas com a Natura.	Miri); Maracujá – 7 toneladas; Cupuaçu – 25 toneladas; Bacuri, Manga e Miriti – 2,600 toneladas.
COPALA	Comercializa através da CART	Abacaxi - 11 toneladas; Acerola – 7,5 toneladas; Cupuaçu - 25 toneladas; Goiaba – 5.500 toneladas; Maracujá – 7 toneladas; Taperebá – 4 toneladas; Bacuri, Manga e Miriti – 2.600 toneladas.
COPFRUT	Empresa São Pedro, a mesma Bela laçá (Castanhal)	05 mil latas (ou aproximadamente 70 toneladas, segundo informações do produtor).

Quadro 7: Condição de comercialização das cooperativas filiadas à FECAFES**.**
Fonte: pesquisa de campo, dez, 2010.



Fotografia 28: Participação da FECAFES na I Feira de Economia Solidária do Baixo Tocantins **–** Estádio Municipal Bianor Palheta – igarapé-Miri/Novembro de 2010.
Fonte: pesquisa de campo, nov, 2010.

Portanto, a FECAFES vem se promovendo na medida em que vem tentando garantir propostas, estabelecendo conquistas e superando limites, como forma de garantir a subsistência dos seus pequenos produtores cooperados.

PROPOSTAS	CONQUISTAS	DIFICULDADES
• Padronização dos produtos através de uma marca única para o Baixo Tocantins. • Agregação de valor. • A fábrica regional (projeto Ucodep)[77].	• Aquisição de equipamentos junto ao governo do Estado do Pará, à Natura.	• Falta de suporte financeiro para a mobilização dos agricultores, visando melhorar o potencial destes no contexto regional.

Quadro 8: Situação da FECAFES.
Fonte: pesquisa de campo, dez, 2010.

Através do Projeto de aquisição de equipamentos, segundo informou o presidente da Federação, cuja documentação está em poder Federação, serão entregues dois caminhões, implantação de uma câmara fria, pasteurizador, entre outros equipamentos necessários a unidade produtiva da FECAFES, uma ação em articulação à Ucodep, estimada em um milhão de Reais, dos quais R$ 750mil servirá para equipamentos, além de assegurar à Federação o CNPJ.

O presidente informou que o papel fundamental da Federação é unificar essas experiências que já existem "unificar melhor o trabalho dessas cooperativas para que elas possam sobreviver, porque cada uma trabalha do seu jeito e nem sempre você consegue desenvolver a cooperativa com suas próprias forças, seu próprio corpo" (Informação verbal)[78]. E a exemplo disso, ele considerou outro ponto a ser garantido, que é a consolidação do trabalho contábil, haja vista que as cooperativas pagam de forma individual e o custo sai o mesmo se a Federação articular esse serviço, haja vista a manutenção de um Contador custar cerca de um salário mínimo "(...) a economia é de dois mil reais por mês, 50% do valor que cada cooperativa paga porque o mínimo que você pode contratar é pelo salário mínimo" (Informação verbal)[79].

[77] O Projeto Ucodep tem visado construir ou melhorar as esruturas existentes, mas o projeto diz que têm que construir ou mos melhorar as existentes, mas o projeto em si diz que tem que construir, mas nos temos um Grupo de Trabalho, que diz que há possibilidade de melhorar os que já existe ou construir uma unidade coletiva para essas cooperativas, então, é agregar valor a esses produto (ABREU, entrevista concedida em 23/12/10).
[78] ABREU, entrevista concedida em 23/12/2010.
[79] ABREU, entrevista concedida em 23/12/2010.

Apesar da expressiva comercialização do açaí, o Consórcio cedeu lugar à FECAFES, pelo fato de não estar constituído legalmente, dessa forma, impedido de operar em outras instâncias, devido à garantia de nota fiscal, entre outras exigências do mercado, como serviços de ordem burocrática.

A venda planejada para empresas, a compra com garantia da produção e melhores condições para se produzir, a aquisição de equipamentos, bem como de infra-estrutura de transporte para escoamento da produção são vantagens, que apesar de ainda não terem sido garantidas para a maioria das cooperativas, vem sendo buscadas, recentemente, pela FECAFES, inclusive na articulação da construção de uma unidade de beneficiamento de sementes oleaginosas no espaço da COFRUTA, em Abaetetuba.



Fotografia 29: Inauguração da unidade produtiva-sede da COFRUTA.
Fonte: PITCPES, 2011.



Fotografia 30: Inauguração da unidade Produtiva Agroindústria de beneficiamento de sementes oleaginosas.
Fonte: PITCPES, 2011.

A unidade de beneficiamento de oleaginosas é um avanço, na medida em que gera valor agregado no processo de comercialização. Embora ainda sob a articulação com a Natura, uma empresa que na relação com os pequenos produtores tem se

fortalecido pela garantia de aquisição de insumos às cooperativas, de forma mediada pela FECAFES.



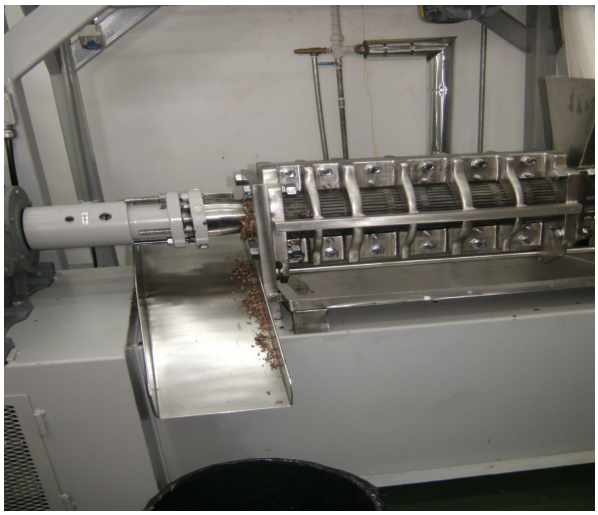
Fotografia 31: Momento solene da inauguração, Profª Drª Maria José S. Barbosa (UFPA), Brito Abreu (FECAFES), Elias (COFRUTA) e José Renato (Natura).
Fonte: PITCPES, 2011.



Fotografia 32:-Demonstração do triturador de sementes.
Fonte: PITCPES, 2011.



Fotografia 33: Máquina de aquecimento de sementes.
Fonte: PITCPES, 2011



Fotografia 34-:Máquina de esmagamento das sementes, (processo final de beneficiamento)
Fonte: PITCPES, 2011.

O interesse real de comercializar as sementes teve início em 2007. Em 2008, a CAMTA iniciou a comercialização de oleaginosas, e em 2010, a NATURA iniciou a industrialização das sementes. Entretanto, pela dificuldade de beneficiamento das

sementes, houve a necessidade de garantir que as cooperativas filiadas à FECAFES, pudessem contribuir mais com a produção, passando a praticar também o beneficiamento.

5.3 O PAPEL DA FASE E DA NATURA NA CONSTITUIÇÃO DA FECAFES

A FECAFES articula, a priori, cooperativas consideradas mais organizadas, para a comercialização de açaí *in natura*, polpa de frutas e as sementes oleaginosas que vem movimentando, principalmente, a rede de cosméticos da linha Natura Ekos[80], em destaque nos últimos anos de comercialização.

A relação com a Natura se dá acompanhada pela FASE (que suscitou discussões sobre a criação do Consórcio de Comercialização, na década de 1990) e hoje, vem as ações de avaliações e planejamento das safras, realizado ao final de cada balanço anual. Na última avaliação, realizada em outubro de 2010, foi traçado o planejamento para a comercialização de 2011. A FASE articulou com a NATURA, os cursos de capacitação dos produtores, além da possibilidade de aumento do preço das sementes, devido a dificuldades com a coleta, a secagem e o armazenamento das mesmas.

Para a Federação**,** importa a forma com que esta empresa, Natura, defende a biodiversidade, uma questão imprescindível para as cooperativas**,** o que tem pautado as diversas ações de intercooperação e negociação. O poder de decidir o preço, de forma conjunta, torna-se uma das vantagens que fortalece a relação comercial. Neste sentido, o fato dá exclusividade de comercialização da produção é um dos objetivos, como é o caso da venda de produtos para a Natura, pois a venda é de um volume da produção, assim como, sendo permitido ter outros clientes. Outra questão é a visão de médio, curto e longo prazo, para organizar desde a produção até o planejamento da próxima comercialização, com as cooperativas.

---

[80] Em 1999, a Natura inovou suas atividades através da adoção da sustentabilidade e da biodiversidade brasileira e lançou, em 2000, a linha Natura Ekos, onde são desenvolvidos produtos a partir dos ativos das plantas da flora brasileira. http://www.natura.com

Nesse sentido, essa relação se firmou ainda, por duas condições. Uma pelo curso Profor Gestão, no qual a Natura custeia parte da capacitação dos filhos (as) de agricultores e, o outro, pelo investimento de um projeto piloto, de construção da unidade regional de beneficiamento de polpas e de sementes, mostrado anteriormente, "que fará a gerência desta unidade, gerada com custos civil sob a responsabilidade da Natura" (Informação verbal) [81].

Essa unidade, segundo o presidente da FECAFES, busca atender a condição de produzir com qualidade. Como forma de compensar o investimento feito por essa empresa, houve um acordo no qual trinta por cento da produção deverá ser vendido para a Natura durante três anos. Os setenta por cento, restante, os federados podem comercializar com outros compradores, inclusive podendo ser para a própria Natura.

A Federação, no que diz respeito ao beneficiamento e a comercialização de oleaginosas, segundo o seu presidente, estava em negociação com a empresa "O Boticário". Outra forma de garantir às cooperativas, além do valor pago na comercialização das sementes, foi a RB, um pagamento pelos conhecimentos tradicionais, onde são considerados os princípios ativos do produto. A seleção para pagamento desse benefício é feita inicialmente, pela compra de um determinado produto, por decisão da Natura. Depois, essa empresa faz uma análise para verificar a existência de propriedades químicas que atendam a projeção de lançamento de novos produtos no mercado.

A Repartição de Beneficio – RB iniciou em 2007 na COFRUTA, através da compra do Murumuru. Em 2008, a COFRUTA assinou contrato para RB, recebendo em 2009, a primeira parcela. "A Natura, na relação com outras 19 organizações da comunidade é pioneira nessa iniciativa que tem contemplado cerca de 1.714 famílias no Baixo Tocantins" (BOLETIM INFORMATIVO DO BAIXO TOCANTINS, 2010).

A COFRUTA já participou de um processo de pagamento da chamada RB, onde o valor foi de cem mil, inicialmente para o açaí. "Existem ainda, cinco RB's a serem desenvolvidas para a região, que tem como destino a CART e será pago pelo Patauá, à COFRUTA pela Bacaba (mesmo já executando o benefício em relação ao Murumuru), e

[81] ABREU, entrevista concedida em 23/12/2010.

três para a CAMTAUÁ pelo Tucumã, o Inajá e o Mucajá" (Informação verbal)[82]. O presidente da Federação informou também sobre o prazo para assinatura dos contratos dessas RB's, previsto para o ano de 2011.

Outras cooperativas filiadas não foram contempladas, nesse processo, a exemplo das produtoras de andiroba, que são de Igarapé-Miri, devido a Natura já ter selecionado empreendimentos de outras regiões.

Entretanto, é importante enfatizar que a CAMTAUÁ, mesmo sem estar legalizada, comercializava, inclusive concorrendo à Repartição de Benefícios. Essa cooperativa foi fundada em 07 de abril de 2009, entretanto vinha aguardando as resoluções burocráticas de liberação do CNPJ. Segundo o presidente da CAMTAUÁ, "a cooperativa dispõe de 34 cooperados e comercializa murumuru e andiroba, apenas com a Natura" (Informação verbal)[83]. Seu contrato inicial previu duas entregas. Uma em 2010, quando a cooperativa repassou, na primeira entrega 10.720 kg de murumuru, e 1.902 kg de andiroba. A segunda entrega de sementes está prevista até o fim de agosto.

Dessa forma, a FECAFES, tem garantido a realização de contratos de comercialização dos produtos agroextrativistas a seus filiados, sem perder os vínculos sociais, políticos e econômicos, na medida em que busca a promoção das cooperativas na região do Baixo Tocantins, e que também alcançando novas escalas de produção e ampliação do mercado na microrregião do nordeste paraense, com perspectiva de ampliar para outras mesorregiões do Estado.

5.4 A COMERCIALIZAÇÃO COM A NATURA

A Natura é uma empresa bem articulada na comercialização de oleaginosas na região do Baixo Tocantins, que expandiu seu espaço de atuação, passando a demonstrar sua reorganização em dois momentos: primeiro a partir de 2004, por incorporação dos empreendimentos, que constituem uma divisão denominada Natura

[82] ABREU, entrevista concedida em 23/12/10.
[83] CONCEIÇÃO, entrevista concedida em 09/08/11.

Empreendimentos, na divisão Natura Cosméticos, outra pela Natura Participações[84] (Observe o anexo 3).

A linha Natura Ekos uniu o conhecimento tradicional ao científico para gerar produtores inovadores. Em uma trajetória de mais de dez anos. Nessa linha de cosméticos, foram realizados contratos comerciais que abrangeram 1.714 famílias, de 19 comunidades, não citadas pela empresa. Em 2010, são lançados sabonetes[85] de cacau, cupuaçu, murumuru e maracujá, extraídos de ativos comprados de oito comunidades, beneficiando mais de 263 famílias. É importante informar que o valor em 2009 foi de 1,3 milhão, repassados para as comunidades, passou a 2,6 milhão em 2010, dada a comercialização e lucro gerados com produção dos sabonetes acima citados.[86]

A linha de sabonetes surtiu efeitos positivos para a Natura, pela satisfação das comunidades em face da qualidade desses produtos. Um processo que precisou dois anos para o mapeamento das comunidades comercializadoras, capacitação dos produtores, articulação de contratos de comercialização, enfim, o desenvolvimento dos produtos. E nessa articulação, encontram oito novas comunidades, organizações cooperativas, consideradas para a Natura, com os respectivos produtos: CAMTA: cupuaçu e maracujá; CAEPIM: Jauari[87]; COOMAR[88], COFRUTA, CART, e Santo Antônio do Tauá: murumuru, e COPCAM: cacau.

Para a Natura, todas as comunidades fornecedoras de ativos para os novos sabonetes priorizam sistemas de manejo agroflorestal e de baixo impacto ambiental. O cacau utilizado nos sabonetes vem de plantação orgânica certificada, e o maracujá, do reaproveitamento do resíduo da fabricação de suco. Com a utilização do cupuaçu nos novos sabonetes, preservam-se 100 km² de Floresta Amazônica. Já o murumuru conserva três mil árvores em pé[89].

---

84 Informações do site http://natura.comunique-se.com.br/natura.
85 A concentração de óleos considerada entre 20 e 50% foi um salto na qualidade desse produto para a empresa Natura, que segundo informações no site, "valorizam a cultura e preservam espécies da floresta". Essa condição foi garantida através do mapeamento das comunidades fornecedoras.
86 http://natura.comunique-se.com.br/natura.
87 Palmeira da família das Arecáceas.
88 Cooperativa Mista dos Agricultores entre os rios Caeté e Gurupi, localizada em Santa Luzia do Pará.
89 http://natura.comunique-se.com.br/natura.

5.5 ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO DA FECAFES NO MERCADO INSTITUCIONAL

5.5.1 Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

O Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável do Baixo Tocantins – PDTRS é um instrumento de planejamento de prioridades e estratégias para os agricultores na perspectiva de promover mudanças significativas na realidade local. Em 2005, sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, o plano foi desenvolvido para nove municípios do Baixo Tocantins, realizando em Cametá e em Igarapé-Miri, seminários de nivelamento conceitual e metodológico. (BOLETIM INFORMATIVO DO TERRITÓRIO DO BAIXO TOCANTINS, 2010).

A FECAFES possibilitou a comercialização das cooperativas vinculadas com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA[90], contemplando os cooperados com a venda de produtos alimentícios para os municípios da microrregião do Baixo Tocantins.

No entanto, o relatório do 3º Seminário Nacional do PAA, informou que a região norte, ainda contribui com baixo percentual de alimentos nesse Programa, devido não dispor da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP. Um instrumento da agricultura familiar, que assegura a ampliação da base de produtores pela inclusão de outros públicos, como agricultores urbanos (beneficiários do Programa Bolsa Família – PBF), os indígenas e as populações e comunidades tradicionais, tanto como fornecedores, como beneficiários do PAA.

O mesmo documento considera que é necessário solucionar o acesso à DAP que vem sendo comprometida pela fala de demarcação de espaços físicos de produção, além de estabelecer contratos para a distribuição de sementes, que deve ser realizado pela Embrapa.

Assim, o PAA, nas suas ações complementares apóia a infraestrutura de cooperativas, assentados e pequenos agricultores que não conseguem acesso a alguns recursos do PRONAF em face da burocracia (RELATÓRIO DO 3º PAA, 2010).

[90] Criado em 2003, é uma ação que garante mercado para os produtores da agricultura familiar. O PAA adquire alimentos diretamente com o produtor realizando a comercialização estabelecida nos preços dos mercados regionais (PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR/PRONAF, 2010/2011),

Nesse sentido, a participação da FECAFES é evidenciada na ação da FASE que por sua ação ampliada[91], no Estado do Pará, passou a articular as relações de comercialização do PAA.

5.6 O PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DA CART/FECAFES

A análise dos dados permite identificar uma relação social, no município de Cametá, moldado a partir da necessidade de organização política e social para a garantia econômica dos pequenos produtores rurais que, reunidos em cooperativa, passaram, em parte, a reconhecer suas condições de sujeitos históricos, capazes de estabilizar as condições de vida abaladas pela implantação dos grandes projetos da Amazônia, como a Hidrelétrica de Tucuruí, com impacto no Baixo Tocantins, como dito anteriormente, e a Alumínio Brasileiro SA – ALBRAS, em Barcarena.

Dessa forma, para entender aos mercados de comercialização, sob a base da FECAFES, é preciso partir da idéia de validação das experiências as quais, fica difícil engendrar uma rede de economia solidária para a intercooperação com que a "reorganização das cadeias produtivas, sob a lógica da abundância, amplia os benefícios sociais dos empreendimentos em função da distribuição de riqueza que operam, visando sustentar o consumo nas próprias redes" (MANCE, 2003, p. 26).

As práticas e as representações sociais relacionadas à CART, destacam que as formas de sociabilidade são definidas pelas condições produtivas recentes, a produção de oleaginosas, que em parte, tem superado a produção do açaí, bem como, a aceitação dos grupos familiares inerentes a esta cooperativa, que decidiram pela integração local, a partir do reconhecimento das dificuldades de escoamento da produção, a garantia de renda de acordo com a disponibilidade atual do mercado. Tal disponibilidade se estabeleceu com a rede FECAFES, e as ONG's, como a UCODEP, FASE e empresa

[91] Por se constituir em uma rede articuladora de organizações sociais, assinou com duas Federações, a Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará - FECAT, com 11 cooperativas, a FECAFES que articula 06 cooperativas e dois grupos de produção. No total a Fase atende 18 cooperativas, 72 associações, 07 organizações de assessoria que compõem a Rede de Produção e Comercialização dos Produtores e Consumidores do Estado do Pará – RECOPARÁ. Sua atuação nas três as principais regiões do Salgado, Marajó, Calha do Tocantins através da APACC e da CEAPAC atuando no Baixo Amazonas, "(...) atingiu 69 municípios, dos quais 19 são considerados e no geral prioritários e dos quais 51 acessaram recursos do PAA" (RELATÓRIO TÉCNICO E ANALÍTICO DO 3º SEMINÁRIO NACIONAL DO PAA, 2010, p. 35).

Natura, as que têm de modo diferenciado, contribuído para a comercialização sob contratos relativos à produção local, pautada na identidade local e pela organização da CART, ainda que possam existir outras formas de solidariedade locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou identificar e analisar as relações entre dinâmicas sociais e econômicas estabelecidas pela pequena produção rural, no município de Cametá, Pará, sob a experiência da CART considerando sua inserção no mercado e seus processos de organização e intercooperação.

Dessa forma, remete-se que as cooperativas têm estruturado espaços de produção e reprodução do próprio homem, que ao restabelecer relações sociais, via valorização do trabalhador associado e enfrentamento das dificuldades no território do Baixo Tocantins tem garantido condições para o desenvolvimento rural na promoção desse espaço. Tais dificuldades vêm sendo reduzidas na medida em que a organização dos trabalhadores tem assegurado melhorias quanto à produção e a comercialização para a agricultura familiar.

Concordando que "a própria racionalidade de organização familiar não depende da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico que se desenvolve" (ABRAMOVAY, 1992, p. 23), afirma-se que a capacidade de conscientização de todo esse processo organizativo é um fator hábil de comprometer a ascensão das cooperativas, na medida em que os cooperados não têm participado consideravelmente desse processo.

O considerável índice familiar de não cooperados, que por ocasião dessa pesquisa, atuavam na comercialização junto à CART e os cursos de formação e capacitação pelo processo de multiplicadores, podem ter comprometido a participação daqueles reconhecidos como cooperados. O primeiro porque garantia a produção, sem possibilitar conhecimento prévio sobre o cooperativismo e suas formas de atuação. O segundo porque compromete o aprendizado, na medida em que a formação multiplicadora não garante o repasse das informações, pois os multiplicadores, em sua maioria, não garantem, de modo seguro, a reprodução do aprendizado aos que não freqüentam as capacitações.

Assim, considera-se que as cooperativas, enquanto instrumento de inserção socioeconômica de trabalhadores da agricultura familiar, deve atuar para superar tais dificuldades e garantir melhoria de condições de vida no campo, a partir do resgate de

alguns produtores a margem dessa organização, que justificam a falta de tempo para participar das atividades de formação pela necessidade de reservarem mais tempo a produção. O que compromete o desenvolvimento do cooperativismo na CART.

No âmbito da discussão teórica, entende-se que as cooperativas se configuram em alternativa de trabalho, estabelecendo uma ação coletiva, em benefício do fortalecimento dos vínculos sociais e, mais diretamente, em nível organizativo do pequeno produtor rural. Dessa forma, a repercussão das desigualdades sociais, expressas na sociedade brasileira e, em especial, da região amazônica, aonde uma complexa rede vem tentando exercer a prática da autogestão, e se constituir em um conjunto de cadeias produtivas praticadas em empreendimentos, devem atuar colaborativamente em redes solidárias, intencionando "(...) a difundir a democracia como valor universal" (MANCE, 2008, p.190).

Nesse sentido, o cooperativismo e a economia solidária, em que pese todos os seus problemas e desafios, tem se constituído em estratégia de organização sócio-produtiva dos pequenos produtores rurais de Cametá.

A CART em conexões que remete à complementaridade entre instituições voltadas à promoção e permanência do pequeno produtor rural, no seu espaço de origem, o campo, tem buscado ampliar seu raio de ação por meio da intercooperação, na relação com a FECAFES, o STR, a comercialização com empresas, a exemplo da Natura, e as assessorias de instituições como a FASE, a UCODEP, a APACC, e a UFPA, dentre outras, visando constituir mecanismos capazes de mobilizar parcelas de pequenos produtores rurais, cujas conseqüências têm atravessado barreiras e se estabelecido além das fronteiras do meio rural, apesar das dificuldades observadas durante a pesquisa.

Assim, consideradas as estratégias de organização da produção e da comercialização, para a reprodução econômica e social, em atenção às estruturas sociais existentes nos espaços em que é formada, essa cooperativa, responde pela configuração político-econômica local, e institucional que orienta a conduta dos agentes individuais e coletivos, ainda que precise evidenciar em suas ações os princípios do cooperativismo,

Nesse aspecto, a diversidade da organização da pequena produção na Amazônia, de certa forma, exige condições diferenciadas, na medida em que o meio rural difere fundamentalmente daquelas do trabalhador urbano, no entanto, não nos reportamos às cooperativas do meio urbano, pois a singularidade do pequeno produtor rural não se limita à falta de oportunidade no mercado de trabalho, e sim, a não valorização do trabalhador rural, o qual necessita de condições viáveis para sua estabilidade produtiva.

O isolamento não só físico, tem levado ao fracasso de muitas iniciativas da pequena produção, por superar os problemas de infra-estrutura, que se constituem no grande desafio desse sujeito coletivo para se entender a necessidade de organização dessa categoria como uma constituição independente. Uma experiência, que para Veiga et al (2001) remete a um debate mais geral sobre a realidade do trabalho em meio rural, como vem direcionando a constituição de cooperativas populares onde o assalariamento não é o eixo central.

Dessa forma, a retomada do associativismo como forma de organizar esses trabalhadores temo como objetivo um novo método de geração de renda, pois as cooperativas se constituem em espaços de trabalho coletivo sob uma coordenação social, econômica e política, capaz de gerar condições de permanência dos trabalhadores no campo.

Os trabalhadores cooperados são parte de uma organização para a produção e comercialização que abrem possibilidade de um conjunto de ações na medida em que ganham relevância política, enquanto sujeitos protagonistas no enfrentamento das dificuldades de acesso às políticas públicas de valorização das formas de vida expressas no meio rural como forma de manutenção e valorização do saber, da cultura, das formas de produção local, de acordo com a potencialidade da região.

Tomando por base esse contexto, e considerando que no estado do Pará, as dificuldades dos empreendimentos vão desde o relacionamento entre os associados, às dificuldades de comercialização, principalmente, se esses empreendimentos desenvolvem ações de comercialização, com a combinação entre processos de intercooperação na relação com empresas capitalistas, conclui-se também que a relação de comercialização CART x Natura, enfatiza a tendência da economia solidária em articular-se com empresas capitalistas para assegurar mercados.

Tal fato se configura em desafio para os pequenos produtores e suas diferentes dimensões, que necessitam de ações articuladas. Portanto, considera- se, fundamental investir na formação sobre a economia solidária, sobre os princípios do cooperativismo, objetivando o fortalecimento das cooperativas para posteriormente, garantir os processos de comercialização, seguramente. Não apenas observando o imediato, nem mesmo deixando de considerar o risco das cooperativas se limitarem à dinâmica econômica.

Por constituição da Economia solidária, atualmente como uma política pública, na qual muitos limites ainda devem ser ultrapassados, há perspectiva em garantir as conquistas que os movimentos sociais dessa natureza promoveram e promovem, através de iniciativas de projetos produtivos coletivos, de cooperativas populares dos mais diferentes níveis, desde os empreendimentos da agricultura familiar, aqui referenciada, as cooperativas de consumo, Igrejas, sindicatos, universidades, entre outras entidades da sociedade civil, que garantam a geração de trabalho e renda, a partir do conhecimento que subsidie a ação, haja vista, essa economia, assim como considera Gaiger (2004), convergir para a diminuição de oposições e eliminação de antagonismos, praticados atualmente entre o capital e trabalho, entre as dinâmicas socioeconômicas, entre os interesses individuais e coletivos.

A economia solidária, ao longo das últimas décadas ampliou sua base de empreendimentos, organizou fórum e redes de cooperação, tornando-se objeto de ensino, pesquisa e extensão, servindo como estratégia de organização coletiva de trabalhadores (as) rurais e urbanos, abriu espaço para Programas de governo, a exemplo do PAA por meio da Política Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, e recentemente traz como proposta a presidente eleita, Dilma Rousseff, a criação do Ministério da Economia Solidária.

Historicamente, as transformações contemporâneas do mundo do trabalho e suas conseqüências na vida política e social se expressam em tendências expansivas do capital na tentativa de superação de suas contradições internas**.** Nesse contexto, em que pese às dificuldades, evidenciada a organização dos pequenos produtores rurais, em Cametá, a atuação dos movimentos sociais se configura em uma força propulsora

de organização, para garantir a atuação dos desses movimentos e a organização da produção dos pequenos produtores rurais e, conseqüentemente, repercutindo em processos de endogeneização das dinâmicas de melhoria das condições de vida de seus associados e da própria microrregião do Baixo Tocantins, na medida em que a rede de cooperação e intercooperação dos trabalhadores rurais têm garantido direitos intrínsecos às demandas sociais da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo**. Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo, Ed. da Unicamp, 1992.

AMAT MONTESINOS, Xavier y PUCHE RUIZ, Mª Carmen. *La ruralidad como marco para la excelencia territorial. Las sierras Del Maigmó y del Cid, espacio de lo posible. MARTÍNEZ et al. In:* ***Sostenibilidad en los espacios rurales: proyectos europeos, herramientas participativas, experiencias municipales y territoriales en España.*** CEDER-AITANA. Departamento de geografia humana (Geobindel). Universidad de Alicante, 2008.

AMIN, Samir e HOUTART, François (Orgs). **Mundialização das resistências:** o estado das lutas. São Paulo/SP: Cortez, 2003.

AUED, Bernardete Wrublevski (org.). **A geração de emprego e as cooperativas alternativas in Traços do Trabalho Coletivo**. São Paulo: casa do psicólogo, 2005.

Associação Brasileira de Normas e Técnicas – **ABNT** 14724, 3ª edição. 17.03.2011.

Barcelos, Anderson. **I Feira de Economia Solidária do Baixo Tocantins**. Novembro de 26 a 28 de 2010. Oficina temática. Igarapé-Miri, Pará. 2010.

BERACA. **Quem Somos**.<http://www.beraca.com/quem.php?portugues=quem.php>. Acesso em 12 maio 2011.

BOLETIM INFORMATIVO DA I FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO BAIXO TOCANTINS. Ano 1, nº 1, nov –dez, 2010.

BRACAGIOLI, Alberto. **Relatório da oficina de experiências no manejo de recursos naturais em várzeas e igapós-Pró-várzea/ Projeto Aquabio**. Santarém, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venâncio Majer; atualização para 6ª edição: Jussara Simões – A era da informação economia, sociedade e cultura; v. 1 - São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário**; tradução de Iraci D. Poleti. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTRO, Edna M. R; HÉBETTE, Jean (org.). **Na trilha dos grandes projetos – Modernização e Conflito na Amazônia.** Cadernos NAEA/UFPA, 1989.

CALZAVARA, Oswaldo; GUIMARÃES, Maria de Fátima; RALISH, Ricardo. Dinâmica regional e desenvolvimento rural sustentável In: **BRASIL RURAL CONTEMPORÂNEO: estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão** – Londrina: Eduel, 2004.

COSTA, Gilson da Silva. **Reprodução social da população camponesa na região das ilhas de Cametá.** Monografia de especialização. NAEA. Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

_____. **Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia.** Belém, UFPA/NAEA, 2006.

COHEN, Kelly de Oliveira et al. **Qualificação do teor d antocianinas totais da polpa de açaí de diferentes populações de açaizeiro.** Belém. Embrapa Amazônia Oriental, 2006.

CRUZ, Ana Paula Gil. **Avaliação da influência da extração e microfiltração do açaí sobre sua composição e atividade antioxidante.** UFRJ, 2008.

DAGNINO, Renato Peixoto (org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas, SP: IG/UNICAMP, 2009.

DIEESE estatísticas do Meio Rural –, **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, 3ª ed, São Paulo 2008.

DURR, Jochen. **A comercialização de produtos da produção familiar rural: O caso de Cametá.** Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, 2002.

EID, Farid; PIMENTEL, Andréa Eloísa Bueno – Contribuição ao debate teórico sobre desenvolvimento Local e cadeias produtivas. In: **Conexões – revista do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UFPA** - v.1 (ago./dez.). Belém, 2008.

EID, Farid (org.). **Construindo uma economia solidária.** Campinas, SP: Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM/CUT, 2002.

FERREIRA, K.J. Sustentabilidade e participação social ante MEGA-DAMS na Amazônia **- O caso PPDJUS a Jusante da UHE Tucuruí e o Setor Elétrico Nacional** < http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT4-462-282-20080515234447.pdf> Acesso em 15 jul. 2011.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais**. In: Bahia: análises & dados. Salvador: SEI, 2002. Vol. 12. n.1. (mimeo)

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis; MAGNEN, Jean-Phillippe; MEDEIROS, Alzira (org.). **Ação Pública e economia solidária: uma perspectiva internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GAIGER, Luiz Inácio (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre. Editora: UFRGS, 2004.

GERAB, William Jorge; Rossi, Waldemar. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista**. Ed. Expressão Popular, 2009.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Organizações rurais e camponesas no estado do Pará. FERNADES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). In: **Lutas camponesas: condições, dilemas e conquistas** – São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e desenvolvimento Rural, 2009.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. In: **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre. Editora: UFRGS, 2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. IBGE **cidades** @<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=pa>. Acesso em: 15 abr. 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. IBGE **estados** @<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pa#>. Acesso em: 15 abr. 2010.

JORNAL BEIRA DO RIO. 2006 - Ano XXV N° 92. Disponível em http://www.ufpa.br. Acesso em: 14 mar. 2011.

LAMARÃO, Carlos Vitor Pereira. **Estudo da Variabilidade do teor em compostos fenólicos e minerías do açaí em função de variáveis geográficas e edáficas.** Dissertação. UFPA. Belém,2008.

LAVILLE, Jean-Louis. **Economía social y solidaria: una visión europea.** Buenos Aires: Altamira, 2004.

LAVILLE, Jean-Louis; GARCIA, Jane Jordi. **Crisis capitalista y economia solidaria una economia que emerge como alternativa real**. Barcelona: Icaria, 2009.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar**/PRONAF, 2010/2011.

____. **Relatório de Avaliação Plurianual** 2008-2011. Brasília, 2009.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes**. Petrópolis: Vozes, 1999.

____. Cadeias produtivas solidárias. In Cattani, A. D. (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

____. **Constelação Solidarius: as fendas do capitalismo e sua superação sistêmica** – Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri. São Paulo. Boitempo, 2004.

Ministério do Trabalho e do Emprego. **O que é Economia Solidária ?** <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm> Acesso em 10 jul. 2011.

MIRANDA, Núbia Cristina Assunção. **Economia Solidária No Estado Do Pará: atores, tramas e desafios.** (Mestrado em Serviço Social) – PPGSS/ICSA/UFPA, Belém-Pará, 2009. (Dissertação).

MOREIRA, José Roberto. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade.** Ed. Recapa. UFRJ. Rio de Janeiro, 1999.

NATURA. **Nossa história e desenvolvimento**.< **natura**.infoinvest.com.br/modulos/doc.asp?arquivo...WAN...Similares Formato do arquivo: Microsoft Word - Visualização rápida > Acesso em 20 abr. 2011.

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia Solidária: de volta à arte da associação** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

Portal de Cooperativismo e de Crédito. **CONFESOL**.<http://www.cooperativismodecredito.com.br/CONFESOL.html>Acesso em: 20 fev. 2010.

REIS, Adebaro Alves dos. **Estratégia de desenvolvimento local sustentável da pequena produção familiar na várzea do município de Igarapé-Miri (PA)**. NAEA, UFPA. Belém, Dissertação, 2008.

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO TRIMESTRAL. Edital MDS/SESAN 08/2007 – PRONINC. PITCPES. Belém: UFPA: Fevereiro 2008.

RODRIGUES, Iram Jácome (org.). **O novo sindicalismo – Vinte anos depois**. Petrópolis, Ed. Vozes,1999.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do Sindicalismo**. 2ª ed – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. **Sociologia do Trabalho no Mundo Contemporâneo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2002.

____. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHMIDT, Derli e PERIUS, Vergílio: **Cooperativismo e cooperativa.** In: Antonio David Cattani (org.)- A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

Secretaria da Agricultura Familiar. **Declaração de Aptidão ao PRONAF-DAP.**<http://www.mda.gov.br/portal/institucional/busca?cx=006027766869131785344%3Aythqh-jrkhc&cof=FORID%3A10&ie=UTF-8&q=PAA#931> Acesso em 08. Jul.2011.

SILVA PIRES, Maria Luiza Lins e. **O cooperativismo agrícola em questão. A trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do nordeste do Brasil e do leste (Quebec) do Canadá** – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

SILVA PIRES, Maria Luiza Lins e (org.); SILVA, Emanuel Sampaio et al. **Cenário e tendências do cooperativismo brasileiro**. Recife: Bagaço, 2004.

SINGER, Paul. **Uma Utopia Militante: repensando o socialismo.** Petrópolis, RJ. Vozes, 1998.

____**A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

____. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

____. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: Produzir para viver os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

____. Economia Solidária. In: Antonio David Cattani (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

____. SENAES. Uma experiência brasileira de política de economia solidária. In: Genauto Carvalho de França Filho et al. (orgs.). **Ação pública e economia solidária uma perspectiva internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SOARES, Luciane Cristina Costa. **Os limites do agroextrativismo no Baixo Tocantins**. (mimeo).

____. **Os efeitos da demanda crescente de produtos extrativos para os pequenos produtores de açaí (euterpe oleracea mart) na microrregião de Cametá – Pará**. NAEA, UFPA. Belém, Dissertação, 2008.

SOBRINHO, Sebastião Aluízio Solyno. **A certificação do açaí na região do Baixo-Tocantins: uma experiência de valorização da produção familiar agroextrativista na Amazônia.** Revista Agriculturas. volume 2, número 3. 2005.

SOUZA, Franquismar Marciel de et al. (orgs.). **Na trilha do Anilzinho: resistência e multiplicação de conhecimentos agroecológicos na região do Baixo Tocantins – Pará**. APACC. Alves gráfica e editora, Belém, 2008.

SOUSA, Raimundo Valdomiro. **Modalidades de crédito, organizações coletivas e reprodução camponesa na historia de Cametá.** NAEA/UFPA. Belém, 2000.

_____. **Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder**. Belém: NAEA, 2002.

TAUILE, José Ricardo; RODRIGUES, Huberlan. **Economia solidária e autogestão no Brasil: síntese de uma pesquisa**. Disponível em http://www.itcp.usp.br/drupal/files/itcp.usp.br/ES Autogestao síntese pesquisa.pdf.

TAUILE, José Ricardo et al. **Referências conceituais para ações integradas. Uma tipologia da autogestão: cooperativas e empreendimentos de produção industrial autogestionários provenientes de massas falidas ou em estado pré-falimentar**. Relatório final do convênio MTE/IPEA/ANPEC 2003. Brasília, 2005.

THIOLLENT, Michel (org.). **Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva da Henri Desroche**. Ed.UFSCar. São Carlos, 2006.

VEIGA, José Eli da et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Brasília: Convênio: FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD) 2001.

VENTURA NETO, Eduardo Augusto. **Heterogestão e autogestão, duas formas de controle da produção e do trabalho no capitalismo contemporâneo: a experiência da COPALA.** (Mestrado em Serviço Social) – PPGSS/ICSA/UFPA, Belém-Pará, 2010. (Dissertação).

APÊNDICE I - Roteiro de entrevista da Cooperativa Agrícola Resistência do Tocantins – CART

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ROTEIRO DE ENTREVISTA DA COOPERATIVA AGRÍCOLA RESISTÊNCIA DO TOCANTINS - CART

Data: ....../...../.....
Nome: : _____
Função:_____
Local:_____

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

1. ESTADO CIVIL
   1- Solteiro (a) (passar a pergunta 03)
   2- Casado (a)
   3- Viúvo (a)
   4- Divorciado (a)
   5- Amigado (a)
   6- Outro _____

2. NÚMERO DE FILHOS

1- Menores de seis anos_____
2- Maiores de seis, menores de quatorze_____
3- Maiores de quatorze, menores de dezoito_____
4- Maiores de dezoito, menores de vinte e cinco_____
5- Maiores de vinte e cinco, menores de trinta e dois_____
6- Outros_____

3. QUANTOS ANOS TÊM?

   1- 18-20
   2- 21-25
   3- 26 -30
   4- 31-40
   5- 41-50
   6- 51-60
   7- Mais de 60

4. NATURALIDADE
   1. Paraense
   2. Outro estado. Qual? _____

5. ANOS DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO
   1. Desde o nascimento (passar a pergunta nº 07)
   2. Menos de 10 anos
   3. Mais de 10 anos

6. RESIDÊNCIA ANTERIOR
   1. Município _____
   2. Estado_____

7. GRAU DE ESCOLARIDADE
   1. Analfabeto
   2. Ensino fundamental completo
   3. Ensino fundamental incompleto
   4. Ensino médio completo
   5. Ensino médio incompleto
   6. Superior. Qual? _____
   7. Outros_____

ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA

1. QUANTO AO PERÍODO DE FUNDAÇÃO, NÚMERO DE SÓCIOS/ FAMÍLIAS E DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL.
   1.1. Ano de fundação _____
   1.2.Número de sócios/ famílias_____
   1.3.Comunidades_____
   _____

2. COMO INICIOU O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA CART?
_____
_____
_____

3. POR QUE VOCÊ DECIDIU FAZER PARTE DA COOPERATIVA?
_____
_____
_____

4. QUANTO A CONDIÇÃO POLITÍCA, ECONÔMICA E SOCIAL DA CART NA ATUALIDADE?
   1. Dispõem de boa relação com o poder local
   2. Comercializa sem problemas quanto à infra-estrutura de transporte
   3. Tem parceiros comerciais fixos
   4. Está articulada com os movimentos de economia solidária, igreja, partidos políticos.

5. QUAL A ATIVIDADE PRINCIPAL DA COOPERATIVA?
   1. Produto_____
   2. Toneladas/ kilos_____
   3. Valor estimado (R$) _____

6. QUAL A ESTIMATIVA EM HECTARES DE CULTIVO DOS SÓCIOS?
   1. Por comunidade/ família_____
   2. Total _____

7. QUAL O FATURAMENTO TOTAL DA COOPERATIVA? R$ _____

8. A COOPERATIVA REALIZA EXPORTAÇÃO DA PRODUÇÃO?
1. Sim. Quantidade (peso) _____ Valor R$ _____
2. Não.
3. Outro_____

9. QUAIS OS PRINCIPAIS MERCADOS ATINGIDOS PELA COOPERATIVA (POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA: LOCAL, ESTADUAL, REGIONAL, NACIONAL, INTERNACIONAL)?
1. _____ 3._____
2. _____ 4._____

ESTRUTURA FUNDIÁRIA

1. CONDIÇÃO LEGAL DA TERRA (COOPERATIVA)
1. Própria
2. Concedida por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva (posse)
3. Arrendada
4. Em parceria
5. Ocupada
6. Outro_____

2. ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO
1. Próprio
2. Arrendado
3. Outro _____

3. QUANTO PAGA DE ARRENDAMENTO? R$ _____

4. CONDIÇÃO (DO PRODUTOR) EM RELAÇÃO À TERRA
1. Proprietário
2. Arrendatário
3. Assentado sem titulação definitiva
4. parceiro
5. Ocupante
6. Produtor sem terra
7. Posseiro
8. Outro _____

5. SE A TERRA É PRÓPRIA, QUANTO PAGOU POR ELA? EM QUE ANO? E QUANTO PODE VALER HOJE?
R$ _____ Data _____ Valor atual R$ _____

Obs.:_____
_____

6.DATA DO INICÍO DA ATIVIDADE (fundação da cooperativa)
1. 1 a 5 anos
2. 5 a 10 anos
3. Mais de 10 anos
4. Outro_____

7.DESEJARIA AMPLIAR O ESPAÇO DA COOPERATIVA?

1. Sim
2. Não

Se a resposta for SIM, mas houver implicações quanto à ampliação do espaço da cooperativa, esclarecer os motivos _____

8. GOSTARIA DE FAZER ALGUMA MELHORIA NA COOPERATIVA? QUAL?
_____
_____
_____

9. HÁ SOLICITAÇÃO DE FINANCIAMENTO PARA A MELHORIA DO ESPAÇO DA COOPERATIVA OU PARA A PRODUÇÃO?
1. Sim, para o espaço da cooperativa.
2. Sim, para a produção.
3. Para o espaço e produção
4. Outro_____

10. GERALMENTE O FINANCIAMENTO É SOLICITADO PARA:
1. Transformação dos cultivos
2. Aquisição de adubos, fertilizantes, sementes.
3. Aquisição de equipamentos, máquinas.
4. Ampliação ou reforma da sede da cooperativa
5. Solucionar problemas ocasionados por mudanças climáticas
6. Outros. Quais? _____

11. QUANTO É PAGO DE JUROS EM MÉDIA PELOS FINACIAMENTOS? DURANTE QUANTO TEMPO?
Taxa de juros _____ Anos _____

12. VALOR GERALMENTE SOLICITADO (R$)
1. 1.000
2. 1.000-5.000
3. 5.000-10.000
4. 10.000-20.000
5. 20.000-50.000
6. 50.000-100.000
7. 100.000-500.000
8. mais de 500.000

13. QUAIS AS INSTITUIÇÕES ESCOLHIDAS PARA SOLICITAR FINANCIAMENTO?

1. Banco da Amazônia
2. Banco do Brasil
3. Outros órgãos estatais. Quais?_____
4. Outros órgãos privados. Quais?_____

14. QUAIS OS PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO QUE ACESSA?
1. PRONAF
2. FNO
3. DRS (Banco do Brasil)
4. Outros _____

QUANTO AO ASPECTO PRODUTIVO

1. QUAL O CULTIVO TOTAL DA COOPERATIVA?
   1 – Total (hectares)_____
   2 – Cultivada (hectares)_____

2. CULTURA BASE DO ESTABELECIMENTO RURAL
   1 – Açaí
   2 – Mandioca
   3 – Cacau
   4 – Feijão
   5 – Arroz
   6 – Outros _____

3. CULTURA SECUNDÁRIA DO ESTABELECIMENTO RURAL
   1 – Açaí
   2 – Mandioca
   3 – Cacau
   4 – Feijão
   5 – Arroz
   6 – Outros_____

4. ANO DE INTRODUÇÃO DE CADA CULTURA
   1–_____ 3 –_____
   2–_____ 4 –_____
   3–_____ 6 –_____

5. QUAL A CULTURA QUE TINHA ANTES E DEIXOU? QUAL O ANO? E POR QUÉ?
   1 – Cultura_____Ano_____Porque_____
   2 – Cultura_____Ano_____Porque_____
   3 – Cultura_____Ano_____Porque_____
   4 – Cultura_____Ano_____Porque_____
   5 – Cultura_____Ano_____Porque_____
   6 – Cultura_____Ano_____Porque_____

6. QUAL O FUNDAMENTO PARA A ESCOLHA DA CULTURA ATUAL
   1 – Boas perspectivas atuais no mercado
   2 – Razões de comodidade
   3 – Sempre seguiu o mesmo critério
   4 – Por conselho de outros
   5 – Domínio das técnicas do cultivo
   6 – Estímulo governamental
   7 – Estímulo não-governamental (ONG)
   8 – Outras razões_____

7. QUAL A PRODUÇÃO QUE OBTÉM POR CLASSE DE CULTIVO? E POR HECTARE?
   1 – Açaí. Produção_____ Por hectare_____
   2 – Mandioca. Produção_____ Por hectare_____
   3 – Feijão. Produção_____ Por hectare_____
   4 – Arroz. Produção_____ Por hectare_____
   5 – Cacau. Produção _____ Por hectare_____
   6 – Outros. Produção_____ Por hectare_____

8. DE ACORDO COM A CULTURA PRINCIPAL, QUAL A DESPESA APROXIMADA QUE TEM EM ADUBO, FERTILIZANTES E FITOSANITARIOS EM REAIS?
   1– Adubo_____ 2 – Fertilizantes_____3 – Fitosanitários_____

9. QUAIS OUTRAS DESPESAS EM REAIS?
1 –_____
2 –_____
3 –_____

10. UTILIZA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MELHORIA DO SEU CULTIVO TECNOLOGICAMENTE?
1 – Sim 2 – Não

11. A COOPERATIVA SOLICITA INFORMAÇÃO/ ACESSO/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MELHORIA TECNOLÓGICA DO CULTIVO?
1 – Sim 2 – Não

12. HOUVE INTRODUÇÃO OU EXPANSÃO DE:
1. Novas variedades a exemplo de hortaliças, frutas, etc?_____
2. Novas tecnologias para o cultivo?_____
3. Artesanato_____
4. Outros_____

13. TEM MEIOS DE TRANSPORTE PRÓPRIO? QUANTOS?
1 – 0 3 – 2 5 – 4
2 – 1 4 – 3 6 – mais de 4

14. QUAL O TIPO?
1 – Reboque 4 – Caminhão de grande tonelagem
2 – Caminhonete 5 – Barco
3 – Caminhão de pequena tonelagem 6 – Outros

15. MAQUINARIA DISPONÍVEL
1 – Tipo_____ Tempo de uso_____
2 – Tipo_____Tempo de uso_____
3 – Tipo_____Tempo de uso_____

INFRA-ESTRUTURA

1. ONDE ADQUIRE AS MUDAS/SEMENTES?
1 – Cooperativa
2 – Comércio
3 – Outros. Quais?_____

2. QUAIS OS PROBLEMAS QUE EXISTEM QUANTO AOS PREÇOS, À PRODUÇÃO E AOS EXCEDENTES PRODUTIVOS?
1 – _____
2 –_____
3 –_____

3. EXISTEM ÓRGÃOS DE ORIENTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO OU CONTROLE SOBRE A PRODUÇÃO?
_____
_____
_____

4. QUAIS AS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE TRANSPORTE, BENEFICIAMENTO E ARMAZENAMENTO DA PRODUÇÃO DA CART (OBEDECE A PADRÕES E NORMAS)?
_____
_____
_____

5. TEM EMPREGADOS NA COOPERATIVA ?
1 – Sim 2 – Não

6- QUANTOS EMPREGADOS FIXOS TÊM?
1 – Menos de 2 3 – De 4 a 6
2 – De 2 a 4 4 – Mais de 6 5 – Nenhum

7. NÚMERO DE EMPREGADOS EVENTUAIS
1 – Quantos?_____ Quando? (período)_____

ASPECTOS ASSOCIATIVOS E COMERCIAIS/ CONSÓRCIO

1. POR QUE A COOPERATIVA RESOLVEU CRIAR O CONSÓRCIO?
_____
_____
_____
_____

2. QUAL O CANAL COMERCIAL QUE UTILIZA A COOPERATIVA PARA A VENDA DA SUA PRODUÇÃO?
1 – Cooperativa
2 – Comércio
3 – Atacadista
4 – Agente de venda (intermediário)/Atravessador
5 – Diretamente ao varejista
6 – Diretamente ao consumidor
7 – Para supermercado
8 – Outros. Quais?_____

3. QUAL O CRITÉRIO EMPREGADO PARA ELEGER O CANAL COMERCIAL?
1 – Cooperativa (mais rentável, mais cômodo, pagamento mais seguro)
Outros_____
2 – Atacadista (único sistema existente)
Outros_____
3 – Agente intermediário/atravessador (por tradição, comodidade, único existente)
Outros_____
4 – Diretamente ao varejista (paga melhor)
Outros_____
5 – Diretamente ao consumidor (mais rentável)
Outros_____

6 – Para supermercado (venda segura)
Outros_____
7 – Outros_____

4. QUAL O DESTINO DA PRODUÇÃO?
1 – Mercado local. Onde?_____
2 – Mercado nacional. Onde?_____
3 – Mercado internacional. Onde?_____

5. EXISTEM PROBLEMAS QUANTO A COMERCIALIZAÇÃO? QUAIS?
1 –_____
2 –_____
3 –_____
4 –_____

6. TEM COMPRADORES FORA DO BRASIL E QUE ATAUAM NA REGIÃO?
1. Sim. Qual a nacionalidade?_____
2. Não
3. Outros_____

7. SE TIVER COMPRADORES ESTRANGEIROS QUE BENEFICÍOS OU PREJUÍZOS CAUSAM A PRODUÇÃO DA REGIÃO?

1 – Benefícios
_____
_____
_____
_____

2– Prejuízos

_____
_____
_____
_____

8. A CART TEM PROMOVIDO A ORGANIZAÇÃO DO PEQUENO PRODUTOR RURAL EM CAMETÁ DE MODO QUE ELE PERMANEÇA NO MEIO RURAL?
1. Sim. De que forma? _____
2. Não

9. A COOPERATIVA SE ENTENDE ENQUANTO UM MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA?
1. Sim.
2. Não.

10. QUAL O SIGNIFICADO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA?
_____
_____
_____
_____
_____
_____

11. ESTRATÉGIAS DE ARTICULAÇÃO UTILIZADAS PELA CART ENQUANTO UM MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA?

1. Participa de eventos promovidos pelo Fórum Paraense de Economia Solidária (feiras, seminários, reuniões).
2. Não se relaciona com o Fórum.
3. Outros_____

12. A COOPERATIVA INVESTE NA QUALIDADE DA PRODUÇÃO?

1. Sim. Como?_____
2. Não.

13. HÁ INVESTIMENTO QUANTO A CAPACITAÇÃO DOS COOPERADOS?

1. Sim. De que forma? _____
2. Não.

14. EXISTEM NO MUNICÍPIO ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR INSTITUIÇÕES OU AGÊNCIAS DE PESQUISA EM AGRICULTURA?

1. Sim. Quais?_____
2. Não.

15. EXISTE ALGUMA POLÍTICA VOLTADA À AGRICULTURA E PROTEÇÃO AMBIENTAL?

1. Sim. Qual?_____
2. Não.

16. A COOPERATIVA TEM CONTRIBUÍDO COM AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO PARA A SOCIEDADE LOCAL?

_____
_____
_____
_____
_____

APÊNDICE II - Roteiro de entrevista do Sindicato de Trabalhadores (as) Rurais de Cametá

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ROTEIRO DE ENTREVISTA DA FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA - FECAFES/PA

Data:...../...../.....
Nome: _____
Função: _____
Local: _____

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

1. ESTADO CIVIL
   1- Solteiro (a) (passar a pergunta 03)
   2- Casado (a)
   3- Viúvo (a)
   4- Divorciado (a)
   5- Amigado (a)
   6- Outro _____

2. NÚMERO DE FILHOS
   1- Menores de seis anos_____
   2- Maiores de seis, menores de quatorze_____
   3- Maiores de quatorze, menores de dezoito_____
   4- Maiores de dezoito, menores de vinte e cinco_____
   5- Maiores de vinte e cinco, menores de trinta e dois_____
   6- Outros_____

3. QUANTOS ANOS TÊM?

   1- 18-20
   2- 21-25
   3- 26 -30
   4- 31-40
   5- 41-50
   6- 51-60
   7- Mais de 60

4. NATURALIDADE
   1. Paraense
   2. Outro estado. Qual? _____

5. ANOS DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO
   1. Desde o nascimento (passar a pergunta n° 07)
   2 Menos de 10 anos
   3. Mais de 10 anos

6. RESIDÊNCIA ANTERIOR
   1. Município _____
   2. Estado_____

7. GRAU DE ESCOLARIDADE
   1. Analfabeto
   2. Ensino fundamental completo
   3. Ensino fundamental incompleto
   4. Ensino médio completo
   5. Ensino médio incompleto
   6. Superior. Qual? _____
   7. Outros_____

ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA

1. QUANTO AO PERIODO DE FUNDAÇÃO, NÚMERO DE SÓCIOS/ FAMÍLIAS E DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL.
   1.1- Ano de fundação _____
   1.2-Grupos que compõem a FECAFES_____
   _____
   _____
   _____

2. CONDIÇÃO LEGAL DA SEDE DA FEDERAÇÃO
   1. Própria
   2. Alugada
   3. Cedida
   4. Ocupada
   5. Outros_____

3. COMO ESTÁ CONSTITUÍDA A DIRETORIA DA FECAFES (HIERARQUIA)?
_____
_____
_____

4. POR QUE FOI CRIADA A FECAFES? QUAL A SUA TRAJETÓRIA?
_____
_____
_____

5. QUAIS AS PROPOSTAS DEFENDIDAS PELA FECAFES?
_____
_____
_____

6. DE QUE FORMA A FECAFES DESENVOLVE SUAS AÇOES?

_____
_____
_____
_____

7. QUAIS AS MAIORES CONQUISTAS E DIFICULDADES DA FECAFES NA SUA TRAJETÓRIA?

CONQUISTAS:

_____
_____
_____
_____

DIFICULDADES:

_____
_____
_____
_____

8. EXISTE RELAÇÃO DA FECAFES COM O PODER LOCAL?

_____
_____
_____

9. A FECAFES TEM ALGUMA RELAÇÃO COM A CART? COMO É AVALIADA A ATUAÇÃO DA CART JUNTO A FEDERAÇÃO?

_____
_____
_____
_____
_____
_____

10. O QUE A FECAFES ENTENDE POR ECONOMIA SOLIDÁRIA? COMO A AVALIA?

_____
_____
_____
_____
_____

11. DE QUE FORMA A FECAFES TEM PROMOVIDO O TRABALHO COOPERATIVO RELACIONADO À ECONOMIA SOLIDÁRIA?

_____
_____
_____
_____
_____

INFRA-ESTRUTURA

1. A FECAFES DISPÕE DE EQUIPAMENTOS (COMPUTADOR, IMPRESSORA, ACESSO A INTERNET, TELEFONE, ETC) QUE VIABILIZEM A COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO COM OS TRABALHADORES E DEMAIS ÓRGÃOS AOS QUAIS ESTEJA VINCULADO?

1- Sim.Quais?_____
2- Não

2. QUAL A CONDIÇÃO DAS PESSOAS QUE TRABALHAM NA FECAFES (SÃO TODAS SINDICALIZADAS, AGRICULTORES, MEMBROS DE COOPERATIVAS OU ASSOCIAÇÕES, OUTRAS INSTITUIÇÕES, ONG'S?

_____
_____
_____

3. A FECAFES DISPÕE DE TRANSPORTE PRÓPRIO?

1. Sim.
   Qual?_____
2. Não.

4. QUAIS AS MAIORES DESPESAS DA FECAFES E DE QUE FORMA SÃO PAGAS?

_____
_____
_____
_____
_____

5. QUANTO A NATURA, QUAL A CONCEPÇÃO DA FECAFES SOBRE ESSA RELAÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO?

_____
_____
_____
_____
_____

APÊNDICE III - Roteiro de entrevista da Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – FECAFES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ROTEIRO DE ENTREVISTA DO SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS DE CAMETÁ

Data:...../...../.....
Nome: _____
Função: _____
Local: _____

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

1. ESTADO CIVIL
   1- Solteiro (a) (passar a pergunta 03)
   2- Casado (a)
   3- Viúvo (a)
   4- Divorciado (a)
   5- Amigado (a)
   6- Outro _____

2. NÚMERO DE FILHOS
   1- Menores de seis anos_____
   2- Maiores de seis, menores de quatorze_____
   3- Maiores de quatorze, menores de dezoito_____
   4- Maiores de dezoito, menores de vinte e cinco_____
   5- Maiores de vinte e cinco, menores de trinta e dois_____
   6- Outros_____

3. QUANTOS ANOS TÊM?

   1- 18-20
   2- 21-25
   3- 26 -30
   4- 31-40
   5- 41-50
   6- 51-60
   7- Mais de 60

4. NATURALIDADE
   1- Paraense
   2- Outro estado. Qual? _____

5. ANOS DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO
   1- Desde o nascimento (passar a pergunta n° 07)
   2- Menos de 10 anos
   3- Mais de 10 anos

6. RESIDÊNCIA ANTERIOR
   1- Município _____
   2- Estado_____

7. GRAU DE ESCOLARIDADE
   1- Analfabeto
   2- Ensino fundamental completo
   3. Ensino fundamental incompleto
   4. Ensino médio completo
   5. Ensino médio incompleto
   6. Superior. Qual? _____
   7. Outros_____

ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA

1. QUANTO AO PERIODO DE FUNDAÇÃO, NÚMERO DE SÓCIOS/ FAMÍLIAS E DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL.
   1.1- Ano de fundação _____
   1.2- Grupos que compõem o STR_____
   _____
   _____

2. CONDIÇÃO LEGAL DA SEDE DO SINDICATO
   1- Própria
   2- Alugada
   3- Cedida
   4- Ocupada
   5- Outros_____

3. COMO ESTÁ CONSTITUÍDA A DIRETORIA DO SINDICATO (HIERARQUIA)?
_____
_____
_____

4. POR QUE FOI CRIADO O SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS? QUAL A SUA TRAJETÓRIA?
_____
_____
_____
_____

5. QUAIS AS PROPOSTAS DEFENDIDAS PELO SINDICATO?
_____
_____
_____

6. DE QUE FORMA O SINDICATO DESENVOLVE SUAS AÇOES?
_____
_____

7. QUAIS AS MAIORES CONQUISTAS E DIFICULDADES DO SINDICATO NA SUA TRAJETÓRIA?

CONQUISTAS:
_____
_____
_____

DIFICULDADES:
_____
_____
_____

8. EXISTE RELAÇÃO DO SINDICATO COM O PODER LOCAL?
_____
_____

9. O SINDICATO TEM ALGUMA RELAÇÃO COM A CART? E QUANTO AO CONSÓRCIO?
_____
_____
_____

10. O SINDICATO CONHECE SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA? COMO A AVALIA?
_____
_____
_____

11. O SINDICATO TEM PROMOVIDO O TRABALHO COOPERATIVO RELACIONADO À ECONOMIA SOLIDÁRIA?
1. Sim. Como? _____
2. Não

INFRA-ESTRUTURA

1. O SINDICATO DISPÕE DE EQUIPAMENTOS (COMPUTADOR, IMPRESSORA, ACESSO A INTERNET, TELEFONE, ETC) QUE VIABILIZEM A COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO COM OS TRABALHADORES E DEMAIS ÓRGÃOS A ELE VINCULADOS?
1. Sim. Quais? _____
2. Não

2. AS PESSOAS QUE TRABALHAM NO SINDICATO SÃO TODAS SINDICALIZADAS?
_____
_____

3. O SINDICATO DISPÕE DE TRANSPORTE PRÓPRIO?
1.Sim. Qual?_____
2.Não.

4. QUAIS AS MAIORES DESPESAS DO SINDICATO, E DE QUE FORMA SÃO PAGAS?
_____
_____

APÊNDICE IV – Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: A Cooperativa Agrícola Resistência do Tocantins – CART: alternativa de organização sócio-produtiva do pequeno produtor rural em Cametá – Pará.

Esclarecimentos da pesquisa:

Esta pesquisa tem por objetivo principal analisar através da intervenção do Assistente Social a organização social do trabalho desenvolvido pela CART no município de Cametá para posteriormente identificar as formas de organização dos trabalhadores cooperados que compõem esta Cooperativa, estudar suas estratégias de articulação enquanto movimento de economia solidária e verificar se essa forma de organização tem garantido a permanência desses trabalhadores no campo. Para a realização da pesquisa será necessária entrevista gravada ou não, dependendo da permissão do entrevistado, com membros da diretoria da CART, do Sindicato de Trabalhadores (as) Rurais de Cametá, da Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - FECAFES/Pa, visita técnica aos cooperados, acesso a documentos das instituições citadas e registro fotográfico, para divulgação como resultado da análise final da dissertação. Todas as informações obtidas não acarretarão nenhum prejuízo ao participante, estando, portanto, este sujeito livre para participar ou não. A pesquisa está sendo desenvolvida pela Assistente Social e mestranda do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Serviço Social, Michele Lima de Souza, sob orientação da Profª. Drª Maria José de Souza Barbosa.

_____ _____

Michele Lima de Souza
micheleassist@hotmail.com
(91)32292339/ 81055071

Maria José de Souza Barbosa
majose@ufpa.com.br

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, que me sinto perfeitamente esclarecido (a) sobre o conteúdo da mesma, assim como seus riscos e benefícios. Declaro ainda que por minha livre vontade, aceito participar da pesquisa contribuindo com a coleta de informações e autorizando a utilização de registros fotográficos realizados durante a pesquisa.

Belém, _____, _____,_____ _____

Assinatura do participante

APÊNDICE V – Demonstrativo da comercialização da CART no período de 2008 a 2010

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE			VALOR UNITÁTRIO			VALOR TOTAL			EMPRESA
		2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010	
Açaí	LATAS	22629	-	-	R$ 10,00	-	-	R$ 226.290,00	-	-	Belaiaçá - Açai São Pedro
Açaí	LATAS	-	458	-	-	R$ 13,50	-	-	R$ 6.183,00	-	Olímpio Rocha
Açaí	LATAS	-	948	-	-	R$ 11,00	-	-	R$ 10.428,00	-	AmazonFrut
Açaí	LATAS	-	267	-	-	R$ 9,50	-	-	R$ 2.536,50	-	Açaí Mania (Castanhal)
Açaí	LATAS	-	617	-	-	R$ 11,00	-	-	R$ 6.787,00	-	Açaí São Pedro
Açaí *in natur*a	KG	-	-	86	-	-	R$ 1,54	-	-	R$ 132,44	Natura Inovação
Açaí *in natura*	KG	-	-	130	-	-	R$ 1,70	-	-	R$ 221,00	Natura Inovação
Andiroba	KG	341	-	-	R$ 16,00	-	-	R$ 5.456,00	-	-	Capina
Andiroba	KG	-	145	-	-	R$ 20,00	-	-	R$ 2.900,00	-	Capina
Andiroba	LITRO	-	-	50	-	-	R$18,00	-	-	R$ 900,00	Silvio (Contagem)
Andiroba	LITRO	-	4786	232	-	-	R$20,00	-	-	R$ 4.640,00	Capina
Bacaba	KG	-	-	-	-	R$ 1,57	-	-	R$ 7.524,00	-	Natura
Bacaba	KG	-	-	4950	-	-	R$ 1,52	-	-	R$ 7.524,00	Natura
Mel	LITRO	20	-	-	R$ 14,00	-	-	R$ 280,00	-	-	Consumidor
Mel	LITRO	-	60	-	-	R$ 14,00	-	-	R$ 840,00	-	Consumidor

Mel	LITRO	-	-	15	-	-	R$15,00	-	-	R$ 225,00	Consumidor
Miriti	KG	-	-	51	-	-	R$ 1,10	-	-	R$ 56,10	Natura Inovação
Miriti	KG	-	-	70	-	-	R$ 1,20	-	-	R$ 84,00	Natura Inovação
Murumuru	KG	1663	-	-	R$ 2,54	-	-	R$ 4.224,02	-	-	Natura
Murumuru	KG	-	3631,20	-	-	R$ 4,22	-	-	R$ 15.323,66	-	Natura
Murumuru	KG	-	-	11.567,60	-	-	R$ 4,22	-	-	R$ 48.815,27	Natura
Patauá	KG	500	-	-	R$ 1,25	-	-	625	-	-	Natura
Patauá	KG	-	1821	-	-	R$ 1,57	-	-	R$ 2.858,97	-	Natura
Patauá	KG	-	-	1487	-	-	R$ 1,93	-	-	R$ 2.869,91	Natura inovação
Patauá	KG	-	-	96	-	-	R$ 1,70	-	-	R$ 163,20	Natura inovação
Semente de andiroba	KG	-	-	7.308,70	-	-	R$ 2,24	-	-	R$ 16.371,49	Natura
Semente de cupuaçu	KG	1800	-	-	R$ 1,50	-	-	R$ 2.700,00	-	-	Beraca
Semente de cupuaçu	KG	-	2.928	-	-	R$ 100,00	-	-	R$ 2.928,00	-	Luis Moraes
Ucuúba	KG	-	3569,7	-	-	R$ 1,98	-	-	R$ 7.068,01	-	Natura
Ucuúba	KG	-	-	7507,6	-	-	R$ 1,98	-	-	R$ 14.865,05	Natura
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	**R$ 239.575,02**	**R$ 65.367,16**	**R$ 96.867,46**	-

Fonte: Pesquisa de campo, ago, 2010.

ANEXO I – Ata da assembléia de constituição da Cooperativa Agrícola Resistência de Cametá LTDA (CART)

ATA DA ASSEMBLÉIA DE CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA AGRÍCOLA RESISTÊNCIA DE CAMETÁ LTDA (CART)

Os vinte e nove e trinta dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e cinco, às 08:00 hs. No salão de reunião da Acolhida São José em Cametá, Estado do Pará (...) estiveram reunidos os trabalhadores rurais assinados na lista de presença, com o propósito de constituírem uma sociedade cooperativa nos termos da legislação vigente. Logo no inicio dos trabalhos os presentes por unanimidade indicaram e elegeram o Senhor Crispim Alves Baía, brasileiro, paraense, casado, residente e domiciliado na localidade de Bituba, Município de Cametá no Estado do Pará, cart. de ID nº 158375 e CIC de nº 102477772-34, para presidir os trabalhos de Assembléia e Benedito Pompeu Portilho, brasileiro, paraense, solteiro, residente e domiciliado na localidade de Jirau Alto no Município de Cametá, Estado do Pará, cart. de ID de nº 2590663 e CIC de nº 477452072-15 para lavrar a presente ata, tendo ainda participado da mesa as seguintes pessoas: Raimundo Costa Valente, João evangelista Gonzaga Pinto, Paulo Gonçalves Damasceno, Marivaldo dos Praseres Araújo e José Rodrigues Quaresma. Assumido a direção dos trabalhos, o senhor Crispim Alves Baía, solicitou que fosse lido explicado e debatido o projeto de Estatuto da Sociedade, anteriormente elaborado, o que foi feito artigo por artigo. No mesmo dia, às 15:00 hs, o Estatuto foi aprovado pelo voto dos cooperados fundadores. No dia seguinte trinta de abril de mil novecentos e noventa e cinco, às 14:00 hs, o Senhor Crispim Alves Baía determinou que se procedesse a eleição dos membros dos órgãos sociais conforme dispõe o Estatuto recém-aprovado, procedida a votação, foram eleitos para comporem a Diretoria os seguintes cooperados: ***Presidente:*** Domingos Américo da Mata, brasileiro, paraense, casado, residente e domiciliado na localidade de colônia São Vicente de Paula (Carapajó) Município de Cametá, no Estado do Pará, cart. de ID nº 478125 e CIC de nº 056705942-15 e para ***Diretor Secretário***, o Senhor Jeovane Manuel Ribeiro Cruz, brasileiro, paraense, solteiro, residente e domiciliado na localidade Areião, Município de Cametá, no Estado do Pará, cart. de ID nº 2440445 e CIC de nº 369043092-53, para ***Diretor Gerente***, o Senhor Júlio Baía Reis, brasileiro, paraense, solteiro, residente e domiciliado na localidade de Bituba no Município de Cametá, no estado do Pará, cart. de ID nº 2589200 e CIC de nº 305371772-72, ***Vice-Presidente***, o Senhor Luis Gonzaga da Cruz, brasileiro, paraense, casado, residente e domiciliado na comunidade de livramento na PA 156, no Município de Cametá, no Estado do Pará, cart. de ID nº 144049 e CIC de nº 102470412-20, para membros do ***Conselho Fiscal***,os cooperados: José Maria de Jesus Cordeiro, brasileiro, paraense, casado, residente e domiciliado na localidade de Mupí, no Município de Cametá no Estado do Pará, cart. de ID nº 63039 e CIC de nº 047234652-00, José Maria Gaia Cardoso, brasileiro, paraense, casado, residente e domiciliado na localidade de Mapiraí de Cima, no Município de Cametá, no Estado do Pará, cart. de ID de nº 2655489 e CIC de nº 477464832-91, Pedro Aquino Martins, brasileiro, paraense, casado, residente e domiciliado na localidade de Belos Praseres no Município de Cametá, Estado do Pará, cart. de ID nº 3067712 e CIC de nº 124992002-78, Para ***Suplentes do Conselho Fiscal:*** Jeoval dos Santos Carvalho, brasileiro, paraense, casado, residente e domiciliado na localidade de Olho D'Agua no Município de Cametá, no Estado do Pará, cart. de ID nº 157001 e CIC de nº 070923932-72, Pedro de Souza Pinto, brasileiro, paraense, casado, residente e domiciliado na localidade de Bucubarana, no Município de Cametá, no Estado do Pará, cart. de ID nº 86219 e CIC de nº 137416672-34, Raimundo de Jesus de Souza Damasceno, brasileiro, paraense, casado, residente e domiciliado na localidade de Vila de Curuçambaba, no Município de Cametá, Estado do Pará, cart. de ID nº 1134797 e CIC de nº 144951042-68, sendo que os votos obtidos foi suficiente de acordo com as determinações estatutárias as pessoas foram consideradas eleitas, sendo imediatamente empossadas.

A seguir o Senhor Crispim Alves Baía, agradeceu ao trabalho desenvolvido pela comissão de Constituição da Cooperativa, à Prelazia de Cametá, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá, pela Associação dos Muni e Pequenos Produtores Rurais de Cametá, das ilhas e Terra-firme. Posteriormente foram feitos discursos pelos componentes da mesa parabenizando e agradecendo. O Senhor Presidente da mesa Crispim Alves Baía, convidou o Presidente eleito para dirigir os trabalhos. O Senhor Domingos Américo da Mata, convidou os demais membros eleitos a assumirem seus assentos à mesa, agradecendo a todas as pessoas que ajudaram a nascer esta Cooperativa e a todos que depositaram nele sua confiança. Declarou definitivamente constituída, desta data para o futuro a **Cooperativa Agrícola-Resistência de Cametá LTDA** com a sigla **CART**, com sede em Cametá, Estado do Pará, que tem por objetivo em comum da sua produção agrícola o aprimoramento técnico-profissional de seus cooperados. O estimulo e desenvolvimento e a defesa de suas atividades econômicas e sociais, a expansão do cooperativismo e dos ideais de solidariedade. Em seguida os sócios eleitos, sob penalidade de lei, declararam que "Não estamos incursos em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedir-nos de exercer atividades mercantis". Como nada mais houvesse a ser tratado, o Senhor Presidente da Sociedade Cooperativa deu por encerrados os trabalhos e eu, Benedito Pompeu Portilho, que servi de secretário, lavrei a presente Ata, que linda e achada conforme contém as assinaturas de todos os cooperados fundadores, como prova a livre vontade de cada um de organizar a Cooperativa Agrícola-Resistência de Cametá LTDA, (CART) com Sede nesta Cidade de Cametá, Estado do Pará, à rua Frei Cristovão de Lisboa, n° 1485.

Cametá, Pará 30 de Abril de 1995.

_____ _____

Presidente dos Trabalhos Secretário dos Trabalhos

_____

COOPERATIVA AGRÍCOLA RESISTÊNCIA DE CAMETÁ LTDA – (CART).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital de convocação, a Comissão eleita pelo grupo de Trabalhadores Rurais dos Municípios de Cametá, de uso de suas atribuições que lhe foram atribuídas na reunião anterior, convoca todos os Trabalhadores Rurais para participarem da reunião de ASSEMBLEIA GERAL, que será realizada nos dias 29 e 30 de Abril de 1995, às 08:00 hs em primeira convocação e às 08:30 hs em segunda convocação no salão de reunião da Acolhida São José, no Porto denominado Pedro Teixeira, nesta cidade de Cametá, Estado do Pará, para discutirem os seguintes assuntos:

1- Leitura – Discussão e Aprovação do Estatuto.

2- Fundação da cooperativa.

3- Eleição e Posse da Diretoria.

Cametá – Pa, 10 de Abril de 1995.

DOMINGOS AMÉRICO DA MATA

P/ COMISSÃO PROVISÓRIA

LISTA DE FREQÜÊNCIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE FUNDAÇÃO DA COOPERATIVA AGRÍCOLA RESISTÊNCIA DE CEMETÁ LTDA CART DE 29 DE ABRIL DE 1995.

N°	NOME	CPF	IDENTIDADE
01	ADEJAIME COSTA DE SOUZA	411403542-72	2359116
02	ADEMAR VIANA MAIA	222776762-68	894370
03	AGOSTINHO ALVES	331995822-49	0539455
04	ALEXANDRE LOBATO DASMACENO	305327282-20	1878062
05	ALMENIO MEIRELES GONÇALVES	305359132-49	141151
06	ANTONIO AMERICO GAIA	491429962-20	199837
07	ANTONIO CORRES DA SILVA	305377702-91	169606
08	ANTONIO DO CARMO CUNHA WANZELER	170287992-68	3095755
09	ANTONIO GOMES ALVES	228499552-72	1991865
10	ANTONIO GOMES DA SILVA	021544802-25	1340035
11	ANTONIO PORTILHO SANCHES	299017852-00	1313321
12	ANTONIO RANALDO DA SILVA GOMES	376736962-15	2312792
13	BENEDITO B. ALVES	116850692-15	187400
14	BENEDITO PEREIRA DA SILVA	102540642-72	150871
15	BENEDITO POMPEU PORTILHO	477452072-15	2590663
16	BENEDITO RIBEIRO RODRIGUES	356978142-91	1991753
17	BENEDITO SANCHES FRANCO	488234492-00	79439
18	BENEDITO SIQUEIRA NUNES	376729322-58	2200123
19	BERTINO PUREZA MARTINS	116835382-34	187396
20	BOANERGES VIANA PEREIRA	293532032-87	1671530
21	CARLOS ALBERTO GONÇALVES	357008582-15	1992081
22	CELINO BARRA CRUZ	137362302-06	262318
23	CICILIO DE SOUZA PINTO	146061272-87	493823
24	CLAUDOMIR AQUINO MARTINS	293513672-15	1647377
25	CRESPIM ALVES BAIA	102477772-34	1518375
26	CRISTINA RODRIGUES MARTINS	170340782-20	2200105
27	DOMINGOS AMERICO DA MATA	056705942-15	478125
28	DOMINGOS BAIA CORREIA	121080222-87	184048
29	DOMINGOS FURTADO PINTO	293526142-91	1071590
30	DOMINGOS OSVALDO BAIA DOS REIS	491162402-78	272015
31	DOMINGOS RODRIGUES CORREA	565846792-68	924885
32	DOMINGOS SILVADO E. SANTOS	121758462-53	196675
33	DOMINGOS WANZELER DE MELO	172482642-53	52750
34	DORALINO DA SILVA SOUSA	116835542-72	187435
35	DORIVAL BATISTA DA CRUZ	411412372-53	2937562
36	DORIVAL NOGUEIRA BARRADAS	453421562-28	2785638
37	DURVAL TELES DA GLORIA	170284422-68	498820
38	EDILSON JOSE DA CRUZ ALVES	477474042-04	2776319
39	EDIVALDA MENDES RODRIGUES	174067602-49	362301
40	EDMUNDO FREITA RODRIGUES	102497402-10	585241
41	ELIAS GAIA DA CRUS	170810102-35	302535
42	ERIEL TELES DA SILVA	370142002-59	2672734
43	FLORIANO XAVIER DE ANDRADE	2285541182-00	0643094
44	FRANCISCO ASSIS CONTENTE	087762882-34	99866
45	FRANCISCO ASSIS DA SILVA GOMES	376734592-72	2154232
46	GABRIEL LOBATO GOMES	449449182-91	2501594
47	GERALDO GUIMARAES VEIGA	136461502-97	24591
48	INACIO CARDOSO DOS REIS	454103992-34	2483113

49	JEOVAL SANTOS DE CARVALHO	070923932-72	157001
50	JEOVANE MANUEL RIBEIRO CRUZ	369043092-53	2440445
51	JOÃO ALVES CORREA	108665072-72	180777
N°	NOME	CPF	IDENTIDADE
52	JOÃO BARROSO DOS SANTOS	152736602-20	189065
53	JOÃO BATISTA L. DO ESPIRITO SANTO	170282992-87	260320
54	JOÃO DE FREITAS MARQUES	125705832-00	144063
55	JOÃO ELMO COSTA MARTINS	228931562-15	467760
56	JOÃO PEREIRA MORAES	172455162-00	86203
57	JOÃO SIMÃO GONÇALVES MEIRELES	102520102-72	153283
58	JORGE SANCHES RIBEIRO	132377992-20	2293018
59	JOSE BARROS BAIA	293071712-20	181784
60	JOSE CARDOSO WANZELER	125667302-10	2771826
61	JOSE CLEBER CARVALHO RODRIGUES	305394632-72	2942809
62	JOSE CORDOVAL RIBEIRO PEREIRA	228617852-68	1732414
63	JOSE COSME LOPES DE FREITAS	356237562-04	2920506
64	JOSE DENE DAMASCENO	033807022-49	86260
65	JOSE LOPES DUARTE	462828072-04	2684879
66	JOSE MARIA DE JESUS CORDEIRO	047234652-00	63039
67	JOSÉ MARIA GAIA CARDOSO	477464832-91	2655489
68	JOSE PINTO SIQUEIRA	152726058-68	1508515
69	JOSE RIBEIRO AFONSO	102570122-49	327442
70	JOSE RODRIGUES		
71	JOSE RODRIGUES RIBEIRO	228597092-20	1991892
72	JOSE XAVIER VIANA	491063762-15	2595601
73	JOSÉMARIA CORREIA DE ASSUNÇÃO	128424862-34	1671518
74	JULIO BAIA REIS	305371772-72	589200
75	LEONARDO FURTADO PINTO	293526222-00	1671591
76	LEONEL VIANA MORAES	159694372-60	337248
77	LICINEL BRITO DE LEÃO	170427472-91	2772557
78	LONEDIR DOS PRAZERES	356908282-20	1991890
79	LORIVAL DO ESPIRITO SANTO	125700792-00	168295
80	LORIVAL RODRIGUES ALVES	356958972-20	1991448
81	LORIVAL RODRIGUES CERRÃO	462808802-06	2655556
82	LUIS GONÇALVES	262792662-49	1647421
83	LUIS GONZAGA DA CRUS	102470412-20	144049
84	MANOEL DE ASSIS RIBEIRO MENDES	563912422-91	2785692
85	MANOEL DE VERA CRUZ SANCHES	170289222-00	1041243
86	MANOEL FARIAS SÁ	071571852-53	164071
87	MANOEL MARIA DE BARROS CRUZ	071591612-20	33748
88	MANOEL PEREIRA PINTO	088704112-49	0643096
89	MANOEL PRESTES FURTADO	570564802-25	1072010
90	MANOEL RAIMUNDO GAIA DIAS	868907822-91	2315099
91	MANOEL SANTOS DE CARVALHO	376742502-53	2655494
92	MARCIANO RODRIGUES DE MORAES	172388720-15	0601779
93	MARIA AMELIA DE SOUZA PINTO	135007492-53	0660482
94	MARIA ELISIA DA CRUZ BARRO	266157978-91	2153977
95	MARIA GILDA DE SOUZA SIQUEIRA	282609702-44	1647336
96	MARILDO LOBO DE MIRANDA	22858732-87	1704747
97	MARISANTA VULCÃO DA NEVES	170354302-51	0544992
98	MARIVALDO LUIS DA SILVA NOGUEIRA	425791982-53	2818147
99	MARTIAS POMPEU MORAES	170276752-34	184082

100	MIGUEL GONÇALVES POMPEU	399067012-34	923225
101	MILTON DOS SANTOS	424025302-00	2652388
102	NANOEL VALENTE DOS SANTOS	462836842-20	93783
103	NELSON PORTILHO	144952102-97	43948
104	NILSON PRESTES DE SOUZA	121055462-34	618092
105	NORMELIA LEITE DOS PRAZERES	356091912-91	1992065
N°	NOME	CPF	IDENTIDADE
106	ORLANDO VIANA DOS SANTOS	356984892-20	8143984
107	PAULO BAIA CORREA	117891822-04	156965
108	PAULO GONÇALVES DAMASCENO	293544802-25	1671582
109	PEDRO AMERICO	142175122-15	141690
110	PEDRO AQUINO MARTINS	124992002-78	3067712
111	PEDRO DE SOUZA PINTO	137416672-34	86219
112	PEDRO DE SOUZA VEIGA	021637822-34	52526
113	PEDRO PUREZA MARTINS	115807182-81	187434
114	PEDRO RODRIGUES DA SILVA	170276322-68	467720
115	RAIMUNDO BRAGA DE MEDEIROS	089404362-53	2596953
116	RAIMUNDO COSTA VALENTE	121055202-78	119173
117	RAIMUNDO DE JESUS DE S. DAMASCENO	144951042-68	1134797
118	RAIMUNDO MIGUEL DOS REIS	172407782-15	392653
119	RAIMUNDO NUNES PORTILHO	376731062-72	2238942
120	RAIMUNDO ROBERTO BOTES	177470722-97	2422114
121	RAIMUNDO RODRIGUES TAVARES	102487222-04	144104
122	RAIMUNDO VALENTE XAVIER	170414572-49	0662526
123	RENATO PUREZA MARTINS	118266652-34	184036
124	ROBERTO CARLOS ALMEIDA BAIA	305394122-87	2144029
125	ROSALVO BECKMAN ESTUMANO	256202782-87	1397101
126	ROSIVALDO PINTO DE SOUZA	305395872-49	2143316
127	TEREZINHA DE JESUS R. GAIA	369112592-15	0607675
128	VALTERLINO PINHEIRO GONÇALVES	460670192-72	457713
129	VENANCIO ALVES	108664182-53	86155
130	VERINO PANTOJA DOS SANTOS	356982172-20	1991622

ANEXO II Estatuto social da Cooperativa Agrícola Resistência de Cametá LTDA (CART)

ESTATUTO SOCIAL

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA AGRICOLA RESISTENCIA DE CAMETÁ LTDA – CART

CAPITULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, PRAZO DE DURAÇÃO, ÁREA DE AÇÃO; FIXAÇÃO DO EXERCÍCIO SOCIAL E DO LEVANTAMENTO DO BALANÇO GERAL.

Art. 1 – Nos termos das leis vigentes e das resoluções do CNC – Conselho Nacional de Cooperativismo, entre os agricultores fundadores e os que posteriormente, os forem reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum (art. 3, lei 5.764/71) é constituída uma sociedade cooperativa agrícola mista de responsabilidade limitada para prestar serviços diretamente aos associados, que rege-se pelo presente Estatuto, tendo:

a) Denominação: COOPERATIVA AGRICOLA RESISTENCIA DE CAMETÁ LTDA – CART

b) Sigla: CART;

c) Sede administrativa e foro; cidade de Cametá, Município de Cametá, comarca de Cametá Estado do Pará;

d) Prazo de duração indeterminado;

e) Exercício Social: entre 1° de Janeiro de 31 de Dezembro;

f) Área de Ação: Para efeito de admissão de associado, além de Cametá limoeiro do Ajuru, Igarapé-Miri, Mocajuba, Baião e Oeiras do Pará;

g) Levantamento do Balanço Geral: até 90 dias do final de cada ano social.

§ Único – Os casos omissos neste Estatuto, serão resolvidos de acordo com a lei e os princípios doutrinários, ouvidos os órgãos assistenciais e de fiscalização do cooperativismo.

CAPITULO II

DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Art. 2 – A Cooperativa objetiva, com base na colaboração recíproca a que se obrigam os associados, promover:

a) O estímulo, o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades econômicas e sociais de caráter comum;

b) A venda comum de sua produção agrícola, e extrativistas nos mercados locais, estaduais, nacionais ou internacionais;

c) O aprimoramento técnico-profissional de seus associados e de seus próprios empregados, por conta própria ou mediante convênio com entidades especializadas, públicas ou privadas, e a racionalização dos meios de produção;

d) A expansão do movimento cooperativista e dos ideais de solidariedade;

e) Coordenar e incentivar a produção agroextrativista nas áreas pertencentes aos associados ou em áreas próprias.

Art. 3 – Para a consecução de seus objetivos a CART deverá:

a) Transportar, por via terrestre ou fluvial os produtos do ponto de entrega previamente definidos e desde que seja viável, as produções dos cooperados para suas dependências;

b) Estocar, classificar, padronizar, embalar, industrializar e até registrar, se for o caso, as marcas de trais produtos;

c) Adquirir produtos de não associados para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou suprir capacidade ociosa de suas instalações industriais (lei 5.764/71, art. 85; Resolução CNC n° 01/72);

d) Adquirir, na medida em que o interesse social o aconselhar, bens e serviços diversos para fornecimento a seus cooperados e aos terceiros. (lei. 5.764/71, art. 86);

e) Fazer adiantamento em dinheiro, sempre que for possível, sobre o valor dos produtos recebidos dos associados, ou que estejam em fase de produção, inclusive repasse de financiamento obtido de estabelecimento bancários;

f) Efetuar suas operações sem nenhum objetivo de lucro para si mesma;

g) Realizar cursos, palestras, reuniões, seminários por conta própria ou mediante convenio com entidades especializadas, publicas ou privadas.

§ Único – Para a realização de seus objetivos, a Cooperativa poderá permitir a filiação à outra Cooperativa independente de suas modalidades, objetivos sociais, atividades e áreas de ação ou admissão serem iguais ou diferentes, bem como filiar-se a elas. (resolução CNC n° 21/81).

Art. 4 – A Cooperativa poderá registrar-se como Armazém Geral e, nessa condição, expedir 'Conhecimento de Depósitos" e "Warrante" para os produtos de seus associados conservados em seus armazém próprios ou arrendados, sem prejuízo da emissão de outro títulos decorrentes de suas atividades normais, aplicando-se no que couber, a legislação especifica. (lei 5.764/71, art. 32).

CAPITULO III

DOS DIREITOS DOS COOPERADOS

Art. 5 – O Cooperado tem direito a:

a) Tomar parte nas Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que a ele se refira de maneira direta ou indireta;

b) Propor à Diretoria ou às Assembléias Gerais medidas de interesse da Cooperativa;

c) Votar e ser votado para membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal, salvo se tiver estabelecido relação empregatícia com a Cooperativa, caso que só readquirirá tais direitos após a aprovação, pela Assembléia Geral, das contas do exercício em que tenha deixado o emprego;

d) Demitir-se da cooperativa quando lhe convier;

e) Realizar com a cooperativa as operações que constituam o seu objetivo;

f) Convocar as Assembléias Gerais nos termos deste Estatuto;

g) Solicitar, por escrito, quaisquer informações sobre os negócios da Cooperativa;

h) Consultar os livros e peças do Balanço Geral, na sede da Cooperativa, no mês que anteceder a realização da Assembléia Geral Ordinária;

i) Se beneficiar com as atividades realizadas com o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social e dos serviços comunitários;

j) Receber as sobras liquidas no balanço de exercício, salvo deliberação diversa da Assembléia Geral.

Art.6 – A Cooperativa assegurará a igualdade de direito aos associados, sendo-lhe defeso: (lei 5.764/71 – art. 37).

a) Remunerar a quem agencie novos associados;

b) Cobrar prêmios ou ágio pela entrada de novos associados ainda a titulo de compensação das reservas;

c) Estabelecer restrições de qualquer espécie ao livre exercício dos direitos sociais.

CAPITULO IV

DOS DEVERES E DAS RESPONSABILIDADES DOS COOPERADOS

Art. 7 – O cooperado tem o dever e a obrigação de:

a) Subscrever e realizar as quotas-partes do Capital Social nos termos deste Estatuto e contribuir com as taxas de serviços e encargos operacionais que forem estabelecidos;

b) Cumprir disposições da Lei, do Estatuto, respeitar as relações tomadas pela Diretoria e as deliberações das Assembléias Gerais;

c) Participar das Assembléias e ativamente das atividades e da vida empresarial e societária da cooperativa;

d) Satisfazer pontualmente seus compromissos para a Cooperativa;

e) Concorrer com o que lhe couber, na conformidade das disposições deste Estatuto, para a cobertura das despesas da Cooperativa;

f) Entregar toda a sua produção agrícola à Cooperativa ou qualquer outro produto que ela se proponha a trabalhar, realizando ainda com ela as operações que constituem seus objetivos econômico-sociais;

g) Prestar à cooperativa elementos ou esclarecimentos sobre o volume de sua produção e sobre as atividades relacionadas com os objetivos sociais;

h) Zelar pelo patrimônio moral e material da Cooperativa;

i) Usar ativamente dos serviços da Cooperativa, sendo que seu atendimento será feito sempre em função do grau de intensidade de suas operações.

§ Único – A entrega da produção do associado à Cooperativa significa consentir a esta plenos poderes para a sua livre disposição, para gravá-la e dá-la em garantia de operações de financiamento realizadas pela sociedade.

Art. 8 – Cooperado responde subsidiariamente pelos compromissos da Cooperativa até o valor do capital por ele subscrito. (lei 5.764/71 – art. 11).

§ 1 – A responsabilidade perdura pra os demitidos, eliminados ou excluídos até a aprovação das contas do exercício em que se deu o desligamento.

§ 2 – A responsabilidade do cooperado para com terceiro, como membros da sociedade, somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida da Cooperativa. 9lei 5.764/71 – art. 13).

Art. 9 – As atribuições dos associados falecidos contraídas com a Cooperativa e as oriundas de suas responsabilidade como associado em face a terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo, porem após um ano do dia da abertura da sucessão.

§ Único – Os herdeiros do associado falecido têm direito ao Capital realizado e demais créditos pertencentes ao extinto, assegurndo-se-lhes o direito de ingressar na Cooperativa desde que preencham as condições deste Estatuto.

CAPITULO V

DOS LIVROS

Art. 10 – A Cooperativa deverá possuir os seguintes livros (art. 22 lei 5.764/71):

I – de Matricula;

II – de atas das Assembléias Gerais;

III – de atas do Órgão de Administração;

IV – de atas do Conselho Fiscal;

V – de presenças dos cooperados nas Assembléias Gerias;

VI – outros, fiscais e contábeis, obrigatórios;

§ 1 – É facultada a adoção de livros de folhas soltas ou fichas.

§ 2 – A Cooperativa permitirá quaisquer verificações determinadas pelos órgãos de controle, prestando os esclarecimentos que lhe forem solicitados, além de ser obrigada a remeter–lhes anualmente a relação dos associados admitidos, demitidos, eliminados e excluídos no período, cópias de atas, de balanços e dos relatórios do exercício social e parecer do Conselho Fiscal. (lei 5.764/71 – art. 92, §2°).

Art. 11 – No livro de Matricula, os associados serão inscritos por ordem cronológica de admissão, dele constando: (lei 5.764/71 – art. 23).

I. O nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e referência do associado;

II. A data de sua admissão e, quando for o caso, de sua demissão a pedido eliminação ou exclusão;

III. A conta corrente das respectivas quotas-partes do Capital Social.

CAPITULO VI

DO CAPITAL SOCIAL

Art. 12 – O Capital da Cooperativa, representado por quotas-partes, não terá limite quando ao máximo e variará conforme o numero de quotas-partes subscritas, mas não poderá ser inferior de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 13 – O Capital Social é subdividido em quotas-partes de valor igual a R$ 10,00 (dez reais) ou 14.16 UFIR - Unidade Fiscal de Referência.

§ 1 – A quota-parte é indivisível, intransferível a não associados e não poderá ser negociada de modo algum dada em garantia; sua subscrição, realização, transferência entre associados ou restituição será sempre escriturada no Livro de Matricula;

§ 2 – A transferência de quotas-partes entre associados total ou parcial, será escriturada no Livro de Matricula mediante termo que conterá as assinaturas do cedentes, do cessionário e do Diretor Presidente da Cooperativa. (lei 5.764/71 – art. 26).

§ 3 – O cooperado deve pagar quotas-partes à vista.

§ 4 – É vedado à Cooperativa distribuir qualquer espécie de beneficio às quotas-partes efetuando-se os juros até o máximo de 5% (cinco por cento) ao ano (lei 5.764/71 – art. 24, § 3).

§ 5 – A Cooperativa somente poderá pagar juros sobre o valor das quotas-partes quando tiverem sido apuradas sobras. (resolução CNC n° 18/78).

§ 6 – Para efeito de integralização das quotas-partes ou de aumento, do Capital, a Cooperativa poderá receber bens avaliados previamente e após homologação em assembléia Geral (lei 5.764/71 – art. 27).

Art. 14 – Ao ser admitido, cada cooperado deverá subscrever, no mínimo, uma soma de 01 (uma) quota-parte do Capital.

Art. 15 – Nenhum cooperado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço do total das quotas-parte. (lei 5.764/71 – art. 24).

Art. 16 – A Cooperativa poderá reter até 3% (três por cento) ao ano do movimento financeiro de cada cooperado que terá por fim o aumento do seu Capital Social, devendo esse percentual ser definido na Assembléia Geral.

CAPITULO VII

DOS FUNDOS, DAS SOBRAS, DAS DESPESAS E DOS PREJUÍZOS

Art. 17 – A Cooperativa é obrigada a constituir (lei 5.764/71 – art. 28).

I. Fundo de reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras liquidas do exercício.

II. Fundo de Assistência técnica, Educacional, e Social, FATES, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e aos empregados da Cooperativa, constituído com 5% (cinco por cento), pelo menos das sobras liquidas apuradas no exercício.

III. Reserva de Equalização, constituída pelos valores decorrentes da correção monetária, conforme determinação legal sendo indivisível para fins de distribuição, não poderá nem sequer ser utilizada para integralização, de quotas-partes do Capital. (Resolução CNC n° 27/84).

§ 1 – A Assembléia Geral poderá, em qualquer momento, aumentar a percentual de constituição dos Fundos obrigatórios.

§ 2 – A Assembléia Geral, desde que o assunto conste expressamente do Edital de convocação, poderá criar outros Fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação (resolução CNC n° 10/74).

§ 3 – Os Fundos que se referem os itens I e II deste art. são indivisíveis, entre os associados, ainda no caso de liquidação da Cooperativa, hipótese em que serão destinados a entidades de trabalhadores indicado, na mesma Assembléia de dissolução.

§ 4 – Os resultados das operações com não associados, mencionados no artigo 3 deste Estatuto, serão levados à conta do FATES e serão contabilizados, em separado de modo a permitir cálculo para incidência de tributos, (art. 87 lei 5.764/71).

§ 5 – Além da taxa de 10% (dez por cento) das sobras liquidas do exercício, revertem em favor do Fundo de Reserva todos os créditos que decorridos 5 (cinco) anos, não forem devidamente reclamados pelos associados, e os auxílios e doações sem destinação especial.

§ 6 – Os serviços a serem atendidos pelo FATES poderão ser executados, mediante convênio com entidades públicas e privadas, conforme o disposto do artigo 2, letra "c" deste Estatuto.

Art. 18 – As despesas gerais e os custos administrativos da cooperativa serão cobertas pelo rateio, em partes iguais, entre todos os associados, que tenham ou não usufruído dos serviços da Cooperativa durante o exercício

Art. 19 – As despesas operacionais diretas e indiretas serão cobertas, pelos associados que participarem dos serviços que lhe deram causa em razão diretamente proporcional.

Art. 20 – Para os efeitos do disposto nos artigos anteriores, a Cooperativa, levantará separadamente as despesas gerais. (lei 5.764/71 – art. 81).

Art. 21 – os prejuízos de cada exercício, apurados em balanço, serão cobertos com recursos provenientes do Fundo de Reserva e, se insuficiente este, conforme o disposto nos Artigos 18 e 19 deste Estatuto. (lei 5.764/71 – art. 89).

Art. 22 – As sobras liquidas, apuradas no exercício, depois deduzidas às taxas para os Fundos indivisíveis, serão rateadas entre os associados em partes diretamente proporcionais aos serviços usufruídos com a cooperativa, no período salvo deliberação diversa da Assembléia Geral.

CAPITULO VIII

DOS ASSOCIADOS

Art. 23 – O ingresso na Cooperativa é livre a todo agricultor ou agricultora, acima de 21 anos de idade ou (18 anos se emancipado ou assistido), que desejarem utilizar os serviços prestados pela sociedade, desde que preencham as condições estabelecidas neste estatuto, se dediquem a atividade agroextrativista, em imóvel de sua propriedade ou ocupada por processo legitimo, dentro da área de ação da sociedade, comprovar sua efetiva participação nas organizações de base local (Associação, Cantina, etc.), e for associado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no respectivo município.

§ 1 – É vedado e contra os ideais do cooperativismo, qualquer discriminação política, partidária, religiosa, sexual, racial e social na cooperativa.

§ 2 – O número de associados não era limite quanto ao máximo, mas não poderá ser menor de 20 (vinte) pessoas físicas. (lei 5.764/71 – art. 6, item I).

§ 3 – É excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objetivo as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda aquelas sem fins lucrativos. (lei 5.764/71, art. 29 § 2).

§ 4 – não poderão ingressar na Cooperativa os agentes de comercio e empresários que operem no mesmo campo econômico da sociedade. (lei 5.764/71, art. 29, §4).

Art. 24 – O ingresso será solicitado pelo próprio interessado mediante inscrição no núcleo de base, abonada pelo coordenador do mesmo e encaminhada à Diretoria da Cooperativa que a submeterá à decisão da Assembléia Geral.

§ 1 – Aprovado seu pedido de ingresso pela Diretoria, o interessado, subscreverá as quotas-partes do Capital Social nos termos e condições previstas neste Estatuto, e juntamente com o Diretor Presidente da Cooperativa, as sinará o livro de Matricula.

§ 2 – A subscrição das quotas-partes de Capital Social e a sua assinatura completam a admissão do interessado na Cooperativa e ele adquire todos os direitos e assume todos os deveres, responsabilidades e obrigações decorrentes da Lei, deste Estatuto e das deliberações tomadas pela Cooperativa. (lei 5.764/71 – art. 30).

Art. 25 – A demissão do cooperado, que não poderá ser negada, dar-se-á somente a seu pedido (lei 5.764/71 – art. 32), e será requerida ao Diretor Presidente sendo por este levada à Diretoria em sua primeira reunião e averbada no Livro de Matricula mediante termo assinado pelo Diretor, Presidente da Cooperativa.

Art. 26 – A eliminação do cooperado é aplicada em virtude de inflação, legal ou estatatária mediante termo assinado pela diretoria, depois de reiterada a notificação ao infrater; os motivos que a determinarem, deverão constar no termo lavrado no livro de Matricula e assinado pelo Diretor Presidente da Cooperativa. (lei 5.764/71 – art. 23).

§ 1 – Além de outros motivos, a Diretoria deverá eliminar o associado que:

a) Vier exercer qualquer atividade considerada prejudicial a Cooperativa, ou que colida com seus objetivos;

b) Houver levado a Cooperativa às práticas de atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações por ele contraídas;

c) Deixar de entregar toda a produção agroextrativista que a Cooperativa venha a operar, desviando-a para o comércio intermediário e contrário aos interesses sociais;

d) Deixar de participar, sem justificativa, por mais de 3 (três) vezes, consecutivas às Assembléias Gerais;

e) Depois de notificado, voltar a infringir disposições da lei, desde Estatuto ou deliberações da Cooperativa.

§ 2 – A Diretoria da Cooperativa tem o prazo de 30 (trinta) dias para comunicar ao interessado por processo que comprove as datas de remessa e de recebimento. (lei 5.764/71 – art. 34).

§ 3 – O atingido poderá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados, da data do recebimento da notificação, interpor recurso que terá efeito, suspensivo até a primeira Assembléia geral. 9lei 5.764/71 –art. 34, .§ único).

Art. 27 – A exclusão do associado será feita; (lei 5.764/71 – art. 35).

I – Por dissolução de pessoa jurídica;

II – por morte de pessoa física;

III – por incapacidade civil não suprida;

IV – por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa.

§único – A exclusão do associado, com fundamento nas disposições do item IV deste artigo, será feita por decisão da Diretoria, aplicando-se o disposto do § 2 artigo 26 deste Estatuto.

Art. 28 Em qualquer caso, como nos de demissão, eliminação ou exclusão, o associado terá direito a restituição do Capital que integralizou acrescido dos respectivos juros e das sobras que lhe tiverem sido registradas.

§ 1 – A restituição de que trata este artigo somente poderá ser exigida, depois de aprovado, pela Assembléia Geral, o Balanço de Exercício em que se deu o desligamento.

§ 2 – A Diretoria da Cooperativa poderá determinar que a restituição, desse capital e eventuais créditos, seja feita em parcelas iguais e mensais, a partir do exercício financeiro seguinte.

§ 3 – Ocorrendo demissão, eliminação ou exclusão de associados em número tal que as restituições das importâncias referida possam ameaçar a estabilidade econômica-financeira da Cooperativa, esta poderá fazê-las mediante critérios que resguardem a sua continuidade.

§ 4 – Qualquer que seja o ramo de atividade da Cooperativa não existe vinculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquele (CLT, art. 442 – Único).

Art. 29 – A responsabilidade do associado perante terceiros, por compromissos da sociedade, perdura para os demitidos, eliminados ou excluídos, até quando aprovadas as contas do exercício em que se deu o desligamento. (lei 5.764/71 – art. 36).

§ único – As obrigações dos associados falecidos, contraídas com a cooperativa e as oriundas de sua responsabilidade como associado em fase a terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo, porém, após um ano contado do dia da abertura da sucessão. (lei 5.764/71 – art. 36, § único).

CAPITULO IX

DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

SEÇÃO I

DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

Art. 30 – Assembléia Geral dos Cooperados é o órgão supremo da cooperativa, dentro dos limites legais e estatuários, tendo poderes para, decidir negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as

resoluções, convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes. (lei 5.764/71 – art. 38).

§ 1 – As Assembléias gerais serão convocadas com antecedência mínima, de 10 (dez) dias, em primeira convocação, mediante Editais afixados em locais apropriados das dependências comumente mais freqüentados pelos associados publicações nos jornais locais e/ou comunicação aos associados, por intermédio de circulares. (lei 5.764/71 – art. 38, §1).

§ 2 – A convocação será feita pelo Diretor Presidente, após deliberação, da Diretoria mas poderá também ser convocada pelo Conselho Fiscal se ocorrerem motivos graves e urgentes ou, ainda por 1/5 (um quinto) dos cooperados em pleno gozo de seus direitos sociais, após uma solicitação não atendida no prazo de 10 (dez) dias. (lei 5764/71 – art. 38, § 2).

Art. 31 – dos Editais de Convocação das Assembléias Gerais, deverão constar:

I. A denominação da Cooperativa da expressão "convocação da Assembléia", ordinária ou Extraordinária conforme o caso;

II. O dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim como o endereço do local de sua realização o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede Social;

III. A seqüência ordinária das convocações, conforme o disposto do artigo 33 deste Estatuto;

IV. A ordem do dia dos trabalhadores, com as devidas especificações;

V. O numero de associados existente na data de sua expedição, para efeito de cálculo do "quorum" de instalação;

VI. A assinatura do responsável pela convocação ou, no caso de convocação, ser feita por associados, pelos primeiros 4 (quatro) signatários, do documento que a solicitou.

Art. 32 – Nas Assembléias Gerais o "quorum" de instalação é o seguinte. (lei 5.764/71 – art. 40).

I - 2/3 (dois terço) do numero de associados em condições de votar em primeira convocação;

II – Metade mais I (um) associados em segunda convocação;

III – Mínimo de 10 (dez) associados na terceira convocação.

§ único – Para efeito de verificação do "quorum" de que trata este artigo, o número de associados presentes será verificado por suas assinaturas, seguidas dos respectivos números de matricula, apostas no livro de Presença.

Art. 33 – Não havendo, no horário estabelecido, "quorum" de instalação, as Assembléias Gerais poderão ser realizadas em segunda ou terceira convocação com o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação.

§ 1 – As 3 (três) convocações poderão ser feitas num único Edital desde que ele constem, expressamente, os prazos para cada uma ou outra convocação;

§ 2 – Se, depois de terceira convocação, não houver "quorum" para a sua instalação será nova convocação em outra data, com antecedência, de 10 (dez) dias;

§ 3 – Se ainda não houver 'quorum" para sua instalação, será admitida, a intenção de dissolver a Cooperativa, fato que deverá ser comunicado, as autoridades do Cooperativismo.

Art. 34 – Se necessário, a Cooperativa poderá criar grupos Seccionais, os quais serão compostos exclusivamente por associados no gozo de seus direitos e se constituirão, em caráter permanente,

com igual numero de associados, desde que a Cooperativa haja filiados a mais de 50 KM (cinqüenta quilômetros) da sede. (lei 5.764/71 – art.42, § 4).

§ 1 – Os cooperados organizados em Grupos, Seccionais alegarão anualmente entre os seus membros, 1 (um) Delegado de 1 (um) suplente, ambos associados de pleno gozo dos seus direitos e que não exerçam cargos eletivos na cooperativa;

§ 2 – O Delegado do grupo Seccional, ou Suplente, representará nas Assembléias Gerais os cooperados que o elegeram, com tantos votos quantos forem os componentes do seu grupo Seccional, com exclusão dos que posteriormente foram demitidos, excluídos ou eliminados da Cooperativa. (Resolução CNC n° 02/72).

§ 3 - A escolha do Delegado será feita na Comunidade por aclamação podendo o grupo, quando assim as circunstâncias os aconselharem, optar pelo processo de não identificação dos delegados.

§ 4 – Cada Grupo Seccional poderá, a qualquer tempo, reunir-se e substituir seu Delegado ou Suplente, delegando outros. (Resolução CNC n° 02/72, item II).

§ 5 – Os associados, integrantes de Grupos Seccionais, que tenham comparecido ou não à reunião de seu Grupo Seccional que precedeu à escolha, de seu representante, mesmo não sendo Delegados, poderão comparecer às Assembléias Gerais, privados, contudo, de voz e voto.

§ 6 – As Assembléias Gerais compostas por Delegados decidem sobre todas as matérias que, nos termos da Lei ou do Estatuto, constituem objeto de decisão da Assembléia Geral dos associados. (lei 5.764/71 – art. 42, § 6).

Art. 35 – Os trabalhos das Assembléias Gerais serão dirigidos pelo Diretor Presidente, auxiliado pelo Diretor Secretário da Cooperativa, sendo por aqueles convidados a participarem da Mesa dos Trabalhos os ocupantes de cargos sociais presentes.

§ 1 – Na ausência do Diretor Secretário da Cooperativa, e de seu substituto, o Diretor Presidente convidará outro cooperado para secretariar os trabalhos e redigir a Ata.

§ 2 – Quando a Assembléia Geral não tiver sido convocada pelo Diretor Presidente, os trabalhos serão dirigidos pelo cooperado escolhido na ocasião, compondo a Mesa dos Trabalhos os principais interessados na sua convocação.

Art. 36 – As deliberações das Assembléias Gerais somente poderão versar sobre os assuntos constantes do Edital de Convocação.

§ 1 – Em regra, a votação será por aclamação, mas a Assembléia poderá optar pelo voto secreto, atendendo-se então às normas usuais.

§ 2 – As deliberações nas Assembléias Gerais serão tomadas por maioria de voto dos associados presentes com o direito de votar, tendo cada cooperado direito de 1 9um) só voto, qualquer que seja o numero de quotas-partes. (lei 5.764/71 – art. 42).

§ 3 – O que ocorrer na Assembléia Geral deverá constar de Alta circunstanciada, lavrada no Livro próprio, aprovada e assinada ao final dos trabalhos pelos Diretores e Fiscais presentes e por uma comissão de 10 (dez) cooperados designados pela Assembléia e, ainda, por quantos o queiram fazer.

Art. 37 – è da competência das Assembléias Gerais, ordinárias ou extraordinárias, a destituição dos membros da Diretoria e do Conselho fiscal. (lei 5.764/71 – art. 39).

§ único – Ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da cooperativa, poderá a Assembléia designar administradores e conselheiros provisórios, até a posse dos novos, cuja eleição se efetuará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 38 – não poderá votar e ser votado na Assembléia Geral o associado que:

I. Tenha sido admitido após a sua convocação;

II. Que esteja na infração de qualquer disposição do Capitulo IV deste Estatuto.

Art. 39 – Os Cooperados, mesmo que ocupantes de cargos sociais, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram de maneira direta ou indireta, entre os quais os de prestação de conta, cumprindo-lhe a cusar seu impedimento, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates. (lei 5.764/71 – art. 52).

Art. 40 – Nas Assembléias Gerais, em que forem discutidos os Balanços e as Contas, o Diretor Presidente da Cooperativa, logo após a leitura do relatório da Diretoria, das peças contábeis e do parecer do Conselho Fiscal, solicitará ao plenário que indique um associado para coordenar os debates e a votação da matéria.

§ 1 – Transmitida a direção dos trabalhos ao Coordenador escolhido Diretor Presidente, os outros Diretores e os fiscais deixaram a Mesa dos trabalhos permanecendo, contudo, no recinto, à disposição da Assembléia para esclarecimento e lhes forem solicitados.

§ 2 – O coordenador indicado escolherá, entre os associados, um secretário para auxiliá-lo na redação das decisões a serem incluídos na Ata.

§ 3 – O mesmo procedimento será dotado nas Assembléias em que forem discutidos a fixação dos horários da Diretoria e dos conselheiros Fiscais.

Art. 41 – Prescreve em 4 (quatro) ano a ação para anular as deliberações da Assembléia Geral viciadas de erros, dolo, fraude ou simulação, ou tomada com violação da lei ou deste Estatuto, contado o prazo da data em que a Assembléia Geral foi realizada. (lei 5.764/71 – art. 43).

SEÇÃO II

DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIAS

Art. 42 – A Assembléia Geral Ordinária, que se realizará anualmente nos 3 (três) primeiros meses após o termino do exercício social, deliberará, sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia (art. 44 lei 5.764/71).

I. Prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal compreendendo o Relatório da Gestão, balanço geral, o demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência, das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, o parecer do Conselho Fiscal e o Plano de atividade da sociedade para o exercício seguinte;

II. A destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os Fundos Obrigatórios;

III. Eleição dos componentes dos órgãos de administração, do Conselho Fiscal e outros, quando for o caso e em data que permita coincidir a posse dos novos eleitos com a saída daqueles cujo mandato se expira;

IV. A fixação do valor dos honorários, gratificações e cédula de presença dos membros da diretoria, do Conselho Fiscal ou de outros órgãos;

V. Qualquer assunto de interesse social, excluídos os enumerados no art. 44 deste Estatuto.

§ 1 – Os membros dos órgãos de administração e fiscalização não poderão participar da votação das matérias referidas nos itens I e IV deste artigo.

§ 2 – A aprovação do relatório, balanço e contas dos órgãos de administração, desonera seus componentes de responsabilidade, ressalvados os casos de erro, dolo, fraude ou simulação, bem como a infração da lei ou do Estatuto.

SEÇÃO III

DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS

Art. 43 – A assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da sociedade, dos que mencionado no edital de convocação. (lei 5.764/71 – art. 45).

Art. 44 – É da competência exclusiva da Assembléia geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos: (lei 5.764/71 – art. 46).

I. Reforma do Estatuto;

II. Fusão, incorporação ou desmembramento;

III. Mudança do objetivo da sociedade;

IV. Dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;

V. Contas do liquidante.

§ 1 – São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

§ 2 – A reforma do Estatuto obedecerá no que couber aos dispostos nos artigos da lei vigente e na Resolução do CNC n° 24/83.

SEÇÃO IV

DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 45 – A Cooperativa será administrada por uma Diretoria composta de 4 (quatro) membros, todos associados em pleno gozo de seus direitos, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 2 (dois) anos.

§ 1 – Os membros da Diretoria, eleitos conforme os cargos designados na chapa, são: Diretor Presidente, Diretor Secretário, Diretor Gerente e Vice-Presidente.

§ 2 – O período de mandato da Diretoria se inicia logo após o término de seus antecessores e as atribuições se definem neste Estatuto;

§ 3 – Para o exercício de cargos de Diretoria, as eleições se processarão por escrutínio secreto ou por aclamação, permitida a reeleição para mais um mandato consecutivo de todos os Diretores (Resolução CNC n° 12/74).

Art. 46 – São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os envolvidos em processo de insolvência concordata ou falência, os que estejam sendo processados ou condenados por crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou a pena de vede, ainda temporariamente, o acesso a cargo públicos. (lei 5.764 – art. 51).

§ 1 – Não podem compor a Diretoria, nem qualquer outro órgão, os parentes entre si até o 2° (segundo) grau em linha reta ou colateral, afins e cônjuge. (lei 5.764/71 – art.51, § Único).

§ 2 – Não pode ser eleito na Diretoria e nem pode votar o associado que aceita e estabelece relação empregatícia com a Cooperativa, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que ele deixou o emprego (lei 5.764/71 – art. 31).

§ 3 – Não pode ser eleito em qualquer cargo administrativo o representante de pessoa jurídica.

Art. 47 – todo associado, pessoa física, em pleno gozo dos seus direitos sociais e satisfeitas as demais condições previstas na lei e no artigo 46 deste Estatuto, poderá concorrer à eleição para cargo da Diretoria, ou qualquer outro órgão, desde que:

a. Tenha seu nome inscrito em chapa devidamente registrada na forma do artigo 48 deste Estatuto;

b. Apresente declaração de bens e de inexistência das restrições e incompatibilidades legais mencionadas no Artigo 46 e seus §§ 1,2 e 3 deste Estatuto. (Resolução CNC n° 31/86).

Art. 48 – Nas eleições para Diretoria, ou para qualquer outro órgão os candidatos serão apresentados mediante chapas completas contendo seus nomes e numero de matricula e apresentados à registro na Secretaria da Cooperativa, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias corridos da realização da respectiva Assembléia Geral.

§ 1 – A Chapa inscrita deverá sempre especificar, o órgão, a quem se refere (Diretoria, Conselho Fiscal ou outro);

§ 2 – O pedido de registro na chapa deverá ser assinado por pelo menos 20% (vinte por cento) dos Cooperados em pleno gozo de seus direitos e com expressa anuência dos candidatos através de carta;

§ 3 – um candidato não poderá ser inscrito em mais de uma chapa;

§ 4 – formalização o registro na Secretaria, não será admitida substituição de candidato, salvo em caso de morte ou invalidez comprovado até o momento da instalação da Assembléia Geral, desde que o substituto apresente a declaração de que trata o art. 51, "caput" da lei 5.764/71, sendo, que as demais declarações deverão ser entregue até o momento da investidura no cargo.

§ 5 – Sendo secreta a votação, adotar-se-á o sistema de tantas cédulas quando forem as chapas concorrentes constando a relação nominal dos candidatos;

§ 6 – Pará conduzir os trabalhos de eleição e apuração dos votos será formado uma comissão composta de no mínimo (três) associados, em pleno gozo de seus direitos, escolhidos como candidatos nem sejam seus parentes entre si até o 2° (segundo) grau em linha reta ou colateral, afins e cônjuge;

§ 7 – Será proclamada eleita a chapa que alcançar a maioria dos votos;

§ 8 – Se houver empate, serão feitos tantos escrutínios quantos necessários até o desempate mas no caso de haver mais de duas chapas concorrentes, e existir empate, só participarão do segundo escrutínio as chapas empatadas;

§ 9 – No segundo escrutínio e demais votar os que tiveram participado do primeiro.

Art. 49 – Os órgãos de administração podem contratar Gerentes técnicos ou comerciais que não pertençam ao quadro de associados, fixando-lhes as atribuições e salários. 9lei 5.764/71 – art. 48).

Art. 50 – Os administradores, eleitos ou contratados, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Cooperativa, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes se seus atos, se agirem com culpa ou dolo. (lei 5.764/71 – art. 49).

§ 1 – A Cooperativa responderá pelos atos que se refere o artigo anterior se os houver retificado ou deles logrado proveito.

§ 2 – Os participantes de ato ou operações sociais em que se oculta a natureza da sociedade, podem ser declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. (lei 5.764/71, art. 50).

§ 3 – Os ocupantes de cargos eletivos assim como liquidantes, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas, para eleito de responsabilidade criminal. (lei 5.764/71 – art. 53).

§ 4 – Sem prejuízo da ação que couber a qualquer cooperado, a Cooperativa, por seus Diretores ou representada pelo associado escolhido em Assembléia Geral terá direito de ação contra os administradores para promover a responsabilidade deles. (lei 5.674/71 – art. 54).

Art. 51 – A diretoria rege-se pelas seguintes normas:

I. Reúne-se ordinariamente uma vez por mês extraordinariamente sempre que necessário, com a presença de no mínimo 2 (dois) diretores, por convocação do Diretor Presidente, da maioria da Diretoria ou, ainda por solicitação do conselho Fiscal;

II. Deliberar validamente com a presença da maioria dos votos dos presentes, reservado ao Diretor Presidente o exercício do voto do desempate;

III. As deliberações serão consignadas em atas circunstanciada lavradas no Livro próprio, lidas aprovadas e assinadas ao final dos trabalhos pelos membros presentes.

IV. Nos impedimentos pro prazo inferior a 90 (noventa) dias o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Secretario e este Diretor Gerente.

V. Se ficarem vagos, por algum tempo, mais da metade dos cargos da Diretoria, deverá o Diretor Presidente (ou os membros, se a Presidência estiver vaga) convocar a Assembléia Geral para o devido preenchimento, cabendo aos escolhidos exercerem o cargo que restar aos seus ante-cessores.

VI. Poderá automaticamente o cargo o membro da Diretoria que, sem justificativa, faltar 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 9seis) durante o ano.

Art. 52 – compete à Diretoria, dentro dos limites da lei e deste Estatuto e atendidas as decisões e recomendações da assembléia geral, entre outras as seguintes atribuições:

a. Planejar, traçar normas e programar as operações e serviços da Cooperativa, estabelecendo qualidade e fixando quantidade, valores, taxas, encargos e demais condições necessárias a sua efetivação, controlar os resultados;

b. Estabelecer, em instruções ou regulamentos, sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abusos cometidos contra a disposição da lei, deste Estatuto ou das regras de relacionamento com a Sociedade Cooperativa;

c. Determinar a taxa destinada a cobrir despesas dos serviços da Cooperativa;

d. Avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;

e. Estimar previamente a rentabilidade das operações e serviços bem como a sua viabilidade;

f. Fixar as despesas de administração, em orçamento anual que indique a fonte de recursos para sua cobertura;

g. Contratar Gerente administrativo, técnicos, contador, fixando-lhe as atribuições em regulamento interno, bem como fixar normas para admissão e demissão dos demais empregados;

h. Fixar as normas de disciplina funcional;

i. Julgar os recursos formulados pelos empregados contra decisões disciplinares tomadas pelo Diretor Presidente;

j. Avaliar a conveniência e fixar o limite de finança ou seguro de fidelidade para empregados que manipulem dinheiro ou valores da Cooperativa;

k. Estabelecer as normas para o funcionamento da sociedade;

l. Contratar, quando se fizer necessário, um serviço independente de auditoria; (lei 5.764/71 – art. 112)

m. Indicar, quando ou Bancos nos quais devem ser feitos os depósitos de numerários disponíveis e fixar o limite máximo que poderá ser mantido em caixa;

n. Estabelecer as normas de controle das operações e serviços verificando mensalmente no mínimo, o estado econômico-financeiro da Cooperativa e o desenvolvimento das operações e atividades em geral, através de balancetes da contabilidade e demonstrativos específicos;

o. Deliberar sobre admissão, demissão, eliminação e exclusão do associado;

p. Deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral;

q. Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis da sociedade, com expressa autorização da Assembléia Geral; (lei 5.764/71 – art. 21, item VIII)

r. Contratar obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens imóveis, ceder direitos e constituir mandatários;

s. Zelar pelo cumprimento das leis do Cooperativismo e outras aplicáveis, bem assim pelo atendimento da legislação trabalhista e Fiscal;

t. Organizar, quando for o caso, os cooperados em grupos Seccionais de igual número, de conformidade com as disposições da lei e deste Estatuto;

u. Filiar a Cooperativa a outras de segundo e terceiro grau, com expressa autorização da Assembléia Geral.

Art. 54 – As normas estabelecidas pela Diretoria serão baixadas em forma de Resoluções e contituição o regimento interno da Cooperativa.

Art. 55 – Ao Diretor Presidente da Cooperativa cabem, entre outras, as seguintes atribuições:

a. Supervisionar as atividades da Cooperativa, através de contatos assíduos com os outros Diretores;

b. Verificar freqüentemente o saldo de caixa;

c. Assinar os Cheques bancários juntamente com o Diretor Secretário ou com o procurador;

d. Assinar juntamente com o Diretor Secretário ou com procurador, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações, bem como documentos, financeiros da Cooperativa;

e. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria bem como a Assembléia Geral dos Associados;

f. Apresentar à Assembléia Geral Ordinária quando disposto no item I do Artigo 43 deste Estatuto;

g. Representar ativa e passivamente a Cooperativa, em juízo ou fora dele;

h. Elaborar o plano anual das atividades da Cooperativa em conjunto com os demais diretores.

Art. 56 – Ao Diretor Secretário cabem entre outras, as seguintes atribuições;

a. Secretariar os trabalhos e lavrar as atas das reuniões da Diretoria e das Assembléias Gerais;

b. Responsabilizar-se pela guarda de livros, documentos e arquivo competentes;

c. Responsabilizar-se pela informática, pela organização da Cooperativa administração de pessoal e serviços sociais;

d. Controlar toda a parte financeira e responsabilizar-se pela estabilidade econômica da Cooperativa;

e. Assinar com o Diretor Presidente ou seu substituto legal, os documentos constantes das letras "C" e "D" do artigo 55 deste Estatuto;

f. Pagar as despesas autorizadas.

Art. 57 – Aos Vice-Presidente o Diretor Gerente, cabem as seguintes atribuições:

a. Substituir, respectivamente, o Presidente e o Secretário nos seus impedimentos inferior a 90 (noventa) dias;

b. Interessar-se permanentemente pelos trabalhos do Diretor Presidente e do Diretor Secretário;

c. Desempenhar outras funções designadas pela Assembléia Geral;

d. Assinar, se for necessário, juntamente com o Diretor Presidente ou o Diretor Secretário ou procurador, os documentos constantes das letras "C" e "D" do artigo 55 deste Estatuto.

SEÇÃO V

DO CONSELHO FISCAL

Art. 58 – A administração da Cooperativa será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos associados em pleno gozo de seus direitos, eleitos anualmente pela Assembléia Geral, sendo permitida da apenas a reeleição de 1/3 (um terço) dos seus membros componentes. (lei 5.674/71, art. 56).

§ 1 – Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos inelegíveis enumerados no artigo 46 deste Estatuto, os parentes dos Diretores até 2° (segundo) grau em linha reta ou colateral, afins e cônjuge, bem como os enumerados nos §§ 1, 2 e 3 dos artigo 46 deste Estatuto.

§ 2 – O associado não pode exercer cumulativamente cargos na Diretoria e no Conselho Fiscal; (lei 5.764/71 – art. 56, §2).

§ 3 – A função do membro do Conselho Fiscal é indelegivel.

Art. 59 – Nas eleições para os Conselheiros fiscais usam-se as normas elaboradas nos artigos 47 e 48 deste Estatuto.

Art. 60 – O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, com a participação de, pelo menos 3 (três) de seus membros.

§ 1 – Em sua primeira reunião escolherá, dentre os seus membros efetivos um Coordenador incumbido de convocar as reuniões e dirigir os trabalhos destas, em um Secretário podendo, a qualquer momento, fazer substituição entre os seus membros;

§ 2 – As reuniões poderão ser convocadas, além do Coordenador, por um dos membros do Conselho Fiscal por solicitação da Diretoria ou da Assembléia Geral;

§ 3 – Na ausência do Coordenador, os trabalhos serão dirigidos por substituto escolhido na ocasião;

§ 4 – Participação das reuniões os membros presentes, inclusive os suplentes, cabendo o direto de voto apenas aos efetivo ou suplente eventualmente convocado para substituir efetivo;

§ 5 – As deliberações serão tomadas por maioria simples de voto e constatarão da Ata, lavrada no próprio Livro lida, aprovada e assinada ao final dos trabalhos, em cada reunião, pelos fiscais presentes.

Art. 61 – Ocorrendo vagas no Conselho Fiscal, convocará a Assembléia Geral para o devido preenchimento.

Art. 62 – Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da Cooperativa, cabendo-lhes as seguintes atribuições:

a. Conferir mensalmente, o saldo do numerário existente em Caixa, verificando também se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pela Diretoria da Cooperativa;

b. Verificar se extratos de contas bancárias confere com a escrituração da Cooperativa;

c. Examinar se os montantes das despesas e inversões realizadas estão de conformidade com os planos e decisões da Diretoria;

d. Verificar se operações realizadas e os serviços prestados corresponde em volume, qualidade e valor as previsões feitas e as conveniências econômico-financeira da Cooperativa;

e. Certificar-se a Diretoria vem se reunindo regulamente e se existem cargos vagos na sua composição;

f. Averiguar se existem reclamações dos cooperados quanto aos serviços prestados;

g. Verificar se o recebimento dos créditos é feito com pontualidade e se os compromissos sociais são atendidos com regularidade;

h. Averiguar se há problemas com os empregados;

i. Certificar-se se há exigências ou deveres cumprir junto as autoridade fiscais, trabalhistas ou administrativas, bem assim quanto aos órgãos do Cooperativismo;

j. Averiguar se os estoques de materiais, equipamentos e outros estão coretos, bem como se os inventários periódicos ou anuais são feitos com observâncias das regras próprias;

k. Estudar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual da Diretoria, emitido parecer sobre estes para a Assembléia Geral;

l. Dar conhecimento à Diretoria das conclusões de seus trabalhos denunciando a este, à Assembléia Geral ou ás outras autoridades competentes as irregularidades constatadas;

m. Convocar a Assembléia Geral se ocorrerem motivos graves e urgentes;

n. Contratar o assessoramento Técnico especializado e/ou valer-se do relatório e informações dos serviços de auditoria externa para os exames, e verificação dos livros, contas e documentos necessários ao cumprimento das suas atribuições, ocorrendo as despesas por conta da Cooperativa.

CAPITULO X

FUSÃO, INCORPORAÇÃO E DESMEMBRAMENTO

Art. 63 – Para atender aos interesses dos seus associados, esta Cooperativa poderá permitir a sua fusão ou incorporação com outra ou mais Cooperativas, bem como o próprio desmembramento em duas ou mais cooperativas.

Art. 64 – Pela fusão, duas ou mais Cooperativas formam nova sociedade.

§ 1 – Deliberada a fusão, cada Cooperativa interessada indicará nomes para comporem comissão mista que procederá aos necessários à constituição, da nova sociedade, tais como o levantamento patrimonial, balanço geral, plano de distribuição de quotas-partes, destino dos fundos de reserva e outros e o projeto de Estatuto.

§ 2 – Aprovada o relatório da comissão mista e constituída a nova sociedade em Assembléia Geral conjunta determina-se a extinção das sociedades que se unem e a nova Cooperativa lhes sucederá nos direitos e obrigações.

Art. 65 – Pela incorporação, uma sociedade cooperativa absorve o patrimônio, recebe os associados, assume as obrigações e se investe nos direitos de outra ou outras Cooperativas.

§ único – Nesta hipótese, serão obedecidas as mesmas formalidades estabelecidas para a fusão, limitadas, as avaliações ao patrimônio da ou das sociedades incorporadas.

Art. 66 – Esta Cooperativa poderá desmembra-se em tantas sociedades quantas forem necessárias, podendo uma das novas entidades ser constituída como Cooperativa Central ou Federação de Cooperativas, cujas autorizações de funcionamento e os arquivamentos serão requeridos conforme o disposto nos arts. 17 e seguintes da lei 5.764/71.

§ 1 – Deliberado os desmembramentos, a Assembléia Geral designará uma comissão para estudar as providencias necessárias à efetivação da medida.

§ 2 – O relatório apresentado pela comissão, acompanhado dos projetos de estatutos das novas cooperativas, será apreciado em nova Assembléia Geral, especialmente convocada para esse fim.

§ 3 – O plano de desmembramento preverá o rateio, entre as novas Cooperativas, do ativo e passivo da sociedade desmembrada.

§ 4 – Atribui-se-à a cada nova Cooperativa parte do capital social da sociedade desmembrada em quota correspondente à participação dos associados que passam a integrá-la.

§ 5 – Quando uma das Cooperativas for constituída como Cooperativa Central ou Federação de Cooperativas, prever-se-á o montante das quotas-partes que as associadas terão no capital social.

§ 6 – Constituídas as sociedades e observado o disposto no art. 17 e seguintes da lei 5.764/71, proceder-se-á às transferências contábeis e patrimoniais necessárias à concretização das medidas adotadas.

CAPITULO XI

DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 67 – Esta Cooperativa se dissolverá de pleno direito:

I. Quando assim deliberar a Assembléia Geral, desde que os associados totalizando o numero mínimo de 20 (vinte) não se disponham a assegurar a sua continuidade;

II. Pelo decurso do prazo de duração;

III. Pela consecução dos objetivos predeterminados;

IV. Devido à alteração de sua forma jurídica;

V. Pela redução do numero mínimo de associados ou do Capital Social mínimo se até a Assembléia Geral subseqüente, realizada em prazo não inferior a 6 (seis) meses, eles não foram restabelecidos;

VI. Pelo cancelamento da autorização para funcionar;

VII. Pela paralisação de suas atividades pro mais de 120 (cento e vinte) dias.

§ 1 – Em todos os casos enumerados neste artigo, a dissolução será sempre complementada pela liquidação. (Resolução CNC n° 07/73).

§ 2 – A dissolução da sociedade importará, depois de aprovadas as contas e encerrada a liquidação no cancelamento da autorização para funcionar e do registro. (Resolução CNC n° 30/86, item I).

§ 3 – Quando a dissolução não for promovida voluntariamente, nas hipóteses enumeradas neste artigo, a medida poderá ser tomada judicialmente a pedido de qualquer associado ou por iniciativa do Órgão Executivo Federal.

Art. 68 – Quando a dissolução for deliberada pela Assembléia Geral esta nomeará um liquidante, ou mais, e um Conselho Fiscal de 3 (três) membros para proceder à sua liquidação, conforme os artigos 65 e seguintes (lei 5.764/71).

§ 1 – A Assembléia Geral, nos limites de suas atribuições, poderá em qualquer época, destituir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, designando os seus substitutos.

§ 2 – Sem autorização da Assembléia, o liquidante não poderá lavrar de ônus os moveis e imóveis da Cooperativa, contrair empréstimos, salvo quando indispensáveis para o pagamento de obrigações inadiáveis, nem prosseguir, embora para facilitar a liquidação, na atividade social.

§ 3 – Antes do encerramento da liquidação, havendo possibilidade de recuperação, os associados poderão decidir pela volta da Cooperativa à sua vida normal. (Resolução CNC nº 3086, item, II).

O PRESENTE ESTATUTO SOCIAL FOI APROVADO PELA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA AGRÍCOLA RESISTÊNCIA DE CAMETÁ – CART – EM 30DE ABRIL DE 1995.

Cametá, Pará, 30 de Abril de 1995.

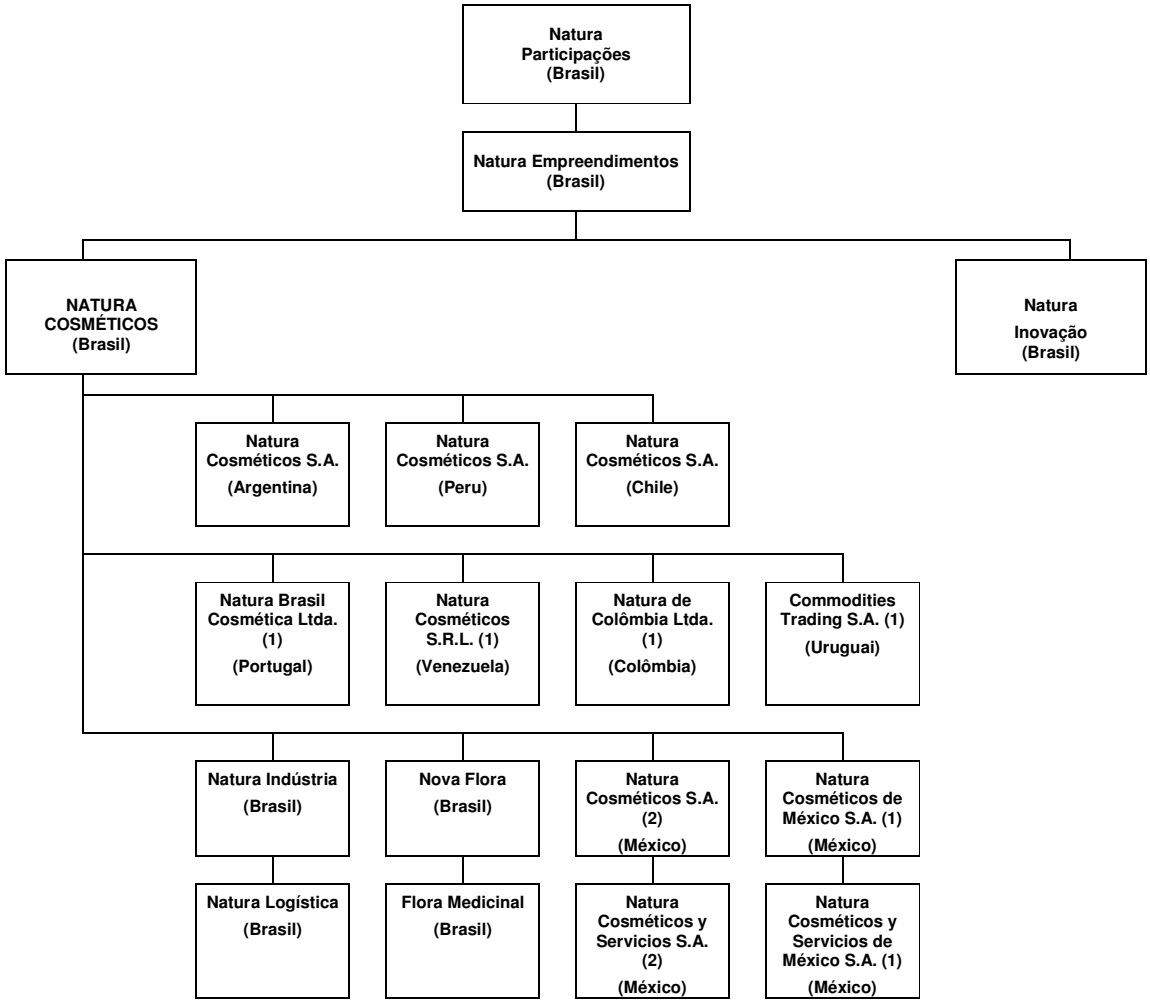
_____ _____

Presidente dos Trabalhos Secretário dos Trabalhos

_____

Advogado

ANEXO III Estrutura societária da Natura



_____
(1) Em processo de liquidação.
(2) Companhias não-operacionais.

Organograma 4: Estrutura societária da Natura
Fonte: http://natura.comunique-se.com.br/natura_si/show.aspx?id_materia=9338